

Neoliberalismo - de onde vem, para onde vai?

Reginaldo C. Moraes

Texto integral do livro publicado pela editora Senac, S. Paulo, em 2001.

Foram retiradas as ilustrações e alterada a diagramação, produzidas pela editora.

Sumário

- Introdução
- O liberalismo clássico
- Neoliberalismo — o que é e de onde vem
- Modelos teóricos e orientações políticas
- Métodos e pressupostos *da public choice*
- Neoliberalismo e bens públicos
 - Políticas sociais, políticas públicas — qual o lugar dessas coisas?
- Os neoliberais... por eles mesmos
- Os neoliberais... e seus críticos
- Reflexões críticas e algo trágicas a respeito de um futuro sempre possível
- Cronologia
- Glossário
- Sugestões de leitura

Introdução

O que é o neoliberalismo? De onde surge? O que pretende? Quem o defende? Quem o critica?

Este livro procura oferecer algumas respostas para perguntas como essas. Desde logo porém é preciso deixar claro que volta e meia o leitor encontrará aqui termos com significados próximos. Por exemplo: liberais, ultraliberais, neoliberais, neoconservadores, nova direita. Estes rótulos aproximam-se muito, porque os liberais contemporâneos são herdeiros de duas tradições ideológicas que se foram fundindo durante o século XIX: o pensamento liberal e o pensamento conservador. O neoliberalismo econômico de nossos dias adota pontos de vista políticos que em sua grande parte foram formados pelos conservadores do século XIX.

Outro aviso, antes de começar a leitura. Quando se utiliza a expressão "liberal" no continente europeu, o que se tem em vista é aquele pensador ou político que defende as idéias econômicas do livre mercado e critica a intervenção estatal e o planejamento. São aqueles que se opõem ao socialismo, à social-democracia, ao Estado de bem-estar social. Mas a palavra "liberal" nos Estados Unidos quer dizer quase o contrário: ela se aplica principalmente a políticos e intelectuais alinhados com o Partido Democrata e que apóiam a intervenção reguladora do Estado e a adoção de políticas de bem-estar social, programas que os neoliberais recusam.

De qualquer modo, o termo neoliberalismo leva a vários significados:

1. uma corrente de pensamento e uma ideologia, isto é, uma forma de ver e julgar o mundo social;
2. um movimento intelectual organizado, que realiza reuniões, conferências e congressos, edita publicações, cria *think-tanks*, isto é, centros de geração de idéias e programas, de difusão e promoção de eventos;
3. um conjunto de políticas adotadas pelos governos neoconservadores, sobretudo a partir da segunda metade dos anos 70, e propagadas pelo mundo a partir das organizações multilaterais criadas pelo acordo de Bretton Woods (1945), isto é, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Mas todos esses significados têm uma coisa em comum: sugerem o retorno a um modelo ideal. Em primeiro lugar, retomam, atualizam e propagam os valores do pensamento liberal e conservador dos séculos XVIII e XIX. Em segundo lugar, também pregam a volta a uma forma de organização econômica que teria vigorado, por pouco tempo, no meio do século XIX (com o livre-cambismo imposto pela Inglaterra) e no período de 1870-1914, a fase mais "globalizada" da economia mundial, com a livre circulação de capitais e mercadorias, no regime monetário do chamado padrão ouro. Desse modo, o liberalismo clássico foi em certa medida a ideologia do capitalismo comercial e

manufatureiro em expansão - e um ataque às regulações políticas produzidas pelas corporações de ofício e pelo Estado mercantilista. Pode-se dizer que o neoliberalismo, de modo semelhante, é a ideologia do capitalismo na era de máxima financeirização da riqueza, a era da riqueza mais líquida, a era do capital volátil - e um ataque às formas de regulação econômica do século XX, como o socialismo, o keynesianismo, o Estado de bem-estar, o terceiromundismo e o desenvolvimentismo latino-americano.

Para entender o neoliberalismo é preciso, inicialmente, registrar quais são as idéias mestras do liberalismo clássico e contra quem elas se movem: as instituições reguladoras do feudalismo, das corporações de ofício e do Estado mercantilista. E o que faremos no capítulo O liberalismo clássico.

Depois, simetricamente, poderemos compreender melhor as idéias centrais do neoliberalismo. Veremos também, nos capítulos seguintes até o capítulo Políticas sociais, políticas públicas, os inimigos contra os quais o neoliberalismo se volta, as formas de regulação econômica do século XX: o Estado keynesiano, os sindicatos e as políticas de bem-estar social nos países desenvolvidos, o Estado desenvolvimentista e a chamada democracia populista nos países subdesenvolvidos.

Depois de expor as idéias e a história do neoliberalismo, selecionamos para o leitor, nos capítulos Os neoliberais... por eles mesmos e Os neoliberais... e seus críticos, algumas passagens exemplares de seus defensores e críticos. Finalmente, no capítulo de conclusão, delineamos um balanço mais pessoal e posicionado dos valores e das políticas neoliberais.

O liberalismo clássico

A pedra fundamental do liberalismo costuma ser identificada com Adam Smith, mais especialmente com a publicação de *A riqueza das nações*, em 1776 — com certeza um dos livros mais reeditados e citados dos tempos modernos.

Smith afirma que o mundo seria melhor — mais justo, racional, eficiente e produtivo — se houvesse a mais livre iniciativa, se as atitudes econômicas dos indivíduos e suas relações não fossem limitadas por regulamentos e monopólios garantidos pelo Estado ou pelas corporações de ofício. Prega a necessidade de desregulamentar e privatizar as atividades econômicas, reduzindo o Estado a funções definidas, que delimitassem apenas parâmetros bastante gerais para as atividades livres dos agentes econômicos. São três as funções do governo na argumentação de Smith: a manutenção da segurança interna e externa, a garantia da propriedade e dos contratos e a responsabilidade por serviços essenciais de utilidade pública.

Segundo a doutrina liberal, a procura do lucro e a motivação do interesse próprio são inclinações fundamentais da natureza do homem. Elas estimulam o empenho e o engenho dos agentes, recompensam a poupança, a abstinência presente, e remuneram o investimento. Além disso, premiam a iniciativa criadora, incitando ao trabalho e à inovação. Como resultado, cria-se um sistema ordenador (e coordenador) das ações humanas, identificadas com ofertas e demandas mediadas por um mecanismo de preços. Esse sistema social revelaria de modo espontâneo e

incontestável as necessidades de cada um e de todos os indivíduos. O sistema também indicaria a eficácia da empresa e dos empreendedores, sancionando as escolhas individuais, atribuindo-lhes valores negativos ou positivos. Aliás, em 1789, Bentham faria esta declaração lapidar: "A livre concorrência equivale a uma recompensa que se concede àqueles que fornecem as melhores mercadorias pelos preços mais baixos. Ela oferece uma recompensa imediata e natural, que uma multidão de rivais alimenta a esperança de conseguir, e atua com maior eficácia que um castigo distante, do qual cada um talvez espere escapar".

As virtudes organizadoras e harmonizadoras do mercado são sintetizadas por Smith:

Assim é que os interesses e os sentimentos privados dos indivíduos os induzem a converter seu capital para as aplicações que, em casos ordinários, são as mais vantajosas para a sociedade [...]. Sem qualquer intervenção da lei, os interesses e os sentimentos privados das pessoas naturalmente as levam a dividir e distribuir o capital de cada sociedade entre todas as diversas aplicações nela efetuadas, na medida do possível, na proporção mais condizente com o interesse de toda a sociedade."¹

¹ Adam Smith, *A riqueza das nações - investigação sobre sua natureza e suas causas*, vol. 2 (São Paulo: Abril Cultural, 1983), p. 104.

Para batizar esse aparente milagre, Smith cunhou uma expressão que ficaria famosa: a sua "mão invisível" do mercado tornou-se a fórmula preferida dos economistas liberais. Segundo suas palavras, o novo sistema seria óbvio e simples, ainda que, ao longo da história, tivesse encontrado tantas dificuldades para se afirmar:

[...] uma vez eliminados inteiramente todos os sistemas, sejam eles preferenciais ou de restrições, impõe-se por si mesmo o sistema óbvio e simples da liberdade natural. Deixa-se a cada qual, enquanto não violar as leis da justiça, perfeita liberdade de ir em busca de seu próprio interesse, a seu próprio modo, e fazer com que tanto seu trabalho como seu capital concorram com os de qualquer outra pessoa ou categoria de pessoas.²

Em 1817, David Ricardo generalizaria o argumento de Smith, estendendo-o para o conjunto da sociedade pensada em termos internacionais. As virtudes da divisão social do trabalho ganham a forma mais ampla da doutrina das "vantagens recíprocas" resultantes de uma especialização natural dos países nessa divisão do trabalho:

Num sistema comercial perfeitamente livre, cada país naturalmente dedica seu capital e seu trabalho à atividade que lhe seja mais benéfica. Essa busca de vantagem individual está admiravelmente associada ao bem universal

do conjunto dos países. Estimulando a dedicação ao trabalho, recompensando a engenhosidade e propiciando o uso mais eficaz das potencialidades proporcionadas pela natureza, distribui-se o trabalho de modo mais eficiente e mais econômico, enquanto pelo aumento geral de volume de produtos difunde-se o benefício de modo geral e une-se a sociedade universal de todas as nações do mundo civilizado por laços comuns de interesse e de intercâmbio. Este é o princípio que determina que o vinho seja produzido na França e em Portugal, que o trigo seja cultivado na América e na Polônia, e que as ferramentas e outros bens sejam manufaturados na Inglaterra.³

Mais uma vez afirma-se que o mercado é o melhor caminho para gerar eficiência, justiça e riqueza. Eficiência, porque propicia o uso mais eficaz das potencialidades proporcionadas pela natureza, distribui o trabalho de modo mais econômico. Justiça, porque estimula a dedicação ao trabalho e recompensa a engenhosidade. E riqueza, já que, pelo aumento de volume de produtos, difunde-se o benefício. Os resultados da liberdade econômica são a paz e a harmonia internacional.

Contra quem lutam os pais fundadores desse liberalismo? Quais são os obstáculos que, na sua opinião, impedem a efetivação do "sistema de liberdade natural", que eles acreditavam ser tão evidentemente vantajoso

² *Ibid.*, p. 47.

³ David Ricardo, *Princípios de economia política e tributação* (São Paulo: Abril, 1982), p. 104.

para todos, mas tão difícil de realizar-se na história dos países que examinavam? Quem teimava em regulamentar a livre iniciativa de modo tão visivelmente irracional, impedindo a emergência de indivíduos criativos e empreendedores? Adam Smith descreve esse sistema de restrições e ordenamentos e aponta os responsáveis pela sua manutenção:

E dessa forma que todo sistema que procura, por meio de estímulos extraordinários, atrair para um tipo específico de atividade uma parcela de capital da sociedade superior àquela que naturalmente para ela seria canalizada, ou então que, recorrendo a restrições extraordinárias, procura desviar forçadamente, de um determinado tipo de atividade, parte do capital que, caso contrário, naturalmente seria para ela canalizada, na realidade age contra o grande objetivo que tenciona alcançar. Ao invés de acelerar, retarda o desenvolvimento da sociedade no sentido da riqueza e da grandeza reais e, ao invés de aumentar, diminui o valor real da produção anual de sua terra e de seu trabalho.⁴

A argumentação de Smith é clara. Para que o mundo seja mais livre, justo e rico, é necessário que a disciplina anônima e invisível da concorrência substitua a disciplina visível das hierarquias arcaicas. E onde estão essas hierarquias perniciosas? São as obrigações tradicionais e personalizadas das instituições medievais, os regulamentos das corporações de ofício e as leis do Estado mercantilista. Smith

elogia a virtuosa mão invisível do mercado contra a viciosa mão visível do poder político.

Portanto, os inimigos do progresso, na visão liberal, são facilmente identificáveis: os regulamentos estatais - mais especificamente, a política econômica dirigista do mercantilismo - e as corporações. São exemplos desse tipo de entrave os regulamentos sobre materiais, técnicas, preços e monopólios, mão-de-obra (como, na Inglaterra, a Lei dos Aprendizizes, de 1563; as Leis dos Pobres, unificadas em 1601 pela rainha Elizabeth; e a Lei do Domicílio, de 1662). Notemos portanto que o pensamento liberal nasce, fundamentalmente, como uma negação de outro mundo, como outro sistema de valores e idéias. Pelo menos uma em cada quatro páginas de *A riqueza das nações é* dedicada à crítica do mercantilismo.

Os entraves mercantilistas

França e Inglaterra são os exemplos mais acabados dessa regulamentação e, por isso mesmo, os mais condenados pela crítica liberal nascente.

Quem lê o clássico livro de Mantoux sobre a Revolução Industrial na Inglaterra encontra um bom retrato: a história econômica dos séculos XVII e XVIII seria caracterizada pela tutela dos poderes públicos sobre a indústria, "um regime estabelecido pelo costume e consagrado pela lei".⁵

Alguns regulamentos e leis teriam sobrevivido, com ligeiras mudanças, desde a Idade Média, como o controle minucioso (e

⁴ [Adam Smith, cit., pp. 46-47.]

⁵ Paul Mantoux, *A Revolução Industrial no século XVIII - estudo sobre os primórdios da grande indústria moderna na Inglaterra*, capítulo 1, trad. Sonia Rangel (São Paulo: Unesp/Hucitec, s/d.).

tortuoso) da vida econômica (fabricação, venda, comércio) pelos poderes públicos e pelas guildas. A idéia de proteção comercial, lembra Mantoux, também já existia, mas teria ganho extraordinária força com o desenvolvimento de grupos nacionais e do comércio exterior, com a passagem da "economia das cidades" para as "economias nacionais". Na Inglaterra, isso teria ocorrido sobretudo entre os séculos XV e XVI. Na prática, a própria política mercantilista teria nascido nessa época, ainda que seu sistema doutrinário viesse a constituir-se mais tarde, com a adoção do protecionismo extremado, do apoio às indústrias nacionais, das reservas de mercado, etc.

A indústria têxtil na Inglaterra parece ter sido um exemplo cabal de super-regulamentação. O Parlamento baixava normas regulando tudo: fabricação, empacotamento, circulação, transporte e venda. Normas meticulosas e verdadeiros exércitos de vigilância e fiscalização procuravam proteger a indústria e evitar fraudes, mas tinham um efeito indesejado: com o tempo também impediam aperfeiçoamentos.

No decorrer do século XVIII, lembra Mantoux, podia-se atestar a decadência dessa legislação de perfil e origem medievais. Mas o sistema mercantilista, de origem mais recente, estava ainda em vigor. E era esse o alvo da crítica liberal de Smith.

Por um lado, os regulamentos ficavam cada vez mais rígidos, complexos e difíceis de manter contra as burlas, os artifícios, o contrabando. Por outro lado, proteção tão grande inibia (e dispensava) a inovação, diria Smith. Os "funestos resultados" do monopólio e da proteção exagerada eram apontados pelos

críticos liberais.

E realmente era bastante vasto o corpo legislativo que enclausurava a nascente economia manufatureira-industrial. Um denso sistema de monopólios e privilégios especiais, concedidos pelo poder real, protegia a indústria nativa da competição aberta. Um papel relevante cabia à política econômica externa, com as leis de navegação, os regulamentos sobre as colônias, as taxas restringindo a importação de vários artigos, as subvenções e incentivos a exportadores (reembolsos e isenções fiscais). Também as leis de domicílio, as leis dos pobres e dos aprendizes constituíam entraves, cerceando a imprescindível mobilidade e o livre uso da força de trabalho. Na França, o modelo de dirigismo alvejado pela crítica liberal era encarnado em Colbert, cujos *Règlements (1666-1730)* sobre as manufaturas cobriam milhares de páginas, estabelecendo controle minucioso, uniformizando produtos e processos. E também aqui, aos meticulosos regulamentos sobre todas as esferas e momentos da vida econômica, somavam-se necessariamente sistemas complexos e pesados de vigilância sobre fabricantes e comerciantes, tornando visível a presença reguladora do soberano em cada átomo do reino.

As corporações

A crítica liberal voltou-se também contra as corporações de ofício e contra o privilégio dos mestres, que constituíam entraves à liberdade do indivíduo de passar de uma profissão a outra ou simplesmente de exercer um ofício que fosse do seu interesse. Aos olhos de liberais como Smith, as guildas

eram outro meio de realizar a inconveniente política de entraves, ao criar canais obrigatórios de controle, plane-

jamento e direção da produção artesanal, que determinavam quantidade e qualidade das mercadorias, preços, margem de lucro, regulamentando também a abertura de novas lojas e pontos-de-venda, estabelecendo regras bastante estritas sobre os artesãos e a mão-de-obra em geral (normas de obrigatório cumprimento quanto a aprendizagem, emprego, salário e assistência).

Smith batia duro nas corporações. Afirmava que as reuniões de "pessoas da mesma profissão [...] terminam em uma conspiração contra o público, ou em algum incitamento para aumentar os preços". Se não se pode evitá-las, "nada se deve fazer para facilitá-las e muito menos para torná-las necessárias"⁶. Do que é que Smith está falando, concretamente? As corporações *eram facilitadas* quando se baixavam regulamentos obrigando a inscrição dos membros de uma profissão num registro público, o que abria caminho a contatos que viravam conluios. Eram *induzidas à necessidade* quando os regulamentos autorizavam os membros de uma profissão a impor taxas (estendendo portanto o acordo feito entre *alguns, agora*, para o universo de *todos, no futuro*). A mensagem de Smith era clara: a autoridade pública, em vez de regulamentar a existência de corporações, deveria atuar desestimulando sua manutenção e desautorizando os regulamentos que elas pretendiam impor.

A ordem política liberal

A partir dessa matriz, constituída basicamente já nas últimas décadas do século XVIII, a tradição liberal desdobrou-se em dois grandes princípios programáticos:

1) A procura do interesse próprio conduz ao ajustamento entre os indivíduos e a uma determinada harmonização dos diferentes esforços e vontades. Delineia-se a convicção na existência de "leis econômicas": as ações intencionais das pessoas produzem, de modo não intencional (e necessariamente de modo não intencional), regularidades semelhantes às leis de um sistema físico.

2) O poder político deve ser cuidadosamente limitado pela lei.

Reparemos ainda uma vez nesta convicção fundamental dos liberais: deve-se limitar a intervenção do poder político (as ações do soberano, seja ele rei ou parlamento) para permitir que os indivíduos vivam como bem entendam. Aí figuram a defesa das liberdades individuais, a crítica da intervenção estatal, o elogio das virtudes reguladoras do mercado. A defesa da propriedade privada também tem esse sentido, sendo apresentada como uma garantia para a independência do indivíduo perante a tirania dos soberanos políticos. Montesquieu chegou a dizer que a invenção da letra de câmbio, uma riqueza móvel que atravessava fronteiras de reinos e principados, era uma espécie de antídoto contra a tirania, já que levava os aprendizes de ditador a pensar duas vezes antes de inventar novas taxas, impostos e confiscos.

⁶ Adam Smith, *op. cit.*, vol. I, p. 139

E certo que ainda cabe um papel ao Estado, mas suas funções devem ser claramente limitadas. O soberano não deve tentar dirigir a vida dos indivíduos, empurrando-os para atividades mais condizentes com o interesse da sociedade. Não há sabedoria ou conhecimento humano que baste para isso. Toda tentativa nesse sentido será inútil e nociva, diz Smith:

Segundo o sistema da liberdade natural, ao soberano cabem apenas três deveres; três deveres, por certo, de grande relevância, mas simples e inteligíveis ao entendimento comum: primeiro, o dever de proteger a sociedade contra a violência e a invasão de outros países independentes; segundo, o dever de proteger, na medida do possível, cada membro da sociedade contra a injustiça e a opressão de qualquer outro membro da mesma, ou seja, o dever de implantar uma administração judicial exata; e, terceiro, o dever de criar e manter certas obras e instituições públicas que jamais algum indivíduo ou um pequeno contingente de indivíduos poderia ter interesse em criar e manter, já que o lucro jamais poderia compensar o gasto de um indivíduo ou de um pequeno contingente de indivíduos, embora muitas vezes ele possa até compensar em maior grau o gasto de uma grande sociedade.' [Adam Smith, *op. cit.*, vol. 2, p. 147.]

As duas primeiras funções, defesa externa e ordem interna, são mais ou menos óbvias, atividades típicas de governo. A terceira é mais complicada, e daria margem a muita controvérsia entre os liberais nos dois

últimos séculos. Porque Smith não diz como delimitar o espaço legítimo das obras e instituições públicas que o soberano poderia criar e manter. E certo que diz claramente que elas só existiriam se não houvesse possibilidade de oferta pelos interesses privados. E um critério bastante restritivo, mas cujos limites são difíceis de definir de uma vez para sempre.

Repare-se que Adam Smith não afirma apenas que é *ilegítimo* atribuir ao soberano o papel de gerenciar as atividades dos particulares, ou de desenhar o mapa das ocupações e ofícios da sociedade. Ele diz também que essa pretensão é *irrealista*, uma vez que tais decisões dependeriam de informações e capacidade de processamento que superam as possibilidades de qualquer cérebro humano.

No século XIX, o pensamento liberal aproxima-se cada vez mais de correntes conservadoras e tenta afirmar e reforçar essas restrições. Por um lado, procura reduzir a presença do soberano político na sociedade, limitando e/ou dirigindo estritamente as intervenções do Estado na economia. Por outro lado, busca reduzir o círculo dos indivíduos aos quais é permitida a intervenção sobre o Estado - daí a luta dos liberais contra o sufrágio universal e outras manifestações políticas das massas populares. Por isso, desde seu nascimento o liberalismo distanciou-se de lemas como "cada cabeça, um voto" e o conflito entre liberalismo e democracia tornou-se cada vez mais agudo.

Revisão liberal-conservadora no século XIX

Para sermos exatos, já no final do século XVIII alguns autores liberais, como Edmund Burke (1729-1797), começaram a reforçar o lado conservador dessa doutrina.

Um dos temas dessa revisão do liberalismo - acentuada durante o século XIX - ganhará relevo na visão neoliberal: os limites que podem ou devem ser impostos à participação política. Entre os autores que produziram argumentos nessa direção destacam-se, além de Burke, Benjamin Constant (1767-1830), Thomas Macaulay (1800-1859) e Henri Maine (1822-1888).

A linha geral de sua argumentação era a seguinte: a liberdade individual e a capacidade de reflexão política estão intimamente associadas com a propriedade privada. Ora, os novos tempos foram marcados pela chegada das massas populares à vida política - por meio da organização sindical ou partidária ou da conquista do sufrágio universal. Como resultado, a máquina do Estado e as decisões políticas ficaram sob o cerco das massas. A preocupação central desses autores, que será retomada no século XX pelos neoliberais, era portanto evitar a "politização" da vida econômica. Para isso eles propunham:

1. *limitar o acesso ao sufrágio*, concedendo-se o direito de voto somente aos proprietários ou detentores de certa margem de renda, por exemplo;
2. *limitar o âmbito do sufrágio*, neutralizando seus poderes pelo firme estabelecimento de questões e funções públicas que, definitivamente, deveriam estar imunes ao voto e à ação política do público. Alguns cargos não seriam elegíveis nem fiscalizados pelo Parlamento. Algumas decisões seriam excluídas da alçada do Parlamento mediante cláusulas constitucionais ou leis fundamentais que só poderiam ser mudadas com muita dificuldade.

Se essas limitações não fossem estabelecidas, diziam os liberais, o mundo político se transformaria no reino da "rapina". O direito de voto se converteria numa arma de saque dos despossuídos contra os proprietários, e aqueles que "não se dessem bem" no mercado poderiam pretender recuperar terreno mediante a ação política do Estado, a tributação progressiva e a imposição de leis sociais aos proprietários. Seria uma espécie de "chantagem" política.

Benjamin Constant dizia, de modo claro e alarmista, que se os não proprietários fossem titulares de direitos políticos, seriam levados a perseguir "objetivos predatórios e anárquicos" e, assim, "demolir a sociedade", impondo taxas descabidas e irracionais aos proprietários, engendrando um "sistema de confisco velado".

Segundo Constant, para a "classe laboriosa" os direitos políticos "servirão infalivelmente para invadir a propriedade. Elas marcharão por esse caminho irregular, em vez de seguirem a rota natural, o trabalho: seria para elas uma espécie de corrupção; e, para o Estado, uma desordem"! ⁷

William Lecky (1838-1903) também se apavorava com essa perspectiva: "Nas mãos de uma democracia, a taxação poderia produzir os meios de reparar desigualdades de fortuna, habilidade ou diligência". Mas adverte para aquilo que considera uma rapina: "a classe numericamente preponderante votando e gastando dinheiro que uma outra classe e obrigada a pagar". ⁸

⁷ Benjamin Constant, *De la liberté chez les modernes* (Paris: Pluricl, 1980), textos escolhidos por Marcel Gauchet, p. 112.

⁸ William Lecky, *Democracy and Liberty*, vol. 1 (Indianápolis: Liberty Classics, 1981), p. 232.

No final do século XIX, essas idéias seriam aprofundadas e radicalizadas por Herbert Spencer (1820-1903). Seu livro *Indivíduo contra o Estado* defende o sistema da concorrência como uma espécie de "seleção natural" dos mais aptos, um

darwinismo social. Spencer ataca duramente a democracia, a intervenção estatal na economia e a criação de políticas sociais. Algumas das idéias de Spencer seriam depois retomadas quase literalmente pelos autores neoliberais contemporâneos.

Neoliberalismo - o que é e de onde vem

Aquilo que se tem chamado de neoliberalismo, como dissemos, constitui em primeiro lugar uma ideologia, uma forma de ver o mundo social, uma corrente de pensamento. Desde o início do século XX podemos ver tudo isso apresentado por um de seus profetas, o austríaco Ludwig von Mises (1881-1973). Mas é um discípulo dele, o também austríaco Friedrich von Hayek, que terá o papel de líder e patrono da causa. Seu *O caminho da servidão*, lançado em 1944, pode ser apontado como um manifesto inaugural e documento de referência do movimento neoliberal. Nos anos seguintes, Hayek empenhar-se-ia na organização de uma "internacional dos neoliberais", a Sociedade do Mont Pèlerin, fundada na cidade do mesmo nome (na Suíça) numa conferência realizada em 1947.

O caminho da servidão é um livro de combate, provocativamente endereçado "aos socialistas de todos os partidos". Não dirige seu fogo apenas contra os partidários da revolução e da economia globalmente planejada, mas a toda e qualquer medida política, econômica e social que indique a mais tímida simpatia ou concessão para com as veleidades reformistas ou pretensões de fundar uma "terceira via" entre capitalismo e comunismo. Lembremos, de passagem, que se aproximavam as eleições de 1945 na Inglaterra e o Partido Trabalhista, alvo visível de Hayek, preparava-se para ganhá-las (como de fato ganhou). Sublinhemos ainda um traço que seria marcante no fundamentalismo hayequiano: a insistência na necessidade de guardar intactos os princípios da "sociedade aberta". Daí vem a sua crítica do Estado-

providencia, tido como destruidor da liberdade dos cidadãos e da competição criadora, bases da prosperidade humana.

O liberalismo clássico havia assestado suas baterias contra o Estado mercantilista e as corporações. Os neoliberais procuraram desde logo construir um paralelo com aquela situação, para justificar seu combate e apresentá-lo como a continuação de uma respeitável campanha antiabsolutista. Segundo eles, os inimigos vestiam agora outros trajes, mas revelavam as mesmas taras e perversões. Um desses inimigos era o conjunto institucional composto pelo Estado de bem-estar social, pela planificação e pela intervenção estatal na economia, tudo isso identificado com a doutrina keynesiana. O outro inimigo era localizado nas modernas corporações - os sindicatos e centrais sindicais, que, nas democracias de massas do século XX, também foram paulatinamente integrados nesse conjunto institucional. Além de sabotar as bases da acumulação privada por meio de reivindicações salariais, os sindicatos teriam empurrado o Estado a um crescimento parasitário, impondo despesas sociais e investimentos que não tinham perspectiva de retorno.

Para os países latino-americanos, os neoliberais fazem uma adaptação dessa cena: aqui o adversário estaria no modelo de governo gerado pelas ideologias nacionalistas e desenvolvimentistas, pelo populismo... e pelos comunistas, evidentemente. A argumentação neoliberal tem uma estratégia similar à do sermão. Primeiro, desenha um diagnóstico apocalíptico. Em seguida, prega uma receita

salvacionista: forte ação governamental contra os sindicatos e prioridade para uma política antiinflacionária monetarista (doar a quem doar) - reformas orientadas para e pelo mercado, "libertando" o capital dos controles civilizadores que lhe foram impostos por duzentos anos de lutas populares.

Examinemos esse cenário - o mundo que nossos neoliberais vêem e rejeitam.

A crise das regulações

No século XIX o livre mercado era um mundo imposto pela dominação inglesa. Muitos dos países hoje desenvolvidos adotaram, para crescer, políticas opostas à pregação liberal. Estados Unidos, Alemanha e Japão, por exemplo, utilizaram amplamente a intervenção estatal, o protecionismo, o apoio do poder público para implantar e fortalecer a indústria, o comércio, os transportes, o sistema bancário. Período em que estadistas e pensadores louvavam a livre concorrência como o caminho para a prosperidade, o século XIX foi também coroado por severas crises de superprodução, pânico financeiro e pela disputa de grandes potências na corrida para dominar impérios neocoloniais. Suas primeiras décadas foram marcadas por guerras continentais e sucessivas revoluções. Esse clima fortaleceria o tema da "rebelião das massas". Jornalistas, políticos, intelectuais, romancistas e cineastas alertavam para o perigo de um mundo que ficara permeável à presença da plebe na política. Para completar a conturbada cena, a monumental crise de 1929 daria ainda mais autoridade às saídas reguladoras que vinham sendo formuladas por liberais reformistas, adeptos da intervenção estatal, desde o início do século.

Desse modo, abriu-se o caminho para que brilhasse a estrela da filosofia social exposta por John Maynard Keynes no final de sua *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. Esse livro foi publicado em 1936 mas, em várias de suas passagens, retomava problemas que o autor vinha analisando desde os anos 20. Segundo a doutrina

keynesiana, o Estado deveria manejar grandezas macroeconômicas sobre as quais era possível acumular conhecimento e controle prático. O poder público, desse modo, regularia as oscilações de emprego e investimento, moderando as crises econômicas e sociais. O New Deal americano e o Estado de bem-estar europeu iriam testar (e aprovar durante bom tempo) a convivência do capitalismo com um forte setor público, negociações sindicais, políticas de renda e seguridade social, etc. Em suma, em pouco tempo, o Estado viu-se em condições e na obrigação de controlar o nível da atividade econômica, inclusive o emprego, através de instrumentos como a política monetária a taxa de juros e os gastos públicos.

Esse era o chamado "consenso keynesiano", que se tornara avassalador no pós-guerra. Tudo parecia dar legitimidade a essas variadas formas de planificação, que visavam corrigir, por meio da ação política deliberada, os efeitos desastrosos das flutuações de mercado. Pode-se dizer que esse gerenciamento macroeconômico era conservador, já que buscava conter os traços mais autodestrutivos do capitalismo, isto é, sua tendência a criar crises cíclicas e progressivamente mais amplas, efeitos externos indesejados (falhas do mercado) e impasses políticos delicados. Disse Skidelski,

um biógrafo de Keynes, com tom desafiador: Keynes ofereceu uma chance de sobrevivência à democracia liberal - quem mais o fez?

As políticas orientadas por essa doutrina reformadora pareciam firmemente estabelecidas. Na Inglaterra, por exemplo, não atraíam apenas os reformadores, trabalhistas, fabianos e "novos liberais" - o que seria compreensível -, mas também os conservadores liderados por Harold MacMillan. Parecia disseminado e solidamente implantado um amplo acordo sobre o papel positivo do Estado: na criação de pleno emprego; na moderação de desequilíbrios sociais excessivos e politicamente perigosos; no socorro a países e áreas economicamente deprimidos; na manutenção de uma estrutura de serviços de bem-estar (habitação, saúde, previdência, transporte urbano, etc.); na gradual implantação de políticas sociais que atenuassem desigualdades materiais acentuadas pelo funcionamento não monitorado do mercado, etc.

Uma outra face ou implicação desse fenômeno é igualmente importante. Com essas medidas, desenhava-se como aceitável e desejável um novo modo de produzir decisões políticas, novas formas de participação na política. Consolidava-se um novo mundo político, marcado pela negociação entre corporações empresariais e proletárias, intermediadas e institucionalizadas pelo poder público. Processavam-se desse modo mudanças profundas na esfera pública e na esfera privada, um novo modo de funcionamento para as democracias de massa do Ocidente.

O historiador Ben Seligman disse certa vez que Keynes era "expressão do desespero e da esperança". Na América Latina um papel similar coube à Comissão Econômica para a

América Latina (Cepal) e a homens como Raul Prebisch e Celso Furtado. No lado de baixo do equador, os demônios dos neoliberais tinham estes nomes: Estado desenvolvimentista e nacional-populismo como forma de integração política das massas operárias e populares da América Latina.

Em resumo, eram esses os fantasmas que os neoliberais pretendiam exorcizar. Durante décadas os principais defensores das idéias neoliberais foram vistos como pensadores excêntricos, sobreviventes de um *laissezfaire* paleolítico e sem futuro. Dinossauros do livre-cambismo. Esse diagnóstico foi aliás repetidamente enunciado entre estadistas, cientistas sociais, homens de mídia. Hoje sabemos claramente o quanto essa avaliação era errônea, como ela subestimava perigosamente essa ideologia que estava apenas adormecida, à espera do momento oportuno.

Mesmo isolados e na defensiva, os neoliberais preservaram suas crenças ortodoxas. E voltaram à cena, na ocasião propícia, no fim dos Trinta Gloriosos, os anos de reconstrução e desenvolvimento do capitalismo do pós-guerra, tempos que pareciam entronizar o keynesianismo e a economia capitalista regulada como padrões incontestáveis de pensamento e ação. No final desse período, as companhias multinacionais espalhavam pelo mundo suas fábricas e investimentos e movimentavam gigantescos fundos financeiros envolvidos nesses processos - lucros a serem remetidos, *royalties*, patentes, transferências, empréstimos e aplicações. No início dos anos 70, as autoridades monetárias americanas anunciavam que as coisas estavam muito mudadas: o dólar não teria mais conversão automática em ouro. Em 1974, registrou-se pela

primeira vez a estagflação - um misto de inflação alta e estagnação que afetavam o conjunto dos países capitalistas desenvolvidos. Crescia o mercado financeiro paralelo que desafiava as regulamentações nacionais: comércio de ações, de títulos públicos, de divisas, as formas de riqueza intangível e líquida do capitalismo de papel. Mas ainda seriam necessários alguns anos de crise e de insistente pregação para que o novo ideário impusesse sua hegemonia.

Vale a pena lembrar um evento que iria antecipar algumas das bandeiras importantes do renascer neoliberal. Em 1975, os documentos da chamada Comissão Trilateral alertavam para um problema fundamentalmente político: a sobrecarga do Estado levava à ingovernabilidade das democracias. Para esse impasse, autores como Samuel Huntington, Daniel Bell, Irving Kristol e Zbigniew Brzezinski enunciavam um receituário inflexível: era preciso limitar a participação política, distanciar a sociedade e o sistema político, subtrair as decisões administrativas ao controle político.⁹

Desse modo, a quarentena dos neoliberais começou a romper-se decididamente na metade dos anos 70. Logo em seguida, líderes partidários alinhados com programas neoliberais conquistaram governos de importantes países: em 1979, Margaret Thatcher, na Inglaterra; em 1980, Reagan, nos EUA; em 1982, Helmut Kohl, na Alemanha¹⁰.

⁹ Ver M. Crozier *et al.*, *The Crisis of Democracy* (Nova York: Nova York University Press, 1975).

¹⁰ Para uma exposição das políticas da nova direita, ver por exemplo: David G. Green, *The New Right - The Counter-Revolution in Political, Economic and Social Thought* (Nova York/Londres, Harvester/Wheatsheaf, 1987); Grahame Thompson, *The Political Economy of the New Right* (Londres:

A rigor, porém, as primeiras grandes experiências de "ajuste" neoliberal foram ensaiadas na América Latina: em 1973, no Chile, com Pinochet, e em 1976, na Argentina, com o general Videla e o ministério de Martinez de Hoz¹¹. Nos anos 80, os programas neoliberais de ajuste econômico foram

Pinter Publishers, 1990); Andrew Gamble, *The Free Economy and the Strong State - The Politics of Thatcherism* (Londres: MacMillan, 1988); Ralph Miliband *et al.*, *El Neoconservadurismo en Gran Bretanay Estados Unidos - retóricay realidad* (Valência: Alfons el Magnànim, 1992).

¹¹ Para um balanço duro das políticas e crenças da nova direita, especialmente no caso inglês, vale a pena ler um autor antes entusiasta do neoliberalismo e agora crítico acerbo do "fundamentalismo de mercado": John Gray, *Falso amanhecer - os equívocos do capitalismo global*, trad. Max Altman (Rio de Janeiro: Record, 1998); do mesmo autor, *Endgames - Questions in Late Modern Political Thought* (Cambridge: Polity Press, 1997). Para o caso chileno, ver Juan Gabriel Valdes, *Pinochet's Economists - The Chicago School in Chile* (Cambridge: Cambridge University Press, 1995). Sobre a Argentina, ver Javier Alberto Vadell, *Neoliberalismo e consenso na Argentina (1976-1991)*, dissertação de mestrado em ciência política (Campinas: IFCH/Unicamp, 1997). Não nos estenderemos sobre os detalhes da história política desse movimento de idéias nos principais centros produtores de ideologia neoliberal. Para quem se interesse por essa história, há dois importantes e minuciosos estudos. Richard Cockett analisa os centros de elaboração e difusão da doutrina neoliberal na Inglaterra em *Thinking the Unthinkable - Think-Tanks and the Economic Counter-Revolution (1931-83)* (Londres: Fontana Press/HarperCollins, 1995). Para o caso norte-americano, ver George Nash, *The Conservative Intellectual Movement in America (since 1995)* (Wilmington: Intercollegiate Studies Institute, 1996). Ainda nessa linha, ver James Allen Smith, *The Idea Brokers - Think-Tanks and the Rise of the New Policy Elite* (Nova York: The Free Press, 1991).

impostos a países latino-americanos como condição para a renegociação de suas dívidas galopantes. Daí se passou à vigilância e ao efetivo gerenciamento das economias locais pelo Banco Mundial e pelo FMI: 1985, Bolívia; 1988, México, com Salinas de Gortari; 1989, novamente a Argentina, dessa vez com Menen; 1989, Venezuela, com Carlos Andrés Pérez; 1990, Fujimori, no Peru. E, desde 1989, o Brasil, de Collor a Cardoso.

Examinaremos a seguir as ideias-chave da doutrina neoliberal e suas principais vertentes e escolas.

Modelos teóricos e orientações políticas

Diretrizes estratégicas da política neoliberal e suas formas de manifestação típicas

Tentemos agora uma primeira síntese das principais idéias neoliberais. Elas acentuam duas grandes exigências gerais e complementares: privatizar empresas estatais e serviços públicos, por um lado; por outro, "desregulamentar", ou antes, criar novas regulamentações, um novo quadro legal que diminua a interferência dos poderes públicos sobre os empreendimentos privados. O Estado deveria transferir ao setor privado as atividades produtivas em que indevidamente se metera e deixar a cargo da disciplina do mercado as atividades regulatórias que em vão tentara estabelecer.

Esses lemas são contudo muito amplos e genéricos. O leitor pode vê-los particularizados em alguns tópicos bastante específicos, facilmente localizáveis na luta política e ideológica que se trava cotidianamente na mídia ou nos confrontos eleitorais. Aí as bandeiras neoliberais aparecem mais concretamente:

- protestos de empresários contra pressões fiscais, apresentadas como insuportáveis;
- denúncias de políticos conservadores contra as políticas redistributivas, caracterizadas como paternalistas e desastrosas;
- campanhas de organizações empresariais contra a extensão de atividades do setor público a domínios afirmados como "naturalmente" privados;
- resistência contra a regulamentação supostamente hipertrofiada dos contratos entre particulares (normas sobre aluguéis, direito do trabalho e previdência, mensalidades escolares, etc.).

Registre-se ainda, com destaque, um argumento bastante freqüente e forte, o tema do efeito perverso provocado pelo "Estado-providencia" ou "Estado de bem-estar": buscando proteger o cidadão das desgraças da sorte, o Estado aparentemente benfeitor acaba na verdade produzindo um inferno de ineficácia e clientelismo, pesadamente pago pelo mesmo cidadão que à primeira vista procurava socorrer¹². É importante destacar esse argumento em particular porque ele abre caminho para que os neoliberais ampliem e estendam a frente de batalha nas campanhas pela privatização: pregam a transferência, para a iniciativa privada, *também* das atividades sociais (educação, saúde, previdência, etc.)

¹² ' A esse respeito, a revista *Diálogo* publicou em seu número 2, vol. 23, 1990, artigos dos conservadores americanos Nathan Glazer e Charles Murray, com resposta crítica de Albert Hirschman. O artigo de Hirschman sintetiza argumentos que ele desenvolve mais longamente em *A retórica da intransigência* (São Paulo: Cia. das Letras, 1995).

tidas anteriormente como beneficiárias do desmonte do Estado-empresário (o estado produtor de bens industriais, sobretudo).

Tudo isso nos é apresentado não apenas como algo *desejável*, mas também como algo finalmente *acreditável*, pela força dos próprios eventos econômicos, impondo-se mesmo com evidência, com a força de um "pensamento único". E por quê? De onde vem essa segunda qualificação? Do fato, tido como irreversível, de que o Estado nacional teria perdido hoje aquelas ferramentas de regulação econômica que mencionamos.

Com os novos produtos financeiros globalizados, emergiria um novo gerente das políticas nacionais, isto é, uma nova soberania, que se sobrepõe às soberanias nacionais outrora constituídas por processos eletivos. Lembremos que esses "antigos" processos são qualificados pelos neoliberais como corrompidos, viciados, demasiadamente submetidos aos impulsos imediatistas e ressentidos das massas votantes, à chantagem do sufrágio universal enfim - o sufrágio contra o qual o liberalismo sempre lutou denodadamente em todos os cantos do mundo.

A mundialização financeira, já absolutamente firmada no final dos anos 70, determinaria as chacoalhadas neoliberais dos anos 80. A generalização dos mercados financeiros, a nova "ordem espontânea", subtrai dos governos nacionais grande parte de seu poder, como a liberdade de cunhar moeda e criar dívida pública. Decreta-se, com festa e regozijo, o "fim da ilusão monetária" e dos projetos de desenvolvimento nacional. Os grandes credores e detentores de liquidez - aquilo que se reverencia misteriosamente como "o mercado" - têm agora instrumentos para

castigar países "abusados" e irresponsáveis, aqueles cujos dirigentes "não fizeram a lição de casa". A nova integração internacional das finanças, recosturada, revigora o poder de pressão dos financistas sobre as políticas econômicas nacionais. Ficam cada vez mais difíceis as políticas nacionais deliberadamente deficitárias, fundadas na capacidade de emitir "moedas políticas", moedas sem lastro, visando garantir metas sociais e políticas como pleno emprego e desenvolvimento nacional e reorientar as economias.

Esse pensamento, que no imediato pós-guerra era dado como morto, curiosamente consegue agora pautar até as reuniões de seus posidores, como lembra a avassaladora dominação do pensamento único sobre partidos socialistas e social-democratas (o Partido Socialista Operário espanhol, o segundo governo Mitterrand na França, os trabalhistas da Nova Zelândia).

O cenário que se lamenta e aquele que se exalta

O século XX é visto pelos neoconservadores como um caminho de queda, penitência e redenção. Como dissemos antes, a argumentação neoliberal tem uma estratégia similar à do sermão. Inicialmente, aponta os grandes males e pecados do Estado intervencionista:

- a regulação legislativa, a atuação do Estado-empresário e a oferta de bens públicos, e os serviços de proteção social confundem os sinais emitidos pelos mercados, o que leva ao emprego irracional dos recursos materiais e, não menos importante, dos empenhos

subjetivos dos agentes (deseduca os indivíduos);

- o Estado transforma-se em instrumento de grupos de pressão que tentam firmar seus privilégios utilizando o discurso demagógico das políticas sociais;
- o crescimento das despesas públicas leva ao aumento das necessidades financeiras dos governos (endividamento, emissão monetária, inflação);
- o crescimento da tributação pode provocar efeitos indesejáveis que se propagam por todos os poros da sociedade: falta de estímulo ao trabalho, evasão e fraudes fiscais, desenvolvimento de economia subterrânea (informal).

A redenção vem de forma um tanto miraculosa, embora implique dolorosas penitências. A globalização financeira, a liberalização da economia mundial, a internacionalização das atividades econômicas limitam a possibilidade de ação do Estado, que tem seu poder erodido em duas direções:

- para baixo, transferindo-se competências para as coletividades locais: construção escolar, formação profissional, serviços urbanos, saúde e assistência social, etc.;
- para cima, os Estados nacionais cedem parte de suas competências a outros tipos de organizações: Grupo dos Sete (G-7), Acordo Geral de Tarifas e Comércio (Gatt), Organização Mundial do Comércio (OMC), Comissão Européia, etc. O Estado nacional deixa

de ser a fonte única do direito e das regulamentações. Prerrogativas reguladoras (deliberações sobre política econômica, monetária, cambial, tributária, etc.) são transferidas para administrações supranacionais, que aparecem como as guardiãs de uma racionalidade superior, imunes às perversões, limites e tentações alegadamente presentes nos sistemas políticos identificados com os Estados nacionais.

Reparemos bem nisso: a ideologia neoliberal prega o dismantelamento das regulações produzidas pelos Estados nacionais, mas acaba transferindo muitas dessas regulações (produção de normas, regras e leis) para uma esfera maior: as organizações multilaterais como o G-7, a OMC, o Banco Mundial, o FMI, dominadas pelos governos e banqueiros dos países capitalistas centrais. Durante os séculos XIX e XX, os movimentos trabalhistas haviam lutado para conquistar o voto, o direito de organização e, assim, influir sobre a elaboração de políticas, definição de leis e normas. Agora que conquistaram esse voto, o espaço em que ele se exerce é esvaziado em proveito de um espaço maior, mundializado, onde eles não votam nem opinam.

Essa situação mereceu um comentário interessante de André Gorz:

Jamais o capitalismo havia conseguido se emancipar tão completamente do poder político. Mas é preciso acrescentar que os estados que ele ataca são os Estados nacionais. E que ele só consegue dominá-los colocando em cena um Estado supranacional, onipresente, que possui suas próprias instituições, aparelhos e redes

[...]. Com o Estado supracional do capital aparece pela primeira vez um Estado emancipado de toda territorialidade e cujo poder, ainda que se imponha aos estados territorializados a partir de fora, não recria fora deles um outro lugar para a política. Pelo contrário, ele é independente e separado de toda sociedade, situado em um não-lugar, a partir do qual ele limita e regulamenta o poder das sociedades de dispor de seu lugar. Sem base social nem constituição política, ele é um puro aparelho que expressa o direito do capital mundializado. Poder sem sociedade, ele tende a engendrar sociedades sem poder, coloca em crise os Estados, desacredita a política, submete-a às exigências de mobilidade, de "flexibilidade", de privatização, de desregulamentação, de redução dos gastos públicos, dos custos sociais e dos salários, todas essas coisas pretensamente indispensáveis ao livre jogo da lei do mercado.¹³

Terremotos no mundo do trabalho

Dentro de tal quadro, qual o perfil do novo mundo produtivo que se delineia? O que desaparece e o que emerge no mundo do emprego, por exemplo? Em seu livro *Jobs Shift*¹⁴, o consultor de administração William Bridges aponta o caminho das penitências, com o fim do assalariamento clássico, da lógica do

emprego permanente, dos acordos e regulamentos protetores, dos salários calculados automaticamente a partir de convenções coletivas detalhadas.

A seu ver, novas formas de organização do trabalho e da empresa fariam generalizar-se outras noções: autonomia; gestão e contratação flexíveis; ajustes permanentes na duração e na qualidade do trabalho; vínculo estrito entre salário e desempenho; individualização das remunerações; percursos profissionais não padronizados (os chamados ziguezagues na história de vida profissional).

Desapareceria a distinção hoje muito nítida entre organização (empregador) e indivíduo (empregado), e o novo mundo seria povoado de novos agentes econômicos, "patrões de si mesmos". Adeus ao proletariado, diriam eles. Grandes empresas produtivas transformar-se-iam em núcleos gestores mais ou menos enxutos, em torno dos quais orbitariam "competências externas" de indivíduos e pequenos grupos "parceiros", terceirizados.

Uma nova ideologia está associada a essas mudanças. Nessa nova moral, o socorro à miséria absoluta talvez ainda permaneça como valor coletivo. Mas é cada vez mais separada da noção de *seguridade*, que deve antes ser vista como um fenômeno privado, envolvendo poupança, investimento e capitalização, *previdência* enfim, no sentido estrito do termo. Nesse novo mundo moral, quem prevê, terá - quem não prevê... Multiplicar-se-iam as adesões a organizações intermediárias não governamentais, cada vez mais empenhadas na solução privada e setorizada de problemas relativos a educação, a políticas de amparo à pobreza absoluta, habitação, saúde, atividades

¹³ 2 André Gorz, *Misères du présent - richesse du possible*, trad. do autor (Paris: Galilée, 1997), pp. 30-31.

¹⁴ William Bridges, *Jobs Shift*. Há tradução brasileira: *Mudanças nas relações de trabalho* (São Paulo: Makron Books, 1995).

culturais, etc. - atividades e serviços antes cobertos por organismos políticos submetidos a votações (nacionais ou locais). A "comunidade solidária", a filantropia e a caridade aparecem como complemento das tais "reformas

orientadas para e pelo mercado". Tudo isso está nos relatórios do Banco Mundial e de outros organismos de "monitoração externa". Sem muito mistério.

As três grandes escolas do pensamento neoliberal

Podemos dizer que o pensamento neoliberal desdobrou-se, no pós-guerra, em algumas linhas ou variantes. Três delas são mais claramente definidas, embora uma quarta, a dos "anarco-capitalistas" ou minimarquistas, como Robert Nozick, devesse ser lembrada. Mas as três principais são, pela ordem das "datas de nascimento":

- 1) escola austríaca, liderada por Friedrich August von Hayek, o patrono de todo o pensamento neoliberal contemporâneo;¹⁵
- 2) escola de Chicago, personificada em T. W. Schultz e Gari Becker (ligados à teoria do capital humano) e principalmente Milton Friedman (1912-), o grande homem de mídia dessa escola;¹⁶
- 3) escola de Virgínia ou public choice, capitaneada por James M. Buchanan (1919-).

Friedrich A. von Hayek

O grande nome da corrente neoliberal é

¹⁵ Para um estudo mais específico do pensamento de Hayek, ver meu *Hayek e a teoria política do neoliberalismo econômico 1,1*, Coleção Textos Didáticos (Campinas: IFCH/Unicamp, 1999).

¹⁶ Alguns dos mais importantes textos de "difusão" da doutrina foram publicados no Brasil, entre eles os três livros de Milton Friedman: *Liberdade de escolher*; trad. Ruy Jungman (Rio de Janeiro: Record, s/d.), *Capitalismo e liberdade*, trad. Luciana Carli (São Paulo: Nova Cultural, 1985) e *A tirania do status quo*, trad. Ruy Jungman (Rio de Janeiro: Record, s/d.).

sem dúvida Friedrich August von Hayek (1899-1992). Herdeiro da chamada escola austríaca de economia, o pensamento de Hayek é um descendente das reflexões de Carl Menger (1840-1921) e da posição ardorosamente antiestatista e anti-socialista de Ludwig von Mises.

Uma data marcante na vida intelectual de Hayek é 1937, quando seu ensaio-conferência *Economics and Knowledge* assinala a sua mudança de campo das matérias mais técnicas da ciência econômica para temas próximos da epistemologia, do direito, da ciência política. Hayek começa a elaborar aquilo que considera sua idéia mais importante, a concepção de "ordem espontânea": o modelo das decisões descentralizadas e do conhecimento disperso, que considera como um ideal de otimização no uso dos recursos, da geração de relações sociais livres, harmônicas e dinâmicas. E também desse modelo que deriva a afirmação da impossibilidade do planejamento, utopia fundada, a seu ver, na quimera de um conhecimento centralizado que supostamente orientaria ações centralizadas.

Esse modo de ver o mundo social é compartilhado por praticamente todas as correntes neoliberais. Em que consiste? Vejamos isso com um pouco mais de detalhe.

O mercado é, nessa visão, um processo competitivo de descoberta. Nele, inumeráveis indivíduos movem-se orientados pelos seus interesses próprios. O mercado é a combinação desses planos e atividades individuais de produtores e consumidores. Os elementos motores desse mundo são a função

empreendedora do indivíduo e a concorrência, no interior de uma complexa divisão social do trabalho. A ordem do mercado é produto das atividades dos indivíduos, mas não do desígnio nem da deliberação de ninguém em particular. Não é resultado de uma razão, em sentido estrito. Aliás, todas as instituições econômicas, políticas e culturais positivas são resultados de uma evolução espontânea. Haveria um processo seletivo, meio darwinista ou lamarquiano, em que formas de organização social competiriam entre si. Elas seriam comparadas e adotadas pelos grupos humanos conforme sua operosidade e eficiência. Os participantes do mercado tomam decisões olhando o sistema de preços do mercado livre - é assim que ajustam a todo momento seus planos de produção e de consumo. Graças a esse ambiente se dissemina o conhecimento sobre quais bens estão disponíveis, quais são escassos, quanto custam, quais podem ser combinados nesta ou naquela ocasião, etc. Sem essa liberdade de iniciativa descentralizada, esse mundo enorme de conhecimentos não estaria disponível para os indivíduos, os agentes econômicos, nem poderia ser utilizado plenamente. Uma sociedade livre, sem planejamento e sem coerção estatal, utiliza mais conhecimento e, portanto, é mais flexível, eficiente, livre, plural e criativa. Essas idéias são elaboradas por Hayek já nos anos 30, como base de sua defesa do liberalismo e como instrumento de ataque à planificação e ao intervencionismo estatal.

Em 1944, Hayek edita seu mais conhecido manifesto político, *O caminho da servidão*. Contudo, os tempos ainda eram favoráveis a Keynes, com quem Hayek tivera um malsucedido entreviro nos anos 30. O tratado em que expõe mais extensa e

detalhadamente as convicções jurídicas e políticas de "velho liberal", *The Constitution of Liberty* (1960), ainda emerge nesse clima, amplamente simpático ao *welfare state* (Estado de bem-estar social). Apenas no final dos anos 70 ele deixa de ser visto como um excêntrico ou marginal. *New Studies in Philosophy, Politics, Economics and the History of Ideas* (1978) e *Law, Legislation and Liberty* (1982) já encontram ambiente menos hostil e assumem um tom claramente menos defensivo. Seu último livro, *The Fatal Conceit* (1988) é, com toda a certeza, o mais agressivo e fundamentalista - quase religioso - na defesa da economia de mercado.

A segunda parada em nosso roteiro é a Universidade de Chicago. Nas primeiras décadas do século, o Departamento de Economia dessa universidade ostentara entre seus quadros nomes do porte de Jacob Viner, Frank Knight, Henry Simons. Nos anos 40, a escola passa para a liderança de T. W. Schultz, celebrizado pelos seus estudos sobre agricultura e educação (a teoria do capital humano). E ainda nessa

época que alça vôo a carreira acadêmica de Milton Friedman. Depois dos anos 50, a visão de Friedman e George Stigler torna-se hegemônica. Contudo, no currículo de Chicago figura ainda um outro item, impossível de esquecer. No final dos anos 50, seus economistas firmaram acordos de cooperação com a Universidade Católica do Chile, iniciando uma metódica e bem-sucedida operação de transplante ideológico. Através desse acordo foram treinados os economistas que mais tarde viriam a ser quadros dirigentes do governo Pinochet (1973-1989), no primeiro grande experimento neoliberal "a céu aberto".

Fora dos livros, na prática política efetiva, os "Chicago Boys" de Pinochet anteciparam procedimentos que iriam ganhar relevância mundial nos anos 80, sobretudo com os governos Reagan e Thatcher.

O terceiro elemento de nossa história - último mas não menos importante - aparece com James M. Buchanan, principal nome da chamada escola de Virgínia. Em 1957, Buchanan lidera a fundação do Thomas Jefferson Center for Studies in Political Economy, na Universidade de Virgínia, que dá lugar logo depois ao Center for Study of Public Choice, no Virginia Polytechnick Institute (1969-1982), transplantado em seguida para a George Mason University, em Fairfax. Desde então, *a public choice* vem se tornando importante referência intelectual para as reformas neoliberais. Em *The Calculus of Consent* (1962), Buchanan e Tullock definem seu tema: estender as premissas da microeconomia ao comportamento político dos indivíduos. Em outros termos, dizem que os fenômenos macropolíticos teriam microfundamentos no comportamento individual. Deveríamos portanto descobrir o modo pelo qual interesses diferentes e conflitantes são reconciliados, ou agregados, numa "escolha coletiva". Na sua análise das instituições políticas, Buchanan faz uma importante distinção entre as escolhas coletivas feitas dentro de certas regras e a escolha das próprias regras nas quais as primeiras se efetivam. O estudo dos enquadramentos institucionais teria resultados aplicados: definiria quais as regras de decisão e ordenamento social e político que menos precisam de coerção e de condicionamentos éticos (boa vontade, altruísmo, etc.), aplicando-

se portanto aos homens "como eles realmente são".

A linha explorada por essa escola, a "análise econômica da política", tem alguns importantes ancestrais recentes: J. A. Schumpeter, com *Capitalism, Socialism and Democracy* (1942); Kenneth Arrow, com *Social Choice and Individual Values* (1951); Anthony Downs, com *An Economic Theory of Democracy* (1957). Mas o livro que de certo modo "funda" a escola é o citado *The Calculus of Consent*, de James Buchanan e Gordon Tullock. Cabe ainda mencionar um ensaio muito influente nessa direção, publicado alguns anos depois: *The Logic of Collective Action* (1965), de Mancur Olson.¹⁷

Veremos no próximo capítulo mais detalhes dessa visão de mundo que deu voz e forma a muitas imagens e idéias do pensamento neoliberal de nossos dias.

Métodos e pressupostos da *public choice*

Vejamos quais são as principais idéias da escola de pensamento neoliberal conhecida como *public choice*. Seus argumentos, imagens e bandeiras políticas têm sido o centro de influentes confrontos ideológicos recentes. Eles podem ser encontrados nas imagens e exemplos utilizados na mídia, em muitos editoriais e artigos polêmicos a respeito de temas como a privatização, a desregulamentação e as políticas públicas. Estão presentes também nos relatórios e documentos que o Banco Mundial vem emitindo, desde os anos 80, sobre as políticas

¹⁷ Os livros de Downs e Olson foram recentemente traduzidos e publicados pela Edusp, 1999.

sociais na América Latina, por exemplo.

Até o início dos anos 80, o economista-chefe do Banco Mundial era Hollis Chenery, um "desenvolvimentista" doutorado em Harvard que sustentava um ponto de vista favorável à planificação do crescimento econômico e dirigia o departamento de pesquisa do banco. Chenery foi então substituído por Anne Krueger, liberal entusiasta vinda da Universidade de Minnesota e uma das criadoras da teoria da *rent-seeking* (que veremos mais adiante). O modelo da *rent-seeking society* tornou-se o instrumento predileto da *public choice* para caracterizar políticas públicas, regulações estatais e estratégias macroeco-

nômicas. O departamento de pesquisa e os documentos analíticos do Banco foram penetrados pelo jargão e pelos procedimentos da escola.¹⁸

O comportamento político a partir dos modelos da microeconomia

A *public choice* procura analisar a política, a história, o comportamento social e as estruturas legais e constitucionais utilizando os métodos e pressupostos da microeconomia neoclássica. Seus pontos de partida são aqueles estabelecidos por essa vertente teórica desde o século XIX:

¹⁸ A título de exemplo, ver Nancy Birdsall & Richard H. Sabot (orgs.), *Opportunity Foregone: Education in Brazil* (Washington: Banco Interamericano de Desenvolvimento, 1996); Shahid Javed Burki & Guillermo E. Perry, *Beyond the Washington Consensus: Institutions Matter* (Washington: Banco Mundial, 1998); Nancy Birdsall & Estelle James, *Efficiency and Equity in Social Spending* (Washington: Banco Mundial, 1990).

- o homem econômico, dotado de uma racionalidade calculadora, que procura obter o máximo de resultados a partir dos recursos escassos de que dispõe;¹⁹
- as escalas de preferências e valores desse indivíduo e a sua "lógica da escolha";
- as condições da chamada concorrência perfeita: os indivíduos são atomizados, a informação é razoavelmente distribuída e os bens são relativamente homogêneos, de modo que o sistema se aproxima de um modelo auto-ajustado.

A partir desses pressupostos - os quais, repita-se, estendem as premissas da microeconomia à explicação e previsão do comportamento político dos indivíduos -, torna-se possível, por um procedimento basicamente dedutivo,

- compreender o modo pelo qual interesses diferentes e mesmo conflitantes são reconciliados, ou agregados, numa "escolha coletiva";
- desenvolver o "estudo das propriedades operatórias de conjuntos alternativos de regras políticas", um estudo comparativo (e portanto, em última análise, avaliativo) dos diferentes (e alternativos) sistemas de decisão política, dentro dos quais se dão as escolhas e se revelam as preferências;
- prever as conseqüências de cada um desses sistemas ou aparatos (tipo de sociedade e economia que geram e problemas daí resultantes);

¹⁹ Segundo Dennis Mueller: "O postulado comportamental básico da *public choice*, tal como na economia, é que o homem é egoísta, racional e maximizados de utilidade". Dennis C. Mueller, *Public Choice II* (Cambridge: Cambridge University Press, 1989), pp. 1-2.

- definir dispositivos constitucionais superiores (mais democráticos, ou mais "equitativos", mais eficientes, etc.); e, por oposição,
- expor os defeitos da ordem atual (Estado de bem-estar, intervencionismo, democracia ilimitada e baseada no voto majoritário, nos grupos de interesse, etc.)

O funcionamento da ordem de mercado é visto como um paradigma, um modelo de funcionamento para as outras instituições sociais. Assim, a pretensão desses analistas é descobrir quais as regras constitucionais que, no plano das decisões coletivas (não-mercado), mais se aproximam da perfeição exibida por essa ordem (a do mercado). E o que chamam de "economia constitucional", uma nova teoria do contrato social, que propicie uma reconstrução da ordem social e política.

Como dissemos, o estudo dos enquadramentos institucionais teria resultados aplicados: definiria quais as regras de decisão e ordenamento social e político que menos precisam de coerção e de condicionamentos éticos (boa vontade, altruísmo), aplicando-se aos homens "como eles realmente são". Ou, se quisermos usar o clichê que se apresenta na polêmica mais imediata: mais mercado, menos Estado.

***Rent-seeking* — a sociedade de predadores em que todos perdem**

Vejamos um pouco mais dessa preocupação examinando a estrutura estilizada de um de seus temas prediletos, o da sociedade de *rent-seeking* (captura de rendas).

Segundo essa "teoria", o

intervencionismo estatal propicia "situações de renda", ou seja, posições na sociedade que permitem a um agente (indivíduo, empresa, grupo) capturar vantagens superiores àquelas que obteria no mercado, no reino dos preços e "custos de oportunidade". São, em suma, vantagens de posição favorecidas por artifícios legais. Daí decorrem dois males, ou perversões: esses agentes investem seus esforços e recursos mais na busca predatória de privilégios do que em aumentar o produto global; os "tomadores de decisão", na administração pública, são "ofertadores de rendas", isto é, empregos ou legislação em troca de benefícios monetários (corrupção) ou apoio político.

Percebamos em detalhe o encadeamento lógico.

Em primeiro lugar, afirma-se que os instrumentos regulatórios (intervenção política na economia) quase fatalmente geram oportunidades para *rent-seeking* e outras deformações. Daí, evidencia-se a necessidade de evitar a criação de tais instituições interventoras-reguladoras (ou desmantelá-las, quando existentes) e limitar a "democracia majoritária" em vigor, que é vulnerável a tais lutas predatórias (podendo até mesmo estimulá-las). Isto pode ser feito por diversos caminhos, como:

- reduzindo ou qualificando o acesso ao voto;
- impondo cláusulas constitucionais pétreas que cerceiem drasticamente as deliberações do legislativo e da administração (executivo);
- dando ao judiciário (ou a algum agente que esteja acima das disputas partidárias, fracionais ou corporativas) poderes para

limitar ou revogar decisões dos eleitores (ou dos legisladores-representantes) com base em uma "racionalidade" mais alta (que esse agente privilegiado teria autoridade para definir).

Veamos essa argumentação de outro ângulo. Nossos autores diriam:

- 1) O paradigma dominante dos procedimentos de decisão política é a votação pelo princípio majoritário.
- 2) Esses procedimentos levam a resultados ilógicos (circulares ou caóticos), perversos (produzem o oposto do que se busca) e injustos (provocam confiscos e rapinas). E geram ineficiências: a legislação resultante torna artificialmente rentáveis atividades "naturalmente" absurdas, distorcendo ou esterilizando os efeitos positivos da alocação de esforços e recursos através da competição no mercado.
- 3) O resultado é uma sociedade de "soma negativa", uma sociedade que anda para trás. O mundo político, nessa perspectiva, tem pelo menos cinco vícios bastante claros:
 - reforça o poder dos que já estão por cima;
 - permite e/ou estimula a manipulação dos programas e das ações públicas;
 - supõe, aumenta e explora a ignorância dos eleitores;
 - é dominado por grupos de interesses organizados;
 - favorece a "troca de favores" no legislativo, etc.

Veja-se esta passagem de Buchanan, em que se casam elementos relativos ao método, ao diagnóstico/prognóstico relativo à situação de *rent-seeking* (aplicação do método) e, finalmente, uma dimensão normativa (uma

política para a situação):

A noção básica é muito simples e, mais uma vez, representa a transferência da teoria standard de preços para a política. Da teoria de preços aprendemos que os lucros tendem a se igualar, devido ao fluxo de investimentos entre diferentes oportunidades. A existência ou aparecimento de uma oportunidade de obtenção de lucros diferencialmente mais elevados atrairá investimentos até que os retornos se equalizem em relação àqueles generalizadamente disponíveis na economia. Portanto, o que deveríamos prever quando a política cria oportunidades de lucros, ou rendas? O investimento será atraído em direção a essas oportunidades [...] e engendrará tentativas de obter acesso às rendas. Quando o Estado licencia uma profissão, quando atribui cotas de importação e exportação, quando alota faixas de TV, quando adota planejamentos quanto ao uso do solo, podemos esperar que haverá desperdício de recursos em investimentos destinados a assegurar a fatia favorecida. [...] Como a expansão moderna do governo oferece mais oportunidades para a criação de rendas, devemos esperar que o comportamento maximizador de utilidade dos indivíduos leve-os a desperdiçar mais recursos na tentativa de assegurar "rendas" ou "lucros" prometidos pelo governo.²⁰

O oposto desse mundo "viciado" da política é o mundo governado pelo mercado, que segundo esses autores minimizaria os

²⁰ [James Buchanan, "The Economic Theory of Politics Reborn", em *Challenge*, 31 (2), trad. do autor, 1988, p. 8.]

defeitos acima mencionados. Talvez aqui, como exercício de pensamento, o leitor possa voltar aos itens mencionados (os cinco vícios da

política) e imaginar, em contrapartida, as virtudes do mercado.

Neoliberalismo e bens públicos

As escolhas no mundo do não-mercado

O que têm a dizer os neoliberais sobre o universo dos bens públicos e serviços coletivos?

Registremos um ponto de vista dominante nos anos de reconstrução do pós-guerra. Durante várias décadas, *Introdução à análise econômica*, o celebrado livro de Paul Samuelson, foi (ou ainda é) o catecismo das classes escolares de economia. Nele, o autor apresenta a economia como uma doutrina mais ou menos acabada e um método de resolução de problemas. Ambos são construídos a partir de uma afirmação de base: toda sociedade precisa resolver um problema sintetizado em três perguntas: o que produzir, como e para quem. Os procedimentos para a tomada de decisão deveriam conduzir portanto, em primeiro lugar, a uma determinada agregação de preferências, uma transformação das múltiplas preferências individuais em decisões coletivas. Conseqüentemente, levariam a uma correspondente alocação e distribuição dos recursos.

A partir daí, Samuelson descreve as sociedades atuais do Ocidente como economias mistas — nas quais o problema é equacionado e resolvido por dois grandes algoritmos, dispositivos de resolução de diferenças: o mercado, ou sistema de preços, e o aparato de decisão política (cujo modelo puro é o voto).

Quanto ao mercado, a sua definição é lapidar e entusiasta:

Um sistema competitivo é um esmerado mecanismo para a coordenação inconsciente através de um sistema de preços e mercados, um dispositivo visando à combinação do

conhecimento e das ações de milhões de indivíduos diversos. Sem contar com uma inteligência central, resolve um dos mais complexos problemas que se possa imaginar, envolvendo milhares de variáveis e relações desconhecidas.²¹

Nesse modelo é também usual a imagem do mercado como referendo permanente²². Ou seja, através da procura, os consumidores manifestam sua vontade e direcionam o sistema produtivo: definem quais bens e serviços serão produzidos, quantos e quando. É uma espécie de plebiscito invisível. Nele, os indivíduos possuem um número desigual de votos, corporificados em cédulas de dinheiro. Através dessas notas, tomam decisões. A apuração dos votos, ou seja, o escrutínio das necessidades e demandas sociais, é feita pelo mercado. Supõe-se aí que os indivíduos devem pagar pelo bem que desejam. Ou seja: votar no mercado-plebiscito, com as cédulas de que dispõem. Aplica-se nesse caso o chamado princípio de exclusão: quem não paga... não pega.

Com os bens públicos, contudo, nem sempre o princípio de exclusão pode ser aplicado eficientemente, ainda que em certos casos pudesse sê-lo. Pode-se cobrar do cidadão o espaço que ocupa no seu passeio pelos parques, ou o tempo em que permanece sentado nos bancos da praça, ou o benefício da iluminação das ruas.

²¹ ' Paul Samuelson, *Introdução à análise econômica*, vol. 1 (São Paulo: Agir, 1973), p. 67.

²² *Ibid.*, p.91

Na tradição econômica representada por Samuelson, um lugar especial caberia aos bens públicos, devido a alguns fenômenos:

- impossibilidade de aplicar o princípio de exclusão;
- monopólios naturais (impossibilidade técnica de contar com dois ofertadores do mesmo bem num mesmo espaço);
- economias de escala e "conjunção" de oferta (oferta e custos são fixos ou pelo menos não linearmente proporcionais ao número de clientes);
- externalidades (efeitos, positivos ou negativos, não computáveis e portanto não "cobráveis" de determinadas atividades).

Como o consumo dos bens públicos não depende clara e diretamente do pagamento - que é o voto válido no mercado -, as preferências dos consumidores e usuários não são reveladas através de gastos efetivos, individualizáveis e visíveis a olho nu. Em outras palavras, os economistas reconheciam aí a existência de atividades geradoras de benefícios que não podem ser comercializados (e registrados em escalas de preços) porque seria impraticável confiná-los a agentes individuais.

Não há, nesse caso, demanda no sentido estrito. Há contudo uma pseudodemanda, um quase-mercado. Qual o procedimento viável para verificar essas preferências, para fazer com que se revele essa curva de pseudodemanda? Ela se revelaria mediante um processo político - voto, pressões, motins, barricadas - e não por mecanismos de mercado. Enquanto neste último havia demanda em sentido estrito e voto em sentido lato, no caso dos bens públicos há demanda em sentido lato e voto em sentido estrito. Nesse caso, as preferências apareceriam

sob a forma de programas em disputa numa determinada arena política.

No primeiro caso, a escolha (eleição) era revelada por um simulacro do voto ou referendo - ou, na metáfora neoliberal extremada de Von Mises, pelo verdadeiro e legítimo referendo, o das trocas, usurpado pelo falso, o da democracia política. Cada consumidor vota com um número incerto de cédulas e desse modo determina o que a sociedade vai ser, para onde vai se inclinar a configuração produtiva, isto é, quantos e quais efetivamente virão a ser os sapateiros, açougueiros, padeiros, cervejeiros, etc. Compra literal, votação metafórica. No caso dos bens públicos, analogamente, mas invertendo os termos, teríamos um *simulacro* do mercado (uma quase demanda) e um *real* processo de votação.

Rumo ao mercado e ao quase-mercado

A *public choice* nasce justamente do estudo da diferença entre esses dois universos e da tentativa de conduzir um deles ao modo operativo do outro - tornar as "decisões não-mercado" mais próximas das "decisões do tipo mercado", como diz Buchanan. Por isso, é peculiar a maneira como essa escola de pensamento interpreta e contesta a situação descrita por Samuelson. Aceita, desde logo, a distinção entre os dois mecanismos de manifestação e agregação das preferências:

- 1) Mercado - o mundo das escolhas individuais, das iniciativas descentralizadas. Nele, a preferência revela-se pela adesão (ou abandono) do cliente a um fornecedor, pela substituição de um bem/serviço por outro, etc.
- 2) Política - o terreno das escolhas e

decisões coletivas, das iniciativas centralizadas, dos espaços, bens e serviços compartilhados ou consumidos em comum. Aqui, a preferência revela-se pelo apoio ou veto a programas políticos.

No mercado, temos um referendo permanente, silencioso, impessoal e de imediata apuração. Na política, um referendo que se realiza apenas de tempos em tempos, personalizado, ruidoso e de suspeita eficiência (circularidade, apuração mais vulnerável à fraude, etc.). Equacionados desse modo os termos do problema, a pergunta que nossos neoconservadores fazem tem uma resposta em grande medida já preparada: nesse terreno, o das escolhas sobre bens públicos e ações coletivas, será possível criar instituições e mecanismos que emulem o mercado? Seria melhor que assim fosse - então... como fazer para que assim seja?

Para justificar suas propostas, começam por observar o seguinte: alguns bens tidos *usualmente* como públicos não são *necessariamente* públicos, ou não precisam ser *obrigatoriamente* públicos nem *inteiramente* públicos. Os advérbios apontam a saída.

1) Em muitas situações pode-se individualizar o usuário (consumidor ou cliente) e cobrar pelo acesso ao bem - é o caso dos serviços educacionais. Aqui, trata-se claramente de substituir um mecanismo de manifestação das preferências - as decisões políticas - por outro mais eficiente e confiável, o mercado. Em vez de uma política pública de educação, deixa-se que os indivíduos façam a sua política de educação no mercado de serviços escolares. Um "subcaso" pode ser previsto nessa alternativa. Mesmo que se queira - por algum motivo ético ou político - garantir o

acesso a esse bem para indivíduos que não o podem comprar, não necessariamente a *provisão* do bem deve coincidir com a *produção*²³.

2) Com relação a casos menos claros, é possível optar por outra estratégia - tornar locais a produção e/ou distribuição de determinados bens e serviços antes oferecidos num âmbito regional ou nacional e, desse modo, segmentar ou "particionar" a cidadania para tornar mais "competitiva" a oferta dos bens e serviços. Viabiliza-se para o cidadão, aqui já convertido em usuário ou consumidor, a escolha entre fornecedores, criando situações que permitam este tipo de comportamento, a resposta a este tipo de alternativa: "Se você quiser essa cesta de bens, a esse preço, vá para a cidade X; se quiser outra configuração vá para a cidade Y". Enfim, viabiliza-se a existência de estruturas, regras e processos que emulem procedimentos de mercado (ou análogos ao mercado) na esfera antes pública, ou política.

Esse segundo caminho - o da

²³ E conhecido o exemplo de Milton Friedman propondo a distribuição de "cupons" aos pais de crianças, dando-lhes a oportunidade de escolher e comprar serviços educacionais fornecidos pela iniciativa privada. São lapidares seus comentários sobre a superioridade desse sistema: "Os pais poderiam expressar sua opinião a respeito das escolas diretamente, retirando seus filhos de uma escola e mandando-os para outra - de modo muito mais amplo do que é possível agora. Em geral, eles agora só podem tomar tal atitude arcando com os elevados custos de colocar os filhos numa escola particular ou trocar de residência. Quanto ao resto, só podem expressar seus pontos de vista através de complicados canais políticos". Milton Friedman, *Capitalismo e liberdade*, trad. Luciana Carli (São Paulo: Abril, 1985), p.87.

descentralização da oferta e distribuição - tornaria possível uma forma peculiar de "eleição", aquela em que se pode "votar andando", ou "votar com os pés": "Não há necessidade de eleições. Todas as preferências revelar-se-iam mediante a silenciosa votação andando que realizam os indivíduos ao ingressar ou abandonar as comunidades políticas [...]".²⁴

Diante dos mecanismos políticos de decisão, ineficazes, complexos, viciados, etc., "o procedimento de 'votar andando' [...] parece cumprir a tarefa de revelar as preferências individuais através do dispositivo simples de permitir que as pessoas se dividam em grupos de gostos análogos".⁵ Os indivíduos (e as empresas) tenderiam a agrupar-se em unidades políticas dotadas de gostos homogêneos.

Para chegar a esse modo de pensar é preciso partir de pressupostos extremos, radicais:

- Desde logo devemos imaginar um universo em que não existam economias de escala, nem externalidades: não há relações entre comunidades, uma não se beneficia dos efeitos gerados pela outra (ou, inversamente, é prejudicada pelos efeitos).
- Além disso, nesse mundo modelar, os cidadãos são plenamente móveis - estão, a rigor, no limite do descartável.
- E perfeito e instantâneo o conhecimento que os cidadãos têm das características das comunidades "fornecedoras", isto é, das alternativas de escolha.
- E, para que o modelo tenha a eficiência e equidade a ele atribuídas, o número e

variedade dessas comunidades deve ser suficientemente amplo para conter as diferentes combinações de preferências escalonadas pelos cidadãos-clientes.

Ao lado da teoria do "voto andante" - e complementando-a -, James Buchanan desenvolveu, há quase quarenta anos, uma "teoria econômica dos clubes", com a qual pretende oferecer um modelo que explicaria a oferta-procura de bens públicos (ou quase públicos) e, ademais, uma orientação normativa para a ação voltada à reforma do setor público.¹ Partamos do suposto de que é possível agrupar os indivíduos em segmentos que têm gostos e rendas idênticos. Isso posto, parece ineficiente manter no mesmo segmento (clube) indivíduos de gostos diferentes, quando é possível mantê-los em clubes separados:

O suposto de que os indivíduos têm gostos e rendas idênticos é mais do que mera conveniência analítica. É com frequência ineficiente ter indivíduos de gostos diferentes no mesmo clube, se isso pode ser evitado. Se todos os indivíduos são idênticos, exceto no fato de que alguns preferem piscinas retangulares e outros preferem piscinas ovais, então a constelação ótima de clubes é aquela que divide os indivíduos em clubes de piscinas ovais e clubes de piscinas retangulares.²⁵

²⁴ Dennis Mueller, *Public Choice II* (Cambridge: Cambridge University Press, 1989), p. 154. *Ibidem*.

²⁵ James Buchanan, "An Economic Theory of

As normas de constituição dos clubes são comparadas por esses analistas a uma espécie de contrato social estabelecido por unanimidade. Existindo muitas alternativas (clubes de gostos e rendas), todo indivíduo terá a certeza de encontrar a oferta de bens correspondente ao grau de financiamento que pretende sustentar. E terá a certeza de poder sair de um clube, ingressar em outro ou fundar um novo.

E claro que surgem, nesse modelo, vários problemas a serem resolvidos - custos de imigração/emigração, imposição de impostos e subsídios sobre esses movimentos, transferências de recursos entre comunidades (ou clubes), etc. Pensemos, por exemplo, na questão dos diferentes estratos de rendas. Em comunidades com classes de rendas bastante heterogêneas, os relativamente pobres beneficiam-se das demandas (elevadas) de bens públicos feitas pelos mais ricos. Poderia haver um outro problema, porém, se os indivíduos estiverem distribuídos em comunidades de rendas similares: os pobres consumiriam apenas os bens públicos que eles próprios fossem capazes de sustentar. E o que sucede, na prática, com o processo do "votar andando". A correção desse problema teria de ser feita mediante transferências entre comunidades - mas isso recoloca em cena os procedimentos políticos para a alocação de recursos e definição de metas sociais. E também obriga a decidir sobre o nível (local regional ou nacional) em que se situam os direitos de cidadania fundamentais.

Clubs", em *Economica*, 32, fevereiro de 1965. ' Denis Mueller, *op. cit.*, p. 153.

Políticas sociais, políticas públicas — qual o lugar dessas coisas?

Neste capítulo veremos como a ideologia neoliberal compreende e tenta modelar as políticas sociais em circunstâncias históricas determinadas. Antes, porém, recapitulemos quais são os grandes demônios que os neoliberais dizem ser necessário destruir.

No hemisfério Norte, os grandes inimigos a destruir são o Estado de bem-estar e as instituições políticas que permitem o gerenciamento estatal da economia. No terreno das idéias, eles se identificam com as doutrinas econômicas keynesianas. No hemisfério Sul, os vícios decorrem das políticas sociais e regulamentações trabalhistas, por um lado, e do Estado protecionista e industrializante, por outro. Essas instituições sociais, econômicas e políticas tornariam a economia rígida demais, engessada, estagnada. Elas impediriam o funcionamento das virtudes criadoras do mercado. No hemisfério Sul, as doutrinas perniciosas estão encarnadas pelas teorias desenvolvimentistas²⁶, pelo nacionalismo populista, pelo socialismo terceiro-mundista.

De qualquer modo, consideradas as diferenças, no Norte ou no Sul os resultados seriam bastante similares: essas instituições, crenças e práticas políticas integram as massas ao Estado - por meio do sufrágio, da organização sindical, dos movimentos populares e corporativos, das clientelas políticas, dos grupos de interesse. E assim se produz o

²⁶ Como as da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), criada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948.

inferno... Vejamos em mais detalhes como esse pensamento - liberal e conservador - constrói sua exposição, composta de um diagnóstico, um prognóstico sobre o futuro (ou já presente) e uma imprescindível terapêutica.

DIAGNOSTICO. As massas pobres - incompetentes ou indolentes, pouco importa, mas sobretudo malsucedidas na competição pela vida - ganham porém o direito de votar, organizar-se e atuar no universo político. Exercerão esse poder impondo aos ricos e proprietários - operosos, engenhosos, bem-sucedidos - um confisco de suas propriedades e/ou dos frutos por elas gerados, mediante taxações progressivas.

PROGNOSTICO. A criação de políticas redistributivas - políticas sociais do Estado voltadas para os pobres - constitui assim o destino inexorável da democracia sem limites, um regime político que gasta cada vez mais (e mal) e taxa cada vez mais (e mal). Começam a pulular os temas da crise crônica: pressão tributária, crise fiscal, sobrecarga do governo, democracia que opera no vermelho (expressão de Buchanan), endividamento do Estado, inflação. (As democracias são ingovernáveis - declarava sombriamente a Comissão Trilateral, já nos anos 70.) Ao lado desses fenômenos, juntamos um outro. Segundo esse ponto de vista, as políticas sociais em expansão geram também, inevitavelmente, uma burocracia estatal poderosa e irresponsável. Esta vira uma casta, que adquire força e interesses próprios, operando com o dinheiro dos outros, confiscado aos empresários, esses cidadãos operosos e criativos massacrados pelo Estado. O quadro se completa: tirania estatal,

arbitrariedades e incerteza, degradação dos valores empreendedores, a "ditadura das maiorias" já anunciada pelos liberais do século XIX, estagnação econômica. Desenhado esse apocalipse, o que mais se poderia querer para recomendar remédios amargos, mas indispensáveis?

TERAPÊUTICA. Cortemos o mal pela raiz, dizem nossos neoliberais. E a raiz foi apontada no primeiro elo do argumento, o diagnóstico. Dizem eles: é urgente barrar a vulnerabilidade do mundo político à influência perniciosa das massas pobres, incompetentes, malsucedidas. Em primeiro lugar, reduzindo esse universo político - ou o campo de atividades sobre as quais elas podem influir, desregulamentando, privatizando, emagrecendo o Estado. Em segundo lugar, reduzindo o número de funcionários estatais que estejam submetidos à pressão das massas. Alguns funcionários - os que controlam botões decisivos da política pública, como as finanças e a aplicação da justiça - devem ser protegidos por cordões sanitários que lhes permitam ser mais sensíveis às pressões da Razão, que os nossos neoliberais identificam cada vez mais abertamente com a "sabedoria" dos mercados financeiros internacionais. E que eles sejam, em contrapartida, menos vulneráveis à voz das urnas e das ruas, inconstantes, volúveis e insaciáveis. Em suma, se já não é possível evitar o voto, tratemos de esterilizá-lo. Mas ainda isso é insuficiente. A participação extra-eleitoral das massas também tem de ser limitada - e por isso os processos de "ajuste" neoliberais golpeiam exemplarmente os sindicatos e associações de defesa dos trabalhadores.

Os neoliberais contemporâneos repetem com insistência: no binômio "democracia capitalista", o mal reside não ali onde os marxistas haviam centrado sua atenção (o capitalismo), mas no outro termo, a democracia. Por isso, pregam uma espécie de revolução constitucional que ponha fim à "democracia ilimitada", como diria Hayek, ou à "democracia que opera no vermelho", para usar a expressão de Buchanan. Este autor, aliás, é a esse respeito bastante claro:

- a moralidade fiscal pré-keynesiana está erodida;
- não é possível recuperar este mundo no plano exclusivamente moral;
- trata-se então de estabelecer normas explícitas de contenção dos abusos populistas. Em suma...
- é preciso uma verdadeira "revolução constitucional" neoconservadora.

Do lado de baixo do equador... também existe o pecado

Pois bem, voltemos agora nossos olhos para o hemisfério Sul, América do Sul, para sermos precisos, no final dos anos 70 e início dos 80. Veremos aí o desenvolvimento de duas tendências, às vezes complementares, mas geralmente conflitantes.

Vejam o cenário de partida. Países submetidos a ditaduras que financiavam suas atividades (inclusive projetos econômicos faraônicos) mediante endividamentos a juros flutuantes. Dois choques nos preços internacionais do petróleo, golpeando as contas externas. No final dos anos 70, como consequência de medidas do banco central norte-americano, a taxa de juros aplicada à

dívida triplica-se e torna esses países absolutamente inadimplentes. A renegociação da dívida é cada vez mais submetida a "programas de ajuste" com suas "condicionalidades": mudanças estruturais dirigidas e vigiadas pelo Banco Mundial e pelo FMI. Some-se a isso um amplo processo internacional de desregulamentação e liberalização dos fluxos comerciais e financeiros impulsionado e imposto a partir dos governos Thatcher e Reagan. Alguns dão a esse novo cenário um nome elegante: globalização. Aos países subdesenvolvidos, caberia o destino da "integração competitiva" na nova divisão internacional do trabalho. Esses elementos descrevem a primeira tendência, a lógica dos mercados e da eficiência.

Mas há um outro lado da história. E também nesse momento que as ditaduras declinam e se mostram cada vez mais incapazes de gerenciar a transição. Os processos de "redemocratização controlada" não conseguem evitar intrusos. As pressões para ampliar a participação popular (voto, organização sindical, movimentos populares, manifestações de massa) geram expectativas de controle público sobre atividades estatais (desprivatizar o Estado) e de cobrança dos direitos de cidadania abafados pela repressão (a "dívida social").

Examinando essas duas tendências - particularmente visíveis no Brasil dos anos 80 - podemos entender por que os economistas chamam esse período de "década perdida" e por que, por outro lado, ao ler os estudos de outros cientistas sociais, temos a impressão de que é outro o rótulo que devemos utilizar - uma década de espaços conquistados. Os economistas conservadores logo irão explorar

essa combinação, declarando solenemente que se trata de uma década perdida por *causa* dos espaços conquistados. A partir desse argumento anunciam e apregoam um "ajuste estrutural", de reformas doloridas.

E claro que as reformas vão gerar alguns atritos entre as vítimas. Para serem implantadas (e sobretudo consolidadas) devem contornar esses conflitos. Há vários caminhos para isso - e eles não se excluíram, na história recente da América Latina e do Brasil em particular. Vou me deter apenas em um deles, o das políticas sociais de combate à pobreza. Quem examina esses programas - nas recomendações das agências multilaterais, como o Banco Mundial, ou nos projetos efetivamente lançados por vários governos da região - nota a preocupação central com um traço: o da localização, dos *target benefits* - benefícios com alvos bem precisos e delimitados. Essa política terá várias vantagens para as elites conservadoras, que geralmente conduzem as reformas. Em primeiro lugar, os benefícios focalizados reduzem custos; os setores no extremo da pobreza são conquistáveis com recursos limitados. Afinal, pobre custa pouco, muito pouco. Em segundo lugar, racionalizam a velha política de clientela. Benefícios dirigidos e particularizados não correm o risco político de serem confundidos com medidas que criam *direitos* universais ou bens públicos, sempre submetidos, estes últimos, a demandas de extensão e generalização. Permitem também a distribuição mais discricionária dos recursos. Além de seletivos (e por causa disso), têm mais chance de impor condições à concessão, dando forma mais clara às manifestações de gratidão dos beneficiados.

Em certa medida é esse quadro que permite entender os três lemas das políticas públicas na era dos "ajustes estruturais": focalizar, descentralizar, privatizar.

Focalizar, substituindo a política de acesso universal pelo acesso seletivo. O acesso universal faz com que os serviços sejam considerados direitos sociais e bens públicos. O acesso seletivo permite definir mais limitadamente e discriminar o receptor dos benefícios. Por isso, em muitos países submetidos a programas de ajuste neoliberal, as políticas sociais são praticamente reduzidas a programas de socorro à pobreza absoluta. Isso tem também implicações políticas profundas. Ao longo do tempo, no pós-guerra, o Estado de bem-estar social aproximara-se cada vez mais de um projeto definido de sociedade, com a integração das massas assalariadas aos mecanismos de deliberação política. As políticas sociais do neoliberalismo, por sua vez, aproximam-se cada vez mais do perfil de políticas compensatórias, isto é, de políticas que supõem, como ambiente prévio e "dado", um outro projeto de sociedade definido em um campo oposto ao da deliberação coletiva e da planificação. O novo modelo de sociedade é definido pelo universo das trocas, pela mão invisível do mercado.

Descentralizar operações, o que não implica necessariamente *desconcentrar* - sobretudo as decisões políticas mais estratégicas e, muito menos, a gestão dos grandes fundos.

Enfim, mas não menos importante, *privatizar*. Isto pode ser feito, basicamente, por duas vias. A primeira é transferir ao setor privado a *propriedade* dos entes estatais (inclusive os entes provedores de políticas

sociais, tais como saúde, educação, moradia, assistência social, etc.). A segunda via é transferir ao setor privado a *operação e/ou gestão* dos serviços (o que traz à baila a velha diferenciação, da teoria das finanças públicas, sobre provisão e produção dos serviços públicos). Como se transfere essa operação?

Em primeiro lugar, delegando competências ao setor privado (ou à variante do assim chamado terceiro setor). Ou, ainda, mantendo as competências na esfera pública estatal, mas submetendo esses entes estatais a controles de mercado ou que simulem mercados. Em outras palavras, criando em certas esferas dos serviços públicos sistemas de avaliação que simulem a relação fornecedor-

cliente.

Como vimos acima, com respeito aos quase-mercados no caso dos bens públicos, estas duas palavras de ordem, *privatizar* e *descentralizar*, encontram-se muitas vezes conectadas, uma dependendo da outra ou conduzindo à outra. A criação de procedimentos análogos ao mercado - supostamente superiores aos políticos - depende de mecanismos de descentralização político-administrativa, segmentação de cidadanias, etc. Ou pelo menos seria enormemente favorecida por eles. Mas esse é, infelizmente, um tópico cujo detalhamento nos exigiria muito mais tempo e espaço.

Os neoliberais... por eles mesmos

Aqui o leitor encontrará uma série de "instantâneos" do pensamento neoliberal. São passagens exemplares, recortadas de livros, artigos, palestras e depoimentos dos principais autores dessa corrente, ilustrando os argumentos que historiamos nos capítulos anteriores.

A seleção é apresentada na forma de entrevistas simuladas. As perguntas retomam e resumem temas mais frequentes dos ideólogos neoliberais, e as respostas são montadas com passagens literais de seus livros, artigos e conferências. Nas notas de rodapé, indicamos as fontes nas quais coletamos os textos. Procuramos, sempre que possível, selecionar as edições em português, mais acessíveis à maior parte dos leitores. Ainda assim, vale registrar que retificamos algumas vezes as traduções, confrontando-as com os originais.

O leitor deve notar uma estratégia no combate argumentativo a que assistirá ao percorrer as passagens a seguir. Hayek, Buchanan e Friedman procuram, em primeiro lugar, demonstrar a fragilidade das teorias explicativas de seus adversários: elas seriam modelos irrealistas e ilógicos, que não batem com os fatos. Em seguida, tentam mostrar como esses modelos falhos levam a soluções práticas também equivocadas. Estas resultariam em políticas ineficientes, perdulárias, ou gerariam efeitos colaterais indesejáveis, como o esmagamento das liberdades individuais, totalitarismo, redução do dinamismo cultural, etc.

Em outras palavras, em primeiro lugar procuram mostrar que o lado normativo dos opositores — seus valores e recomendações políticas — está baseado em uma deficiência de seu lado epistemológico, descritivo. Como eles explicam mal a realidade, não conseguem dominá-la com eficiência e equilíbrio. Entendendo mal a realidade como ela é, não conseguem modelar a realidade tal como deve ser... Veremos, no capítulo seguinte, que um procedimento similar é seguido também pelos críticos dos neoliberais.

Friedrich August von Hayek

Desde os anos 30, seus artigos e livros insistem na idéia de que suas preferências políticas, sociais e econômicas derivam da importância que dá ao uso do conhecimento na sociedade. Em outras palavras, o senhor diria que a superioridade de uma forma de organização social sobre a outra é medida pelo fato de possibilitar a produção e manuseio mais eficiente do conhecimento que tem resultados práticos?

HAYEK— É graças aos esforços harmônicos de muitas pessoas que se pode utilizar uma quantidade de conhecimento maior do que aquela que um indivíduo isolado pode acumular ou do que seria possível sintetizar intelectualmente. E graças a essa utilização do conhecimento disperso é que se tornam possíveis realizações superiores às que uma mente isolada poderia prever. E justamente porque liberdade significa renúncia ao controle direto dos esforços individuais que uma sociedade livre pode

fazer uso de um volume muito maior de conhecimentos do que aquele que a mente do mais sábio governante poderia abranger.²⁷

A razão pela qual a cada indivíduo é garantida uma esfera reconhecida, dentro da qual ele pode decidir a respeito de suas ações, é permitir-lhe fazer o melhor uso de seu conhecimento, especialmente de seu conhecimento concreto e muitas vezes exclusivo das circunstâncias específicas de tempo e lugar.²⁸

Nesse caso, a liberdade de iniciativa, o domínio protegido da propriedade privada, a defesa do indivíduo contra o Estado - valores que têm sido associados à democracia liberal - seriam justificados por razões de eficiência? Ou seja, sua filosofia política não julga esses valores como fins em si mesmos, mas sim como meios para a realização da sobrevivência da espécie humana?

HAYEK – Nem o mais dogmático dos democratas pode afirmar que toda e qualquer ampliação da democracia é um bem. Independentemente do peso dos argumentos a favor da democracia, ela não é um valor último, ou absoluto, e deve ser julgada pelo que realizar. Ela constitui provavelmente o melhor método para a consecução de certos fins, mas não é um fim em si mesma.²⁹

Então, ainda que o conhecimento científico lhe desse essa possibilidade, a espécie humana deveria descartar o controle consciente da vida social?

HAYEK – Resta pouca dúvida de que o homem deve parte de seus maiores sucessos ao fato de não ter sido capaz de controlar a vida social. Seu avanço contínuo provavelmente dependerá de sua renúncia deliberada aos controles que agora estão em seu poder. No passado, as forças evolutivas espontâneas, embora muito limitadas pela coerção organizada do Estado, ainda podiam afirmar-se contra este poder. Dados os meios tecnológicos de controle hoje à disposição do governo, talvez já não seja possível afirmar isso; de qualquer forma, em breve poderá tornar-se impossível. Não estamos longe do momento em que as forças deliberadamente organizadas da sociedade poderão destruir as forças espontâneas que tornaram possível o progresso.³⁰

Mas não é positiva a elaboração, através das ciências sociais, de procedimentos políticos que modelem a economia e as práticas humanas, de modo a torná-las menos dependentes do acaso e do risco? E a adoção desses modelos por vias democráticas, como o voto livre, não é um avanço na história da humanidade?

HAYEK - Tal processo não deve ser confundido com os processos espontâneos, pois, como as

²⁷ Friedrich A. von Hayek, *Fundamentos da liberdade* (Brasília: Universidade de Brasília, 1983), p. 29

²⁸ *Ibid.*, pp. 172-173.

²⁹ *Ibid.*, p. 115.

³⁰ *Ibid.*, p.37

comunidades livres descobriram, aquilo que é gerado espontaneamente é quase sempre melhor do que aquilo que é planejado pela sabedoria individual. Se por "processo social" entendemos a evolução gradual que produz soluções melhores do que as deliberadamente planejadas, a imposição da vontade da maioria não representa tal evolução. A imposição da vontade da maioria difere radicalmente do processo de livre evolução que gera instituições e costumes, porque seu caráter coercitivo, monopólico e exclusivista destrói as forças auto-reguladoras que fazem, em uma sociedade livre, ser abandonadas as tentativas equivocadas e prevalecer as mais acertadas. Ela difere também, fundamentalmente, daquele processo cumulativo pelo qual a lei surge a partir de precedentes, a menos que, como ocorre nas decisões judiciais, a imposição se transforme em um todo coerente pelo fato de os princípios adotados em decisões anteriores passarem a ser normalmente obedecidos.³¹

Mas, se o critério de validade para as instituições é a sua existência ou durabilidade, as instituições atuais, inclusive o intervencionismo estatal e a planificação econômica, não poderiam ser qualificadas como "boas" e não como "desvios" do bom caminho?

HAYEK - As considerações que fiz, naturalmente, não implicam que todos os conjuntos de princípios morais que evoluíram numa determinada sociedade são benéficos. Assim como um grupo pode vir a predominar graças às normas morais observadas por seus membros, e seus valores conseqüentemente podem acabar sendo imitados por toda a nação que aquele grupo passou a liderar, é possível também que um grupo ou nação se destrua por causa das normas de conduta moral que segue. Somente os resultados finais podem mostrar se os ideais que orientam um grupo são benéficos ou nefastos. O fato de uma sociedade ter chegado a considerar os ensinamentos de alguns homens a expressão do bem não prova que, se seguidos, tais ensinamentos não levarão a nação à ruína. É possível que uma nação se destrua ao obedecer aos ensinamentos daqueles que considera seus melhores membros, santos até, indubitavelmente guiados pelos ideais mais altruístas. Uma sociedade cujos membros ainda fossem livres para decidir seu modo de vida não correria esse risco, pois tais tendências seriam corrigidas automaticamente: somente os grupos orientados por ideais "inviáveis" decairiam, enquanto outros, menos virtuosos segundo os padrões correntes, tomariam o seu lugar. Mas isso ocorrerá somente numa sociedade livre, em que tais ideais não sejam impostos a todos. Nas sociedades em que todos são obrigados a servir aos mesmos ideais e nas quais não se permite aos dissidentes seguir outros ideais, as normas só se demonstrarão inadequadas com a decadência de toda a nação.³²

Nesse caso, a superioridade da sociedade de livre mercado e propriedade privada pode ser vista como uma espécie de fé" nos resultados que se produziriam em um imaginário final da história?

HAYEK - Nossa fé na liberdade não se baseia nos resultados previsíveis em determinadas

³¹ Ibid., p. 121

³² Ibid., p.72.

circunstâncias, mas na convicção de que ela acabará liberando mais forças para o bem do que para o mal.³³

O que o Estado não deve nem pode fazer?

HAYEK - Há medidas governamentais que o Estado de direito exclui em princípio porque não podem ser postas em prática pela mera aplicação de normas gerais, mas implicam necessariamente discriminação arbitrária entre as pessoas. As mais importantes entre elas são as decisões sobre quem terá permissão de fornecer diferentes serviços ou mercadorias, a que preços e em que quantidades - em outras palavras, medidas que pretendem controlar o acesso a diferentes profissões e ocupações, os termos de venda e o volume a ser produzido ou vendido.³⁴

Nesse caso, existe algum espaço para a ação governamental legítima? Qual o critério para delimitá-lo?

HAYEK - Enquanto o governo se atém apenas à prestação de serviços que de outra maneira não estariam disponíveis (geralmente porque não é possível limitar os benefícios às pessoas dispostas a pagar por eles), a única questão que surge é se os benefícios compensam os custos. Naturalmente, se o governo reclamasse para si o direito exclusivo de prestar certos serviços, estes passariam a ser coercitivos. Uma sociedade livre usualmente exige não só que o governo tenha o monopólio da coerção mas que detenha sozinho esse monopólio e que, em todos os outros aspectos, atue de acordo com as mesmas condições às quais todos os indivíduos devem obedecer. Muitas atividades que os governos têm empreendido universalmente nesse campo, e que se encontram dentro dos limites descritos, são aquelas que facilitam a obtenção de conhecimento preciso sobre fatos de importância geral. A mais importante função desse gênero é a criação de um dispositivo para o estabelecimento de um sistema monetário confiável e eficiente. Outras importantes são o estabelecimento de padrões de pesos e medidas; a liberação de informação proveniente da agrimensura, do registro de terras, de estatística, etc.; e o custeio, se não de toda a estrutura educacional, pelo menos de alguma forma de educação.³⁵

Mas isso não quer dizer admitir a existência de Estado e de ação governamental, paralelamente ao mercado e à livre iniciativa?

HAYEK - Todas essas funções de governo constituem parte de suas atividades tendentes a criar uma estrutura que auxilie o indivíduo a tomar decisões; elas oferecem meios que os indivíduos podem usar para seus próprios fins. [...] Além disso, na maioria dos casos não é de modo algum necessário que

³³ *Ibid.*, pp. 29-30

³⁴ *Ibid.*, p. 275.

³⁵ *Ibid.*, p. 270.

o governo assuma a administração direta de tais atividades; esses serviços podem, de forma geral, ser oferecidos, e com melhores resultados, se o governo assumir parcial ou totalmente a responsabilidade financeira, embora deixando a direção dos negócios para organismos independentes e em certa medida competitivos.³⁶

Como o sistema de preços, o mercado, faz com que indivíduos e empresas tenham acesso a esse conhecimento e o coloquem em uso? Como o mercado orienta positivamente as ações dos indivíduos?

HAYEK - Quando o mercado diz a um empresário que é possível obter mais lucro de uma forma determinada, ele pode se preocupar com sua própria vantagem e também prestar ao agregado (em termos das mesmas unidades de cálculo que a maioria dos outros usa) uma contribuição maior do que conseguiria de qualquer outra maneira disponível. Pois esses preços informam os participantes do mercado das cruciais condições momentâneas das quais depende toda a divisão do trabalho; a taxa real de convertibilidade (ou "substituibilidade") de diferentes recursos por outro, quer para a produção de outros bens, quer para a satisfação de determinadas necessidades humanas.³⁷

O mercado e o sistema de preços são então uma espécie de artefato ou dispositivo gerador e/ou transmissor de informações, sendo estas decisivas para as iniciativas individuais?

HAYEK — Devemos considerar o sistema de preços como um mecanismo para comunicar informação; função que, obviamente, cumpre de maneira menos perfeita na medida em que os preços se tornam mais rígidos. [...] O mais relevante nesse sistema é a economia de conhecimento com que opera, isto é, quão pouco os participantes individuais necessitam saber para poder atuar corretamente. De forma abreviada, graças a uma espécie de símbolo, só transmite a informação mais essencial e transmite-a apenas aos interessados. Não é uma simples metáfora descrever o sistema de preços como uma espécie de maquinaria para registrar a mudança, ou como um sistema de telecomunicações que permite aos produtores individuais, pela mera observação do movimento de alguns poucos indicadores, e do mesmo modo como um engenheiro observaria os ponteiros de alguns instrumentos, ajustar suas atividades a mudanças sobre as quais talvez nunca cheguem a saber mais do que aquilo que se reflete no movimento dos preços.³⁸

O problema que pretendemos resolver é como a interação espontânea de uma série de pessoas, cada uma possuindo apenas pedaços de conhecimento, produz um estado de coisas no qual os preços correspondem aos custos, etc., e que só poderia ser produzido por orientação deliberada de alguém que tivesse o conhecimento combinado de todos esses indivíduos. A experiência nos mostra que algo dessa espécie acontece, já que a observação empírica de que os preços tendem a corresponder aos custos foi o

³⁶ *Ibid.*, pp. 271-272

³⁷ " F. A. von Hayek, *Arrogância fatal - os erros do socialismo* (Porto Alegre: Ortiz, 1995), p. 136.

³⁸ F. A. von Hayek, "The use of knowledge in society" (1945), reimpresso em *Individualism and economic order* (Chicago/Londres: The University of Chicago Press, 1980), pp. 86-87

começo de nossa ciência.³⁹

Podemos ver que o senhor faz um uso bastante específico do termo conhecimento. Qual é então o conhecimento de fato relevante na vida social?

HAYEK — Tornou-se costumeiro entre os economistas enfatizar apenas a necessidade do conhecimento dos preços, aparentemente porque - como uma consequência das confusões entre dados objetivos e subjetivos - o conhecimento completo dos fatos objetivos era tido como certo. Nos últimos tempos, até o conhecimento dos preços correntes foi tido como certo, e de tal maneira que o único aspecto no qual se considerava problemática a questão do conhecimento foi a antecipação dos preços futuros. Mas, como já indiquei no começo deste ensaio, as expectativas de preços e mesmo o conhecimento dos preços correntes são só uma parte muito pequena do problema do conhecimento tal como o vejo. O aspecto mais amplo do problema do conhecimento com que estou preocupado é o conhecimento do fato básico de como as diferentes mercadorias podem ser obtidas e usadas, e sob quais condições elas são realmente obtidas e usadas, ou seja, a questão geral de por que os dados subjetivos para as diferentes pessoas correspondem aos fatos objetivos.⁴⁰

A conclusão que devemos tirar é que o conhecimento relevante que a pessoa tem de possuir para que o equilíbrio prevaleça é o conhecimento que ela tende a adquirir em vista da posição em que está originalmente e dos planos que faz então.⁴¹

Está fora de toda dúvida a existência de um importante ainda que desorganizado conjunto de conhecimentos que não podem ser chamados de científicos no sentido de ser um conhecimento de regras gerais; é o conhecimento das circunstâncias situacionais e temporais específicas. Em relação a esse conhecimento pode-se afirmar que, na prática, todo indivíduo tem alguma vantagem sobre os demais quando possui uma informação exclusiva da qual pode fazer um uso proveitoso, mas isso apenas se as decisões dela derivadas dependem dele ou são tomadas com sua ativa cooperação. Basta recordar quanto temos de apreender no desenvolvimento de qualquer atividade profissional e, uma vez concluída a aprendizagem teórica, que amplo período de nossa vida profissional empregamos em aprender tarefas concretas, e que valioso bem resulta, em todos os âmbitos da vida, do conhecimento que as pessoas têm sobre condições particulares ou circunstâncias especiais. Conhecer e saber rentabilizar ao máximo uma máquina que não funciona a pleno rendimento, o modo de otimizar as capacidades de alguma pessoa ou de colocar em circulação mercadorias armazenadas durante uma interrupção de fornecimento é socialmente tão útil como o conhecimento de melhores técnicas alternativas. Assim, pois, o armador que ganha a vida contratando a volta de barcos vazios ou com meia carga; o agente imobiliário cujos haveres consistem quase exclusivamente nas oportunidades de temporada; ou o intermediário que obtém benefícios com as diferenças de preços entre as mercadorias -

³⁹ F. A. von Hayek, "Economics and knowledge" (1936), reimpresso em *Individualism and economic order* (Chicago/Londres: The University of Chicago Press, 1980), pp. 50-51

⁴⁰ *Ibidem.*

⁴¹ *Ibid.*, p.53

todos eles têm funções eminentemente úteis baseadas em seu particular conhecimento das circunstâncias determinadas de um efêmero momento que são desconhecidas para os demais⁴²..

O senhor insiste na evolução inconsciente ou espontânea das instituições sociais. Elas parecem submetidas a uma espécie de darwinismo, pela sobrevivência das mais aptas, e a um lamarckismo, pela transmissão dos caracteres adquiridos. Não poderiam ser projetadas, desenhadas previamente pelo homem.

HAYEK — Utilizei deliberadamente a palavra "maravilha" para tirar o leitor da complacência cômoda a partir da qual freqüentemente damos por certo o funcionamento desse mecanismo. Estou convencido de que se este obedecesse a um projeto deliberado, e se as pessoas que se guiam pelas alterações de preços compreendessem que suas decisões vão mais além de seu objetivo imediato, tal mecanismo teria sido aclamado como uma das maiores conquistas da mente humana. Porém, seu infortúnio é duplo: não é o resultado de nenhum projeto humano, e as pessoas guiadas por ele normalmente não sabem por que se vêem obrigadas a agir do modo como agem. Pois bem, aqueles que clamam por uma "direção consciente" - e não podem crer que algo desenvolvido sem projeto (e que nem mesmo entendemos) possa resolver questões que não seríamos capazes de resolver conscientemente - deveriam lembrar o seguinte: o problema consiste precisamente em como estender o controle sobre nossa utilização dos recursos mais além do alcance de uma só mente qualquer; e, por conseguinte, como prescindir da necessidade de um controle consciente e como subministrar aos indivíduos sinais que os obriguem a atuar segundo o que é desejável sem que ninguém lhes diga o que têm de fazer.⁴³

Esta evolução espontânea aplica-se ao mercado e a outras instituições humanas, então?

HAYEK — Defrontamo-nos com um problema que não é específico das ciências econômicas, mas tem relação com quase todos os fenômenos de natureza social, com a linguagem e com a maioria de nossa herança cultural, e que constitui realmente o problema teórico central de toda ciência social. Como assinalou Alfred Whitehead em outro contexto, "é um tópico profundamente errôneo, repetido em todos os manuais e nos discursos de personagens eminentes, que é o de que deveríamos cultivar o hábito de pensar no que fazemos, quando o que ocorre é justamente o contrário: uma civilização avança à medida que aumenta o número de operações

importantes que seus membros podem realizar sem pensar nelas". Isso possui um significado especialmente relevante no campo do social, já que fazemos uso constante de fórmulas, símbolos e regras cujo significado não entendemos e de cujo uso tiramos proveito de um conhecimento que não possuímos individualmente. Desenvolvemos tais práticas e costumes a partir de hábitos e tradições que

⁴² F. A. von Hayek, cit., p. 80

⁴³ *Ibid.*, pp. 87-88

tiveram êxito em sua própria esfera e que, em determinado momento, se converteram em fundamento da civilização que construímos. O sistema de preços não é senão uma dessas formações que o homem aprendeu a usar (ainda que esteja longe de fazê-lo da melhor forma) depois de ter tropeçado com ela sem compreendê-la. Através dela foi possível não apenas uma divisão do trabalho, mas um uso coordenado dos recursos baseado em um conhecimento igualmente segmentado.⁴⁴

Mas o mercado é, entre todas essas instituições, uma espécie de modelo, de paradigma, de "ponto de chegada" da perfeição... De todas elas, seria a que melhor exemplifica a frase de Adam Ferguson que o senhor costuma citar: "As instituições humanas são o resultado da ação humana, mas não de uma deliberação ou desígnio humano". É certo isso?

HAYEK — Aquilo que chamo de *extended order* como um todo, que representa uma adaptação às atividades humanas por meio de uma infinidade de fatos particulares que ninguém conhece em sua plenitude, foi feito pelo mercado. E o mercado se tornou possível pela ação de pessoas que adotaram as normas relativas à propriedade privada, aos contratos e assim por diante, que elas aceitaram não por ter compreendido que seriam benéficas à humanidade, mas pela simples razão de que aqueles grupos que de alguma forma se fixavam nesses princípios do individualismo multiplicaram-se muito mais rapidamente do que os outros, já que assim podiam manter uma população muito maior. E nossas crenças morais na propriedade privada e na liberdade de contrato cresceram juntamente com essa noção moderna de ordem

econômica, que tornou possível a sobrevivência de uma população praticamente quatro vezes superior àquela existente no mundo, antes que o homem deixasse de ser um caçador e um coletor para se tornar um produtor para o mercado.⁴⁵

Exaltamos a nós mesmos, imerecidamente, se representamos a civilização humana como o produto integral da razão consciente ou o produto de um desígnio humano, ou quando admitimos que está necessariamente em nosso poder recriar ou manter, de maneira deliberada, aquilo que construímos sem saber o que estávamos fazendo. Embora nossa civilização seja o resultado de um acúmulo de conhecimento individual, isto não se dá pela explícita ou consciente combinação de todo esse conhecimento em qualquer cérebro individual, mas pela sua incorporação em símbolos que usamos sem compreender, em hábitos e instituições, ferramentas e conceitos que o homem em sociedade está habilitado constantemente a aproveitar a partir de um corpo de conhecimentos que nem ele nem qualquer outro homem possui completamente. Muitas das grandes coisas que o homem alcançou são o resultado não do pensamento conscientemente dirigido, e menos ainda o produto de um esforço deliberadamente coordenado de muitos indivíduos, mas de um processo no qual o indivíduo desempenha um papel que nunca compreende plenamente. Elas são maiores do que

⁴⁴ Ibidem

⁴⁵ F. A. von Hayek, *Hayek na UnB: conferências, comentários e debates* (Brasília: Universidade de Brasília, 1981), p. 2

qualquer indivíduo porque resultam da combinação de conhecimentos mais extensos do que aqueles que uma mente isolada domina.⁴⁶

O senhor, como Edmund Burke há duzentos anos, parece cultuar duas coisas aparentemente incompatíveis. Por um lado, a idéia de competição entre formas sociais e evolução; ainda nesse campo, as virtudes criadoras e dinamizadoras do mercado. Por outro lado, o valor das tradições e da submissão aos valores não refletidos, como componente essencial da boa ordem. Mas o ácido mordente da competição, do interesse material, do cálculo de custos e benefícios, o mercado, enfim, não é um dissolvedor dos laços tradicionais? _Alão fa4 como dizia o Manifesto Comunista, que tudo que é sólido desmancha no ar? Que sentido o senhor atribui ei sobrevivência de crenças e tradições, para conduzir os comportamentos sociais?

HAYEK — O costume e a tradição, ambos adaptações não racionais ao ambiente, têm maior probabilidade de orientar a seleção do grupo quando sustentados por tótems e tabus ou crenças mágicas ou religiosas - crenças que se desenvolveram da tendência de interpretar qualquer ordem que os homens encontrassem de maneira animista.²¹ Mesmo aqueles entre nós, como eu mesmo, que não estão preparados para aceitar a concepção antropomórfica de uma divindade pessoal, deveriam admitir que a perda prematura do que consideramos como crenças não fatuais teria privado a humanidade do apoio poderoso do longo desenvolvimento da ordem espontânea que agora desfrutamos e que mesmo agora a perda dessas crenças, sejam elas verdadeiras ou falsas, cria grandes dificuldades.⁴⁷

Frazer salienta que "quando uma coisa se torna tabu tem o efeito de dotá-la de uma energia sobrenatural ou mágica que a faz praticamente inacessível a todos salvo seu proprietário. Portanto o tabu transformou-se num instrumento para fortalecer os laços, talvez nossos amigos socialistas dissessem, para reforçar os rebites das correntes da propriedade privada". Ele cita um autor anterior que refere que na Nova Zelândia uma "forma de tabu era um grande preservador da propriedade", e também uma obra anterior sobre as ilhas Marquesas, onde, "sem dúvida, a primeira missão do tabu era estabelecer a propriedade como base de toda a sociedade".⁴⁸

Frazer concluiu também que a "superstição prestou um grande serviço à humanidade. Ela forneceu às multidões um motivo, um motivo errado é verdade, para a ação certa: e com certeza é melhor para o mundo que os homens estejam certos por motivos errados do que façam o mal com as melhores intenções. O que importa à sociedade é a conduta, não a opinião: se somente nossas ações são justas e boas, aos outros não importa minimamente se nossas opiniões estão equivocadas"⁴⁹.

O senhor apoiou e assessorou decididamente governos autoritários e mesmo regimes ditatoriais

⁴⁶ F. A. von Hayek, *Counter-Revolution of Science - Studies on the Abuse of Reason* (Indianópolis: Liberty Fund, 1979), pp. 149-150.

⁴⁷ ¹ F. A. von Hayek, *Arrogância fatal - os erros do socialismo*, cit., p. 184.

⁴⁸ *Ibid.*, p. 185.

⁴⁹ *Ibid.*, p. 205.

bastante violentos, como o do general Pinochet. Pode um liberal admitir um governo autoritário alegando ser este um modo de preservar a liberdade?

HAYEK — O oposto de democracia é governo autoritário; o de liberalismo é totalitarismo. Nenhum dos dois sistemas exclui necessariamente o oposto do outro: a democracia pode exercer poderes totalitários, e um governo autoritário pode agir com base em princípios liberais.⁵⁰ Uma sociedade livre requer certas morais que em última instância se reduzem à manutenção das vidas; não à manutenção de todas as vidas, porque poderia ser necessário sacrificar vidas individuais para preservar um número maior de outras vidas. Portanto, as únicas normas morais são as que levam ao "cálculo de vidas": a propriedade e o contrato.⁵¹ A exigência de se preservar o maior número de vidas não significa que todas as vidas sejam consideradas igualmente importantes.⁵²

A democracia tem muito a ver com a idéia de decisão por maioria, de direito de voto, com a participação dos cidadãos na escolha das leis e dos governantes. O seu liberalismo parece discordar disso, não?

HAYEK — O liberalismo considera desejável que seja de fato lei somente aquilo que é aceito pela maioria, mas não afirma que tal lei esteja, necessariamente, em conformidade com as características da verdadeira e boa lei. O liberalismo, na verdade, tem como objetivo persuadir a maioria a observar certos princípios. Aceita o governo da maioria como método para a tomada de decisões, mas não como autoridade para determinar que decisão deve ser adotada. Para o democrata dogmático, o fato de que a maioria queira alguma coisa é razão suficiente para que tal coisa seja considerada boa; para ele, a vontade da maioria determina não apenas o que é lei, mas também o que é boa lei.⁵³

Qual o critério para julgar se as decisões políticas são justas, legítimas, válidas? O senhor admitiria, para as minorias, um direito de veto sobre as decisões das majorias?

HAYEK — Um grupo de indivíduos não se torna, em geral, uma sociedade porque estabelece para si um corpo de leis, mas porque obedece às mesmas normas de conduta. Isso significa que o poder da maioria é limitado por aqueles princípios aceitos por todos e que não existe poder legítimo fora deles. Evidentemente, é preciso que as pessoas cheguem a um acordo quanto à maneira de desempenhar certas tarefas necessárias e é aceitável que isto seja decidido pela maioria; mas não é óbvio que a maioria deva também determinar o que lhe cabe fazer. Não há motivo para supor que não devam existir coisas que ninguém tenha poder de fazer. A falta de um consenso suficiente quanto à

⁵⁰ Entrevista ao jornal *ElMercurio*, Santiago do Chile, 19-4-1981.

⁵¹ F. A. von Hayek, *Fundamentos da liberdade*, cit., p. 111

⁵² F. A. von Hayek, *Arrogância fatal*, cit.

⁵³ F. A. von Hayek, *Fundamentos da Liberdade*, cit., p. 112.

necessidade de certos usos do poder coercitivo significa, necessariamente, que ninguém pode exercê-los com legitimidade. Se reconhecemos os direitos das minorias, daí decorre que o poder da maioria deriva, em última análise, dos princípios que as minorias também aceitam e é por eles limitado.⁵⁴

Parece que o senhor duvida da possibilidade de as decisões majoritárias serem razoavelmente informadas - nesse caso as maiorias teriam que ser, de algum modo, tuteladas para não escolherem o que não lhes é conveniente?

HAYEK — As decisões da maioria mostram o que as pessoas querem em dado momento e não o que seria seu interesse querer, se estivessem mais bem informadas; e, a menos que pudessem ser modificadas pela persuasão, não teriam valor. Democracia pressupõe que qualquer opinião minoritária possa tornar-se majoritária.⁵⁵

Mas por que se deve restringir o acesso às decisões democráticas? E a quem cabe essa decisão? Voltando a um tema da pergunta anterior: a quem cabe a decisão de tutelar as maiorias, dizendo quando e sobre o que os cidadãos podem opinar?

HAYEK — Como dissemos anteriormente, nem o mais dogmático dos democratas pode afirmar que toda e qualquer ampliação da democracia é um bem. Independentemente do peso dos argumentos a favor da democracia, ela não é um valor último, ou absoluto, e deve ser julgada pelo que realizar. Ela constitui provavelmente o melhor método para a consecução de certos fins, mas não é um fim em si mesma. Embora o método democrático de decisão pareça o mais recomendável quando uma ação coletiva é obviamente necessária, a decisão relativa à conveniência ou não de se ampliar o controle coletivo deve ser tomada com base em outros princípios que não os da democracia em si.⁵⁶

O senhor sempre apregoou a superioridade da economia de mercado sobre qualquer forma de economia planificada ou submetida a intervenção estatal. Acha que devemos escolher essa forma de sociedade? Na sua opinião, existe a possibilidade da escolha?

HAYEK — Pode-se demonstrar de modo puramente fatural que a economia, sob um regime socialista, não atinge os objetivos que ele preconiza. Isso, no entanto, requer uma investigação sobre se somos livres para escolher os valores morais que consideramos corretos ou se, ao contrário, herdamos uma tradição moral que - e apenas ela - nos permitiu elevar os índices populacionais atualmente existentes no mundo. E cheguei à conclusão de que os princípios morais dominantes na sociedade de mercado do Ocidente são uma condição essencial para que mantenhamos uma

⁵⁴ *Ibid.*, p. 116.

⁵⁵ *Ibid.*, p. 119

⁵⁶ *Ibid.*, p. 115

população mundial em torno de 4 bilhões de seres humanos. Não podemos escolher se desejamos manter tal população por meio de um sistema baseado na propriedade privada, nos contatos de mercado, ou se podemos alcançar isso através de qualquer outro método, por meio de algum tipo de direção centralizada, que nos liberaria para alotar a cada pessoa, não aquilo que o mercado lhe dá, mas o que a justiça ou as normas éticas estabelecem que cada um tem que ter.

Podemos comprovar historicamente como esse aumento da população mundial sempre esteve intimamente ligado adoção de uma ordem de mercado, ou como foi a expansão da ordem de mercado que nos possibilitou aumentar os índices populacionais até atingirem os níveis em que se encontram hoje, e como ainda temos que depender dessa ordem para alimentar a população que aumentamos. Porque o que eu chamo de *extended order of the market*, um tipo de ordem que extrapola os fatos conhecidos, é um resultado de nossa adesão aos princípios do mercado, da propriedade privada e do sistema de trocas. Não temos alternativa. Eu não posso julgar se os efeitos disso sobre a humanidade foram benéficos. Podemos achar que foi um grande infortúnio a quantidade de pessoas ter multiplicado tanto. Podemos até pensar que, se a população mundial fosse menor, seria melhor. Mas o fato é que nós a fizemos crescer a tal ponto que só podemos fazê-la sobreviver por meio da economia de mercado.⁵⁷

Nesse caso não haveria efetivamente o que escolher. A sociedade baseada na economia de mercado é uma imposição dos fatos, e a preservação da propriedade privada e da livre iniciativa, no terreno econômico, e uma questão de sobrevivência da própria civilização, mesmo que à custa de restrições na liberdade política e na democracia...

HAYEK — Eu diria que minhas conclusões, praticamente, são estas. Não escolhemos nossos princípios morais, nem visamos multiplicar tanto a humanidade como fizemos. Mas, aconteceu. Estamos agora vivendo num mundo em que, graças a princípios morais, dos quais gostemos ou não, fizemos crescer a população mundial a um nível do qual podemos ou não gostar. Contudo, a menos que queiramos matar grande parte da população, não temos alternativa senão aderir àqueles princípios morais básicos que tornam possível a economia de mercado, ou seja, os princípios da propriedade privada, do mercado competitivo, da concorrência e tudo o mais.⁵⁸

⁵⁷ ³¹ F. A. von Hayek, *Hayek na UnB: conferências, comentários e debates*, cit., p. 3.

⁵⁸ *Ibid.*, p. 37.

A *public choice* de James Buchanan e seus seguidores

A sua "escola" tem um diagnóstico bastante crítico e pessimista sobre as sociedades do século XX, principalmente para aquilo que ocorreu depois de 1930. Poderia resumir suas conclusões a esse respeito?

BUCHANAN — Durante várias décadas, nossa ordem moral tem estado num processo de erosão. Cada vez mais pessoas parecem tornar-se anarquistas morais; parecem estar perdendo o senso de respeito mútuo, juntamente com qualquer propensão a comportar-se segundo regras generalizáveis e códigos de conduta.⁵⁹

Tem-se observado uma erosão generalizada na conduta pública e privada, atitudes crescentemente liberalizadas no que diz respeito a atividades sexuais, uma vitalidade declinante da ética puritana do trabalho, deterioração na qualidade dos produtos (...) corrupção difundida tanto no setor governamental quanto no privado e, finalmente, um aumento perceptível na alienação dos eleitores diante do processo político.⁶⁰

O senhor tem atribuído essa degradação ao crescimento da interferência política - e governamental, sobretudo - nas atividades socioeconômicas. A sua escola tem, portanto, conclusões normativas, ou recomendações políticas que levam à privatização dessas atividades e à pulverização do poder político?

BUCHANAN — Na medida em que a troca voluntária entre pessoas é valorizada positivamente, enquanto a coerção é valorizada negativamente, daí decorre que a substituição da segunda pela primeira é desejada - desde que, é claro, tal substituição seja tecnologicamente viável e que os recursos envolvidos não tenham custos proibitivos. Essa implicação prova um impulso normativo, uma inclinação do economista simpático à *public choice* em favor de arranjos análogos ao mercado onde estes pareçam viáveis e em favor da descentralização da autoridade política em situações apropriadas.⁶¹

Poderia dar algum exemplo de reforma imediata que poderia reverter, pelo menos parcialmente, a degradação que o senhor diagnostica?

RICHARD WAGNER — Um método para restringir as fontes de instabilidade reside na adoção de um grupo de regras constitucionais que restrinjam as ações monetária e fiscal do governo.

⁵⁹ James Buchanan, *Liberty, Market and State - Political Economy in the 1980s* (Sussex: Wheatsheat Books, 1971), p. 116.

⁶⁰ James Buchanan & Richard Wagner, "Democracy in Deficit", em *The Political Legacy of Lord Keynes* (Londres: Academic Press, 1977), p. 65.

⁶¹ James Buchanan, *Liberty, Market and State - Political Economy in the 1980s*, cit., p. 22.

Uma combinação de restrições constitucionais - que estabelecesse uma taxa fixa de crescimento na oferta de moeda e exigisse que o orçamento do governo fosse equilibrado - poderia ser um passo importante nessa direção.⁶²

DWIGHT LEE — Uma emenda de equilíbrio orçamentário à Constituição não será tão considerável nem tão efetiva quanto idealmente desejaríamos, mas, dadas as reais e urgentes alternativas, tal emenda tem muito a recomendá-la.⁶³

Se esses remédios são evidentes e fáceis de receitar, como se explica que sejam rejeitados?

LINDBECK — O principal problema não é que sejamos incapazes de compreender analiticamente o que está ocorrendo, mas, antes, que as mudanças institucionais e as políticas discricionárias necessárias para a estabilidade macroeconômica parecem ser politicamente difíceis de implementar.⁶⁴

Mas quais são, efetivamente, esses obstáculos?

DWIGHT LEE — O processo político é míope. Isto é, os operadores políticos responderão aos incentivos estabelecidos pelas instituições democráticas agindo como se aplicassem uma alta taxa de desconto sobre as conseqüências futuras de suas decisões. [...] Tendo compreendido que o processo político tende a subavaliar o futuro mais do que o processo de mercado, seria fácil explicar os crônicos deficits orçamentários

que temos experimentado no último quarto de século. O gasto deficitário é um meio de adquirir benefícios correntes através de custos protelados; e, claramente, quanto mais alto o desconto aplicado aos custos diferidos, mais atrativo será o gasto deficitário. Na ausência de uma ética implícita, ou de explícita restrição constitucional, que sirva para limitar a liberdade fiscal dos políticos mais estreitamente do que as pressões eleitorais, os deficits orçamentários prosseguirão.⁶⁵

Nesse caso, o andamento "normal" dos processos políticos, nas democracias de massa contemporâneas, conduz à permanência dos problemas e ao seu agravamento?

LINDBECK — Assim, quando a responsabilidade pela estabilidade macroeconômica é atribuída aos políticos, é inevitável que a interpretação e a implementação dessa responsabilidade se

⁶² Richard Wagner, "Economic Manipulation for Political Profit: Macroeconomic Consequences and Constitutional Implications", em *Kyklos*, 30 (3), 1977, p. 408.

⁶³ Dwight Lee, "Deficits, Political Myopia and the Asymmetric Dynamics of Taxing and Spending", em James M. Buchanan *et al.* (orgs.), *Deficits* (Oxford: Brasil Blackwell, 1986), p. 306

⁶⁴ Assar Lindbeck, "Stabilization Policy in Open Economies with Endogenous Politicians", em *American Economic Review*, 66(2), maio 1976, p. 18.

⁶⁵ Dwight Lee, *op. cit.*, p. 297.

tornem fortemente coloridas pelos traços específicos do sistema político, em particular pelas considerações de curto prazo voltadas à obtenção de votos, e que o ciclo dos negócios desde então se torne uma soma de forças econômicas e políticas interagindo entre si.⁶⁶

Se os procedimentos democráticos em vigor atrapalham a solução dos problemas, qual o caminho para a salvação? Acredita mesmo que a democracia majoritária em vigor gera crises econômicas, sociais e morais, que só podem ser resolvidas por uma reversão política radical e por meio de medidas excepcionais? Se o poder ilimitado é consequência fatal da forma estabelecida de democracia, se esta, portanto, não pode reformar-se por si mesma, resta admitir uma fase de choque não democrático?

DWIGHT LEE — A solução ideal seria o retorno a uma ética de orçamento equilibrado, de modo que a violação dessa ética levasse a sanções tanto internas quanto externas sobre os malfeitores políticos. Uma vez erodido um padrão ético, contudo, é difícil reabilitá-lo, pelo menos no nível ético. Isso sugere a desejabilidade de impor um limite explícito sobre o processo político que requeira equiparação de gastos com rendas originárias de taxas, exceto sob circunstâncias excepcionais. Não há razão para esperar que políticos venham a impor tal limite sobre si mesmos, ou que isso seja mantido por muito tempo, mesmo se imposto. Dada a situação fiscal em que agora nos encontramos, um significativo limite sobre a política orçamentária terá de ser imposto num nível que transcende a política ordinária.⁶⁷

⁶⁶ Assar Lindbeck, "Stabilization Policy in Open Economies with Endogenous Politicians", em *The American Economic Review*, 66 (2), março de 1976, pp. 13-14

⁶⁷ Dwight Lee, *op. cit.*, p. 306

Milton Friedman, escola de Chicago

Na base de suas concepções, o senhor parece concordar com o que Herbert Spencer dizia, em 1884, quanto aos dois tipos opostos de organização social: o militar ou estatal, em que as atividades são estritamente reguladas pelo poder público, e o industrial ou cooperativo, baseado na coordenação pela troca, pelo mercado.

FRIEDMAN — De fato, fundamentalmente, só há dois meios ..n.r de coordenar as atividades econômicas de milhões. Um é a direção central utilizando a coerção - a técnica do Exército e do Estado totalitário moderno. O outro é a cooperação voluntária dos indivíduos - a técnica do mercado.⁶⁸

A existência de um mercado livre elimina a necessidade de um governo?

FRIEDMAN - Ao contrário, um governo é essencial para a determinação das "regras do jogo" e um árbitro para interpretar e pôr em vigor as regras estabelecidas. O que o mercado faz é reduzir sensivelmente o número de questões a serem decididas por meios políticos, minimizando assim a extensão em que o governo tem de participar diretamente do jogo. O aspecto característico da ação política é o de exigir ou reforçar uma conformidade substancial. A grande vantagem do mercado, de outro lado, é a de permitir uma grande diversidade, significando, em termos políticos, um sistema de representação proporcional. Cada homem pode votar pela cor da gravata que deseja e obtê-la; ele não precisa ver que cor a maioria deseja e então, se fizer parte da minoria, submeter-se.⁶⁹

Em quais casos é inevitável a decisão por procedimentos políticos e não de mercado?

FRIEDMAN - Há, evidentemente, determinadas questões com relação às quais é impossível essa representação proporcional efetiva. Não posso ter o total de defesa nacional que desejo e você ter um total diferente. Com respeito a tais assuntos indivisíveis, podemos discutir, argumentar e votar. Mas, uma vez alcançada uma decisão, temos que nos conformar. E precisamente a existência desses assuntos indivisíveis - a proteção do indivíduo e da nação contra a coerção é claramente o mais básico - que impede se possa contar, exclusivamente, com a ação individual através do mercado. Se temos que usar alguns de nossos recursos para estes assuntos indivisíveis, devemos utilizar os canais políticos para reconciliar as diferenças.[...]

Existem áreas que não podem ser tratadas em termos de mercado, ou só podem sê-lo a tão alto custo que o uso dos canais políticos é mais conveniente.⁷⁰

⁶⁸ Milton Friedman, *Capitalismo e liberdade*, Coleção Economistas (São Paulo: Nova Cultural, 1985), p. 21.

⁶⁹ *Ibid.*, p.23

⁷⁰ *Ibid.*, pp. 30--31.

Nesse caso, o senhor propõe que sejam reduzidas as questões submetidas ao processo político de escolha? Deveríamos deixar para a decisão através do mercado tudo que for possível? Qual a relação entre esses procedimentos e a garantia da liberdade?

FRIEDMAN - O uso amplo do mercado reduz a tensão aplicada sobre a intrincada rede social por tornar desnecessária a conformidade com respeito a qualquer atividade que patrocinar. Quanto maior o âmbito de atividades cobertas pelo mercado, menor o número de questões para as quais serão requeridas decisões políticas e, portanto, para as quais será necessário chegar a uma concordância. Quanto menor o número de questões sobre as quais será necessária a concordância, tanto maior a probabilidade de obter concordâncias e manter uma sociedade livre.⁷¹

Voltemos aos bens e serviços em que é inevitável a decisão por procedimentos políticos e não de mercado. Curiosamente, o senhor não enquadra nesse caso a educação. Por quê?

FRIEDMAN - Os pais que preferirem ver o seu dinheiro usado para professores melhores e mais livros, em vez de esbanjado em futilidades, não dispõem de nenhum modo de expressar sua preferência, a não ser tentando persuadir a maioria a mudar as condições para todos. Esse é um caso especial do princípio geral de que o mercado permite a cada um satisfazer seus gostos - representação proporcional efetiva, enquanto o processo político impõe a conformidade.⁷²

Colocar a educação como espaço da decisão privada, governada pelo mercado, não implicaria perda para o conjunto da sociedade, com queda dos investimentos em educação?

FRIEDMAN - Levaria a um decréscimo da despesa do governo com a educação; haveria, porém, um aumento nas despesas em geral. permitiria aos pais comprar o que desejassem de modo mais eficiente e com isso os levaria a gastar mais do que gastam agora, direta e indiretamente, por meio de impostos. Evitaria que os pais ficassem frustrados com os impostos para a instrução - tanto por terem de se conformar com o modo como o dinheiro é usado como por relutarem, muito justamente, em pagar impostos cada vez mais altos por algo que está muito longe do que consideram educação, sobretudo no caso dos que não têm filhos nas escolas e não pretendem tê-los.⁷³

O governo teria, no seu modelo, as funções delineadas por Adam Smith, em 1776...

FRIEDMAN - Esses são os papéis básicos do governo numa sociedade livre: prover os meios para modificar as regras, regular as diferenças sobre seu significado e garantir o cumprimento das

⁷¹ *Ibid.*, p. 30

⁷² *Ibid.*, p. 90.

⁷³ *Ibid.*, pp. 90-91

regras por aqueles que, de outra forma, não se submeteriam a elas. O papel do governo é fazer aquilo que o mercado não pode fazer por si só, isto é, determinar, arbitrar e pôr em vigor as regras do jogo. Podemos também querer fazer por meio do governo algumas coisas que poderiam ser feitas pelo mercado - quando certas condições técnicas ou semelhantes tornam difícil tal execução. Trata-se de casos em que a troca, estritamente voluntária, é extremamente cara ou praticamente impossível. Há duas classes gerais de casos desse tipo: monopólios e outras imperfeições do mercado e os efeitos laterais.⁷⁴

Efeitos laterais? Poderia explicar?

FRIEDMAN - "Efeitos laterais" são circunstâncias em que a ação de um indivíduo impõe custos significativos a outros, o que não pode ser compensado, ou produz ganhos substanciais para os quais também não é possível forçar uma compensação - situações que tornam a troca voluntária impossível.⁷⁵

⁴Poderia indicar, com mais detalhe, as funções do seu "Estado mínimo"; digamos assim?

FRIEDMAN - Um governo que mantenha a lei e a ordem; defina os direitos de propriedades; sirva de meio para a modificação dos direitos de propriedade e de outras regras do jogo econômico; julgue disputas sobre a interpretação das regras; reforce contratos; promova a competição; forneça uma estrutura monetária; envolva-se em atividades para evitar monopólio técnico e evite os efeitos laterais considerados como suficientemente importantes para justificar a intervenção do governo; suplemente a caridade privada e a família na proteção do irresponsável, quer se trate de um insano, quer de uma criança; um tal governo teria, evidentemente, importantes funções a desempenhar. O liberal consistente não é um anarquista.⁷⁶

A competição parece ter, para o senhor, um sentido sempre positivo. Mas ela não parece implicar também efeitos colaterais desagregadores para a sociedade humana?

FRIEDMAN - A competição tem dois significados muito diferentes. Na linguagem coloquial, competição significa rivalidade pessoal, um indivíduo tentando suplantar o competidor. No mundo econômico, competição significa quase o contrário. Não há rivalidade pessoal no mercado competitivo. O fazendeiro cultivador de trigo não se sente, num mercado livre, empenhado em rivalidade pessoal com seu vizinho que é, de fato, seu competidor, nem se sente por ele ameaçado. A essência de um mercado competitivo é o seu caráter impessoal. Nenhum participante pode determinar

⁷⁴ *Ibid.*, pp. 32-33.

⁷⁵ *Ibid.*, p.37

⁷⁶ *Ibid.*, p.39.

os termos em que os outros participantes terão acesso a empregos ou mercadorias. Todos consideram os preços como dados pelo mercado.⁷⁷

John Gray

A seu ver, o Estado moderno invade mais a vida dos indivíduos, famílias e empresas do que as velhas monarquias feudais. Poderia explicar melhor?

GRAY — Todo Estado moderno possui ou controla vastos ativos, e a maior parte dos Estados modernos pretende manejar aproximadamente a metade da riqueza produzida pelas sociedades civis que são incumbidos de proteger. Acima e além da renda requerida para financiar a defesa nacional, o sistema legal, os necessários serviços públicos e de assistência, todos os Estados modernos operam sistemas de bem-estar e de taxaço redistributiva, por meio dos quais renda e riqueza são transferidas coercitivamente através de um turbilhão de grupos de interesse e pressão.⁷⁸

Além de transferir rendas, os Estados modernos teriam ingressado no próprio campo de criação de riqueza?

GRAY — Através de uma série de tarifas e subsídios, práticas bancárias insanas e uma plethora de regulaçoões e autoridades reguladoras, os Estados modernos invadiram, em profunda medida, as atividades criadoras de riqueza da sociedade civil, moldando e configurando o ambiente no qual as empresas comerciais funcionam, e tornando-se efetivamente, eles próprios, vastas empresas comerciais. Enfim, todos os Estados modernos possuem enormes ativos próprios, em empreendimentos de propriedade nacional ou federal e em terras e instalaçoões de todos os tipos. Como conseqüência do seu impressionante poder econômico, o Estado moderno recolhe muito mais renda e riqueza de seus cidadãos do que jamais haviam permitido as regras feudais (restritas, como tipicamente eram, a um dia em cada três do trabalho de seus servos) e exerce uma influência invasiva em cada área da vida social, desconhecida mesmo para as monarquias absolutas da Europa da primeira modernidade.⁷⁹

Os neoliberais contemporâneos parecem concordar com Spencer (1884) ao atribuir o crescimento do Estado, das regulaçoões e das políticas sociais ao advento da democracia de massas e ao sufrágio universal. E também sua opinião?

GRAY — Quanto às causas do crescimento do Estado moderno, podemos especular

⁷⁷ Ibid., p.111

⁷⁸ John Gray, "Post-Liberalism", em J. Gray, *Studies in Political Thought* (Nova York/Londres: Routledge, 1993), p. 111.

⁷⁹ 53 Ibid., p.11

razoavelmente que muito se deve ao advento da democracia de massas. Os teóricos neo-hobbesianos contemporâneos da escola da *public choice* de Virgínia, com sua análise econômica da vida política, contribuíram muito para nossa compreensão do imperativo expansionista dos Estados modernos. A visão desenvolvida pelos teóricos de Virgínia é que, se atribuirmos aos agentes políticos o mesmo tipo de motivação maximizadora de lucro usualmente atribuída aos agentes na situação de mercado, e se o ambiente no qual os agentes políticos operam é aquele de uma democracia de massas nas quais se formam poderosas coalizações de interesses, então existirá uma tendência extremamente poderosa para que aumente o tamanho do governo e cresça seu controle sobre a sociedade civil. Porque será quase sempre vantajoso para os políticos estender benefícios para os grupos existentes ou novos, mais do que reduzi-los ou revogá-los, já que essas perdas de fundos, para grupos concentrados e mancomunados, serão sempre politicamente mais significativas do que os ganhos para grupos amplamente dispersos.⁸⁰

Na sua opinião, então, nas modernas democracias de massas os Estados tendem a servir interesses privados mais do que proteger ou promover o interesse público.

GRAY — Contrariamente à teoria clássica do Estado como provedor de bens públicos - quer dizer, bens que em virtude de sua indivisibilidade e não-excludibilidade devem ser providos para todos ou para ninguém -, os Estados modernos são acima de tudo supridores de bens privados. Enquanto na concepção hobbesiana o Estado existe para suprir o puro bem público da paz civil, o Estado moderno existe na prática para satisfazer as preferências privadas de grupos de interesse mancomunados. Ao fazer isso, ele se desviou e se omitiu das suas funções centrais de manter a paz e conservar em bom estado as instituições da sociedade civil.⁸¹

O crescimento do Estado se deu à custa do enfraquecimento das atividades sociais e econômicas privadas - ou não estatais - em geral?

GRAY — A transformação do Estado moderno, deixando de ser guardião do interesse público e provedor de bens públicos - o que na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos ocorreu substancialmente após a Primeira Guerra Mundial -, teve profundas implicações para a sociedade civil. Seu principal impacto foi enfraquecer a vitalidade das instituições autônomas que são o sangue vital da sociedade civil. Organizações caritativas, sindicatos, instituições educacionais e amplos setores da vida cultural, que até então desfrutavam considerável grau de independência com relação ao governo, foram crescentemente arrastados para dentro da influência ou controle do Estado. A esfera da atividade individual livre, a esfera da liberdade contratual, esmaeceu à medida que a esfera das organizações

⁸⁰ Ibidem.

⁸¹ *Ibid.*, pp. 11--12.

hierárquicas, a esfera do status, cresceu. Esse é o funesto processo identificado por escritores clássicos como Maine e Acton e esclarecido, em nossos dias (em idiomas diferentes mas mutuamente enriquecedores), por *The Servile State*, de Hilaire Belloc, e *O caminho da servidão*, de F. A. Hayek. E esse o processo - bem avançado em todos os Estados modernos, mas alcançando sua terrificante integridade nos Estados totalitários dos blocos comunistas - através do qual os sujeitos livres da sociedade civil são transformados em funcionários dependentes e vassalos do Estado.⁸²

O senhor afirma que, nas democracias modernas, a conseqüência da erosão da sociedade civil por um Estado expansionista foi, em toda parte, uma guerra política de redistribuição. Poderia explicar?

GRAY — Por ser um árbitro que impõe as regras do jogo da associação civil, o Estado tornou-se a mais poderosa arma em um incessante conflito político por recursos. Seu poder é disputado, em parte por causa dos amplos ativos que já possui ou controla, mas também porque nenhum ativo privado ou corporativo está a salvo de invasão ou confisco pelo Estado. Por ser um dispositivo através do qual a coexistência pacífica da associação civil é assegurada, o Estado torna-se ele próprio um instrumento de predação, a arena dentro da qual se desencadeia uma guerra legal de todos contra todos. As regras do jogo da associação civil - as leis que especificam direitos de propriedade, liberdades contratuais e modos aceitáveis de associação voluntária - são agora, elas próprias, objetos de captura. Interesses corporativos e grupos de pressão estão continuamente ativos, através do *lobby*, da colonização ou cooptação de autoridades reguladoras, ou da pura e simples corrupção, para moldar essas regras em seu próprio [benefício](#). Com frequência, eles são constrangidos a agir assim defensivamente, sabendo que, se não alterarem o quadro legal e regulatório em seu benefício, seus competidores o emendarão contra seus interesses.⁸³

Nesse caso, a vida civil logo acaba por assemelhar-se ao Estado de natureza hobbesiano, do qual ela supostamente nos livraria.

GRAY — Como foi exposto por diversos comentadores recentes, o Estado de natureza de Hobbes tem muitas das características do dilema do prisioneiro explorado pela teoria dos jogos, no qual os agentes são compelidos a agir contra seus próprios interesses por causa da incerteza que enfrentam quanto à conduta futura dos outros e a probabilidade de que estes sejam similarmente constrangidos a adotar políticas autodestrutivas. Na situação mais típica, os agentes em um dilema do prisioneiro são constrangidos a atacar ou burlar os outros por causa da racional desconfiança que têm quanto à conduta futura dos outros com relação a eles. O Estado hobbesiano é a solução clássica do

⁸² *Ibid.*, p. 12.

⁸³ *Ibidem*

dilema do prisioneiro, na medida em que o contrato hobbesiano, ao prover coerção baseada em consentimento para que se obedecem a regras conhecidas, livra seus pactuantes do conflito destrutivo no interior da paz da vida civil. No Estado moderno essa ordem de coisas é revertida. Os indivíduos e as empresas são constrangidos a organizarem-se em conluio de modo a capturar o Estado intervencionista, se mais não fora porque, se assim não o fizerem, outros o farão. Em consequência, suas energias são desviadas da produção e deslocadas para a luta política em busca de redistribuição. O resultado final dessa metamorfose, nos seus extremos, só pode ser a vida empobrecida e bruta retratada por Hobbes no Estado de natureza.⁸⁴

O senhor não está exagerando? Afinal, as coisas não foram tão longe assim nas principais democracias do Ocidente...

GRAY — O exemplo da Argentina sob a ditadura peronista, ou da Grã-Bretanha sob o último governo trabalhista, deveria, contudo, nos acautelar contra uma excessiva complacência. De fato, em rumos mais sutis e menos óbvios, a estagnação produzida pelo enfraquecimento da sociedade civil e a superexpansão do Estado são crescentemente claras na medida em que os Estados Unidos seguem a Europa em uma espécie de esclerose econômica, que só poderá resultar em intervencionismo adicional mal deliberado. A transformação do Estado moderno de guardião da associação civil, cujo conflito e melhor teorização encontramos no *Leviatã* de Hobbes, em um monstro corporativista tem implicações que vão muito além do domínio econômico. A guerra política de redistribuição é ela própria apenas uma faceta, ainda que a mais insistente e facilmente perceptível, da debilidade e fraqueza do governo moderno. A outra arena de conflito no Estado moderno é mais doutrinal do que econômica e se manifesta na patologia do legalismo contemporâneo. Uma vez mais, um contraste com a concepção hobbesiana é instrutivo. Na sociedade civil teorizada por Hobbes - e por Locke e Burke, embora de maneira menos lúcida e profunda -, todos os súditos possuem as mesmas liberdades sob o domínio da lei. Apenas o próprio soberano, como gerador de lei, pode ir além dela, quando assim ditarem as necessidades de sua responsabilidade como mantenedor da paz civil. As liberdades embutidas na associação civil são as velhas liberdades liberais: a liberdade de profissão, de consciência, de contrato, de associação, etc. Ao exercitar essas liberdades, os cidadãos criam uma miríade de associações intermediárias e instituições espontâneas em que se expressa a vida da sociedade civil.⁸⁵

⁸⁴ Ibid., p. 13.

⁸⁵ Ibidem.

Os neoliberais... e seus críticos

Aqui o leitor encontrará uma série de argumentos de críticos do pensamento e das políticas neoliberais. Mais uma vez, reproduzimos passagens exemplares, recortadas de livros, artigos, palestras e depoimentos. Em alguns casos, contudo, optamos por sintetizar os argumentos dos autores, em vez de reproduzi-los literalmente. Quando literais, as passagens são introduzidas por aspas. Ainda um último aviso: o leitor certamente notará aqui a presença de um escritor que esteve no capítulo anterior. É proposital. Trata-se de John Gray, autor inicialmente simpático ao neoliberalismo e, desde o início dos anos 90, um crítico feroz dessa mesma corrente.

Os neoliberais costumam relacionar democracia política e política econômica perversa, inoperante. Acusam os procedimentos democráticos de levar a resultados irresponsáveis. A acusação é justa?

HODGSON - As concepções da nova direita levam a uma idéia de combinação virtuosa entre governo oligárquico e alocação de recursos através do mercado. Mas a nova direita não aplica a seus modelos o mesmo critério que aplica no julgamento de seus adversários, isto é, o das conseqüências previsíveis (ou já observadas). Pensemos, por exemplo, na repetida insistência da nova direita sobre um tema: a perniciosa submissão dos governos à pressão da democracia, o que teria aumentado os orçamentos no limite do insustentável. Isso conflita terrivelmente com os fatos. Vários exemplos podem ser citados, mas tomemos apenas alguns casos - Brasil, Nigéria e Argentina no anos 70/80 do século XX, digamos. São países submetidos a governos não democráticos, bem pouco permeáveis às lamentadas decisões majoritárias, e que levaram a enormes dívidas e desequilíbrios orçamentários.⁸⁶

O famoso O caminho da servidão, de Hayek, ataca o planejamento, a intervenção do Estado na economia, a ação dos sindicatos e organizações sociais. Segundo Hayek, essa ação política abre caminho para o totalitarismo político e provoca desastres econômicos, uma vez que emperra o bom funcionamento da economia de mercado, da competição criadora...

FINER — "Não lembro de nenhuma menção, no *Caminho da servidão*, a um dos mais velhos e mais fiéis amigos dos economistas: o longo prazo. Mas esse é um dos pressupostos da competição. Se o sistema segue em frente, então a longo prazo os produtores incompetentes são golpeados e os competentes tomam seu lugar. Novos e melhores processos substituirão os inferiores. Invenções tornarão obsoletos as máquinas e os produtos menos aceitáveis. Mesmo os monopólios podem ser desbancados por novos competidores, ou o mercado pode mudar para um novo artigo, como substituto. Aqueles que tenham suas fábricas fechadas obterão crédito e começarão de novo em outros ramos de negócios. Se formos pacientes, tudo irá bem, a longo prazo. Desequilíbrios econômicos

⁸⁶ Geoff Hodgson, *The Democratic Economy - A New Look at Planning, Markets and Power* (Nova York: Penguin Books, 1984).

voltarão ao equilíbrio. Tudo o que veremos será prosperidade e algumas ruínas. O problema com essa teoria é que as ruínas consistem em homens e mulheres. Para não serem ruínas eles recusam esperar pelo longo prazo; e assim todos -

banqueiros, industriais, comerciantes, fazendeiros, trabalhadores - erguem barreiras contra a possibilidade de virem a ser ruínas, isto é, contra o longo prazo.⁸⁷

O mercado, diz Hayek, não pode ser qualificado como injusto porque não discrimina vencidos e vencedores e age de modo impessoal. Os resultados do jogo são em grande medida aleatórios. Criam diferenças e desigualdades, mas não podem ser qualificados como injustos se as regras admitidas de partida são justas. Insistindo: não há, no início das disputas, regras que personalizem vencedores e vencidos. Não lhe parece correta a afirmação?

PLANT — Seria necessário examinar mais detidamente esse astuto argumento. Ele parte da premissa de que a própria criação de conjuntos humanos reduzidos à derrota (e mesmo à desapareição) é algo que se coloca acima e além da idéia de justiça, desde que não haja discriminação precisa daqueles que são atingidos pelo julgamento do mercado. Assume ainda a idéia de que sem dolo não há crime, ou de que sem intenção não há mal. Levado às últimas conseqüências, equivaleria a afirmar que se um motorista embriagado, dirigindo em alta velocidade, atropela algumas pessoas, não pode ser legitimamente atingido pelo julgamento da justiça (ao menos por esse crime), já que não tinha a intenção de matar ninguém, nem discriminou, antecipadamente, quem seria atingido pelo seu veículo. E certo que não podemos identificar integralmente os indivíduos (e em alguns casos nem mesmo os grupos) beneficiados ou prejudicados pelo processo de mercado. Mas podemos prever a geração (e mesmo as dimensões) desses dois grandes grupos de seres humanos. Algum julgamento de valor pode ser feito, afinal, se podemos prever que determinados processos econômicos levam a uma sociedade em que enormes contingentes humanos são condenados a condições de vida degradantes.⁸⁸

Ainda sobre esse ponto: como vê a afirmação de Hayek de que seriam imprevisíveis os resultados do mercado, o que atestaria seu caráter imparcial, impessoal e portanto, desse ponto de vista, justo?

PLANT — Há nesse argumento um problema adicional. Hayek apóia-se nessa afirmação de *imprevisibilidade* dos resultados do mercado para descartar as alegações de "injustiça social". Mas ao mesmo tempo necessita admitir a *previsibilidade* desses resultados (ou pelo menos de seu perfil e ordem de grandeza) para afirmar a superioridade dos processos de mercado sobre as economias planificadas ou politicamente reguladas: a sociedade de livre mercado seria mais eficiente, mais

⁸⁷ Herman Finer, *Road to Reaction* (Boston: Atlantic Monthly Press/Little, Brown & Co., 1946).

⁸⁸ Os argumentos de Raymond Plant são extraídos de "Hayek on Social Justice: a Critique", em J. Byrner e Rudy van Zijp, *1-layek, Co-ordination and Evolution* (Londres: Routledge, 1994).

produtiva e mais justa do que aquelas que supõem intervenção estatal e planejamento. Ora, como posso emitir tais juízos (que dependem do conhecimento dos resultados) sem admitir a possibilidade de uma aferição de resultados?

Na década de 1990, o mundo foi sacudido por verdadeiros terremotos financeiros no Extremo Oriente e na Rússia. Como se poderia analisar esses fenômenos?

STIGLITZ⁴ — "A calamidade na Rússia teve características centrais em comum com a calamidade no Leste asiático - e uma das mais importantes foi o papel exercido pelas políticas ditadas pelo FMI e o Tesouro americano. Na Rússia, porém, esse papel começou a ser exercido muito antes. Após a queda do muro de Berlim, surgiram duas linhas diferentes de pensamento sobre a transição russa para uma economia de mercado.

Uma delas, na qual eu me enquadrava, era composta de um misto de especialistas na região, ganhadores do prêmio Nobel como Kenneth Arrow e outros. Esse grupo enfatizava a importância da infra-estrutura institucional de uma economia de mercado - desde as estruturas legais que permitem a implementação de contratos até as estruturas de regulamentação que fazem um sistema financeiro funcionar. Tanto Arrow quanto eu tínhamos feito parte de um grupo da Academia Nacional de Ciências que, uma década antes, discutira com os chineses a estratégia de transição na China. Destacáramos a importância de fomentar a concorrência - e não apenas de privatizar as estatais - e éramos favoráveis a uma transição mais gradativa para a economia de mercado (embora concordássemos que de vez em quando talvez se tornassem necessárias medidas contundentes para combater a hiperinflação).⁸⁹

A outra linha de interpretação seria a dos fundamentalistas de mercado?

STIGLITZ — O segundo grupo era composto em grande medida de macroeconomistas, cuja fé no mercado não se fazia acompanhar de uma apreciação das sutilezas dos elementos que formam sua base - ou seja, as condições necessárias para que o mercado funcione de maneira efetiva. Esses economistas, em sua maioria, sabiam pouco sobre a história ou os detalhes da economia russa e achavam que esses conhecimentos não lhes eram necessários. O grande ponto forte - e também o maior ponto fraco - das doutrinas econômicas em que se baseavam é que essas doutrinas são - ou se acredita que sejam - universais. Instituições, história ou até mesmo a distribuição da renda simplesmente não têm importância. Os bons economistas conhecem as verdades universais e podem olhar mais além dos fatos e detalhes que obscurecem essas verdades. E a verdade universal é que a terapia de choque

⁸⁹ Joseph Stiglitz é professor de economia (licenciado) na Universidade Stanford e membro sênior do Instituto Brookings. Foi economista-chefe e vice-presidente do Banco Mundial. Participou do conselho de assessores econômicos da presidência dos Estados Unidos de 1993 a 1997. Os trechos aqui citados foram recolhidos em "O que eu aprendi com a crise mundial", em *Folha de S. Paulo*, 15-4-2000 e "O pós-Consenso de Washington", palestra reproduzida pelo jornal *Folha de S. Paulo*, Caderno Mais!, 12-7-1998.

funciona para os países em processo de transição para a economia de mercado: quanto mais forte o remédio (e mais dolorosa a reação), mais rápida será a recuperação. Pelo menos é isso que afirma esse argumento.

Infelizmente para a Rússia, a segunda escola venceu a discussão no Departamento do Tesouro e no FMI. Ou, para ser mais exato, o Departamento do Tesouro e o FMI se asseguraram de que não houvesse debate aberto e, a seguir, avançaram cegamente pelo segundo caminho. Aqueles que se opunham a esse caminho ou não eram consultados ou o eram por pouco tempo.

Nesse caso, trata-se de um equívoco intelectual ou de arrogância, da recusa de considerar a crítica externa?

STIGLITZ - Já me perguntaram muitas vezes como pessoas inteligentes - até mesmo brilhantes - podem ter criado políticas tão ruins. Uma explicação é que essas pessoas inteligentes não faziam uma disciplina econômica inteligente. Repetidas vezes fiquei estarecido ao constatar até que ponto eram desatualizadas e desafinadas com a realidade dos modelos empregados pelos economistas de Washington. Por exemplo, fenômenos microeconômicos como a falência e o medo de moratória estavam na base da crise no Leste asiático. Mas os modelos macroeconômicos usados para analisar essas crises normalmente não tinham suas raízes em microfundamentos, de modo que não levavam em conta as falências.

Mas a disciplina econômica falha era apenas sintoma do verdadeiro problema: a falta de transparência. Pessoas inteligentes apresentam tendência maior a fazer coisas estúpidas quando se isolam das críticas e dos conselhos vindos de fora. Se há uma coisa que aprendi, trabalhando com o governo, é que a abertura é mais essencial nos campos em que o conhecimento especializado é mais necessário. Se o FMI e o Tesouro tivessem se aberto mais ao exame e à crítica de fora, seus erros talvez tivessem vindo à tona muito antes e com muito mais clareza. Os críticos da direita, como Martin Feldstein, presidente do conselho de assessores econômicos de Reagan, e George Shultz, secretário de Estado de Reagan, se uniram a Jeff Sachs, Paul Krugman e a mim na

condenação das políticas adotadas. Mas, com o FMI insistindo que suas políticas estavam acima de qualquer crítica - e na ausência de qualquer estrutura institucional que pudesse obrigá-lo a prestar atenção -, nossas críticas de pouco serviram. Mais assustador ainda é o fato de que os críticos internos, especialmente aqueles que deviam explicações diretas à população em função das regras democráticas, não foram informados dos fatos. O Departamento do Tesouro é tão arrogante em relação a suas análises e prescrições econômicas que muitas vezes mantém controle rígido - rígido em demasia - sobre o que até mesmo o presidente pode ver.

E a política externa dos EUA? Tem ela alguma transparência? É submetida a avaliações democráticas?

STIGLITZ - Uma discussão aberta teria levantado questões profundas que ainda hoje merecem muito pouca atenção por parte da imprensa americana. Até que ponto o FMI e o Departamento do

Tesouro impuseram políticas que, na realidade, contribuíram para intensificar a volatilidade econômica global? (Em 1993 o Tesouro pressionou pela liberalização na Coreia, passando por cima da oposição do conselho de assessores econômicos. O Tesouro venceu a batalha interna na Casa Branca, mas a Coreia e o mundo pagaram um preço alto por sua vitória.) Será que algumas das críticas ásperas feitas pelo FMI em relação ao Leste asiático tinham por objetivo desviar a atenção de suas próprias culpas? E, o que é mais importante, será que os EUA - e o FMI - impõem políticas porque nós, ou eles, acreditávamos que essas políticas ajudariam o Leste asiático, ou porque acreditávamos que elas beneficiariam interesses financeiros nos EUA e no mundo industrial adiantado? E, se acreditávamos que as políticas que ditávamos estivessem ajudando a Ásia, onde estavam as evidências disso? Na condição de participante nessas discussões, tive acesso às evidências. Elas não existiam.

Desde o fim da Guerra Fria, as pessoas encarregadas de levar o evangelho do livre mercado até os mais longínquos cantos do mundo ganharam um poder tremendo.

Esses economistas, burocratas e funcionários agem em nome dos Estados Unidos e dos outros países industriais avançados, mas falam uma língua que poucos cidadãos medianos compreendem e que poucos dos responsáveis pelo traçado das políticas se dão ao trabalho de traduzir. Hoje em dia a política econômica talvez constitua a parte mais importante da interação dos EUA com o resto do mundo. Entretanto, a cultura da política econômica internacional na mais poderosa democracia do mundo não é democrática.

O fenômeno econômico e político mais enfatizado pela nova direita, nas últimas décadas do século XX, foi a inflação. Foi o seu tema mais ruidoso. Seria o mais relevante?

STIGLITZ — "[...] a ênfase na inflação - a doença macroeconômica central dos países latino-americanos, que foi o pano de fundo do Consenso de Washington - levou à implementação de políticas macroeconômicas que talvez não sejam as melhores para o crescimento econômico a longo prazo. Ela desviou a atenção de outras fontes importantes de instabilidade macroeconômica, notadamente os setores financeiros debilitados.

O foco na liberalização dos mercados, no caso do mercado financeiro, pode ter tido um efeito perverso, que contribuiu para a instabilidade macroeconômica. Em termos mais gerais, a ênfase na abertura do comércio exterior, na desregulamentação e na privatização deixou de lado outros ingredientes importantes para construir uma efetiva economia de mercado, especialmente a competição. A competição pode ser tão importante ou mais do que esses outros ingredientes para o sucesso econômico de longo prazo”.

Qual a sua opinião sobre as políticas de privatização, tão festejadas ultimamente. Quando, como e o que privatizar?

STIGLITZ — "Também devemos dizer que há questões decisivas a serem tratadas em relação à privatização, que dizem respeito à sua abrangência e às medidas que devem ser tomadas. Mesmo

quando a privatização aumenta a eficiência produtiva, pode haver problemas para garantir que se cumpram os objetivos públicos mais gerais, que não são refletidos claramente nos preços de mercado - e a regulação não necessariamente será um remédio perfeito.

Devem ser privatizados os presídios, os serviços sociais, a fabricação de bombas atômicas (ou melhor, o urânio enriquecido, que é o ingrediente mais importante das bombas)? Qual deve ser a abrangência da privatização? Pode-se introduzir mais atividade do setor privado dentro das atividades públicas, por exemplo, por meio de terceirização ou mecanismos de incentivos como leilões? Esses métodos são ou não uma alternativa eficiente à privatização total? Essas são as questões que o Consenso de Washington não colocou devido à sua ênfase exclusiva na privatização, como se fosse um mantra."

Aparentemente, a argumentação de Hayek retoma a de Edmund Burke: se as normas e as instituições que atravessaram o tempo constituíram uma tradição, é porque contribuíram para a sobrevivência e o desenvolvimento dos grupos que as adotaram - as instituições que se adaptaram às circunstâncias progressivamente deslocaram as menos aptas. As tradições transmitem-se por essa razão, ainda que a razão individual, limitada à duração de uma vida, não possa compreendê-las em sua plenitude.⁹⁰ Como isto se combina com idéia de que o mercado desmancha ou dissolve as tradições em nome da eficiência?

DUPUY — A ordem abstrata é produto da evolução, que coloca em competição sistemas de regras abstratas. O mercado é ao mesmo tempo um fruto da competição e um paradigma da competição. Uma vez que se universaliza, a ordem do mercado transforma-se na própria evolução (seleção das instituições e ordens sociais através da concorrência). Ele é uma espécie de meta-tradição.⁹¹

A sua análise do pensamento hayekiano leva a crer que, para ele, a evolução, a rigor, sempre "tem razão"; se o critério é a sobrevivência das ordens sociais mais eficientes e, principalmente, daquelas que fazem sobreviver os maiores números. Ora, o que nos autorizaria então a classificar algumas ordens (a planificação, o estatismo intervencionista, etc.) como desvios, fases, falhas e incompletudes numa trajetória global ainda não resolvida? O que nos permitiria, em contrapartida, saudar determinada configuração social (a ordem espontânea, o livre mercado, o que ele chama de

⁹⁰Deve-se notar ainda que as concepções sociais e políticas de Hayek (repercutindo Edmund Burke) reverenciam explicitamente as doutrinas do chamado iluminismo escocês (particularmente nas figuras de Adam Ferguson, David Hume e Adam Smith), segundo as quais a complexa trama das instituições humanas (leis, usos e costumes, valores morais) é resultado de um longo processo de crescimento cumulativo, um entrechoque de forças impessoais, através do qual o homem navegou da barbárie à civilização. As instituições humanas, diz Adam Ferguson, são o resultado das ações humanas, mas não são resultantes da deliberação e do desígnio humano, de um plano previamente concebido pela consciência humana.

⁹¹ ⁶ Jean-Pierre Dupuy, *Le sacrifice et l'envie - le libéralisme aux prises avec la justice sociale*, capítulo VIII (Paris: Calmann-Lévy, 1992), p. 257.

catalaxia) como aquela cuja superioridade finalmente se impõe, como uma verdade que sempre estivera semi-adormecida sob a errática experiência da humanidade? O que nos autoriza, em outras palavras, a identificar tão precisamente esse termo do processo, esse ponto final e ao mesmo tempo, desde o início, preanunciado da evolução?

DUPUY — O pensamento de Hayek é historicista, finalista e apela a uma espécie de "astúcia da razão" que conduziria os fatos. E atribui arbitrariamente, a seu próprio ponto de vista (o de Hayek), a perspectiva do totalizador supremo (o saber absoluto), aquele que vê o processo de fora, de cima ou a partir do ponto de chegada, aquele que pode julgar, enfim, se a humanidade está no caminho correto...⁹²

Talvez fosse proveitoso sugerir uma outra analogia. Imagine-se o seguinte problema: 1) estou num trem cujo ponto de partida é o norte e o de chegada o sul; 2) o trem faz acentuado desvio para o leste, para contornar dificuldades topográficas; 3) a minha avaliação sobre tal desvio, incluindo a sua classificação como desvio, depende de um conhecimento: devo saber qual o "sentido" da viagem, seu telos. Desse conhecimento dependem o valor e o significado que atribuo a cada etapa da viagem. Esse conhecimento permitiria compreender o sentido da viagem, o ponto de destino e a globalidade do processo. O "trem de Hayek" é a evolução histórica, tal como ele a entende. Mas aos passageiros desse trem o conhecimento da trajetória e do ponto de chegada é impossível por definição.

DUPUY — De fato, os agentes do processo, os seres humanos comuns, não podem, não precisam, não devem pretender tal conhecimento. Apenas um ser profético - ou que se autodenomine como tal - pode ter essa visão: Hayek. "Ninguém se deixará abandonar a essas `forças impessoais' se tem fortes razões para duvidar que elas levam o mundo na boa direção, ou pelo menos numa direção viável. Ora, a *extended order* do mercado pode facilmente embrenhar-se em impasses ou mesmo cair no abismo, como demonstram a teoria e a experiência histórica. Ninguém pode evidentemente acreditar na garantia, que o sistema hayequiano exige, para que tais desventuras sejam impossíveis: o acesso ao Saber absoluto. ⁹³(...) "Se se trata da evolução cultural da humanidade, a questão é evidentemente saber qual estatuto podemos dar a essa visão transcendente e quem pode falar em seu nome. Não há meio de escapar dos profetas, e o primeiro profeta, aqui, chama-se evidentemente Hayek.⁹⁴

Desde o início da década de 1990, o senhor insiste na idéia de que o ultraliberalismo abala os alicerces do pensamento e da prática dos conservadores. Diz também que isso coloca em risco a própria ordem civilizada. Poderia resumir essa idéia?

⁹² *Ibid.*, p. 286.

⁹³ *Ibidem*

⁹⁴ *Ibid.*, p. 276

GRAY — "No mundo ocidental, a captura de partidos e governos conservadores pela ideologia de livre mercado era um fato acabado e familiar nos fins dos anos 10. Suas plenas implicações ainda não foram devidamente compreendidas. A conquista do conservadorismo ocidental moderno por uma espécie de fundamentalismo de mercado - manchesterianismo redivivo - ⁹⁵ transformou-o de modo profundo e provavelmente irreversível. Uma perspectiva política que em Burke, Disraeli e Salisbury era cética com respeito ao projeto do Iluminismo, e desconfiada com a promessa do progresso, hipotecou seu futuro numa aposta no crescimento econômico indefinido e nas formas de mercado irrestrito. Essa aposta - a aposta de Hayek, como poderia ser chamada - raramente exhibe a prudência política que fora outrora acatada como uma virtude conservadora. Ela deixa sem defesa e sem recursos os governos e sociedades que jogaram seu patrimônio nesse lance quando, pelas normais desventuras do mercado ou porque o crescimento econômico se voltou contra insuperáveis limites sociais ou ecológicos, as instituições do mercado falham na entrega dos bens que delas se esperam. Nessas circunstâncias, a própria civilização liberal pode ser posta em perigo, na medida em que sua legitimidade tenha sido casada à utopia do perpétuo crescimento impulsionado por processos de mercado não-regulados, e a inevitável falência dessa utopia gera movimentos políticos antiliberais.⁹⁶

Nesse caso, o mercado desregulamentado levaria à insegurança social e à instabilidade política?

GRAY — "De fato, instituições de mercado não condicionadas estão fadadas a solapar a estabilidade social e política, particularmente se elas impõem à população níveis sem precedentes de insegurança econômica com todos os resultantes desarranjos da vida em família e na comunidade. A mudança econômica dirigida pelo mercado, especialmente quando ocorre em larga escala, de modo rápido e incessante, promove insegurança também ao marginalizar estruturas tradicionais e confundir expectativas. Nos países da Europa continental, a emergência de altos níveis de desemprego estrutural foi acompanhada pelo ressurgimento de partidos atávicos da direita. Na Inglaterra, a devastação de comunidades por forças de mercado não canalizadas e o conseqüente e difundido sentimento de insegurança econômica ainda não evocaram movimentos políticos antiliberais similares, e provavelmente não o farão; mas têm sido fatores cruciais de uma epidemia de crime que provavelmente não tem paralelo na vida nacional desde o começo do século XIX. E apenas pelo exercício de heróicos esforços de auto-engano, ou, em vez disso, por simples desonestidade, que os conservadores britânicos podem ignorar as conexões entre os níveis de criminalidade que não têm precedente há gerações e as políticas de mercadorização, executadas desde 1979, que têm dominado asperamente comunidades estabelecidas e expectativas consolidadas. E apenas com esse tipo de exercício de auto-ilusão ou

⁹⁵ ¹⁰ Gray refere-se à política radical de *laissez-faire* associada a empresários e ideólogos ingleses da primeira metade do século XIX.

⁹⁶ John Gray, *Enlightenment's Wake - Politics and Culture at the Close of the Modern Age* (Londres: Routledge, 1995), p. 89.

economia com a verdade que se podem cegar os conservadores diante das conexões entre as mudanças econômicas que suas políticas reforçaram e aceleraram e o crescimento de diversas variedades de pobreza que são indiferenciadamente amontoadas sob a categoria elegante, mas profundamente equivocada, de *underclass*⁹⁷

Esses seriam, portanto, os resultados inesperados - e destrutivos - das reformas neoliberais? Ironicamente, para utilizar uma fórmula festejada pelos teóricos neoliberais, seriam as consequências não intencionais ou não deliberadas de ações intencionais ou deliberadas?

GRAY — "É uma verdade geral que, quando são desconectadas de qualquer contexto de vida comum e liberadas de condicionamentos políticos, as forças de mercado - especialmente quando globais - operam no sentido de desordenar comunidades e deslegitimar instituições tradicionais. Esse é um truísmo, sem dúvida, mas expressa a percepção de que, para a maior parte das pessoas, a segurança contra o risco é mais importante do que o alargamento das escolhas - isto os partidos e governos conservadores esqueceram. Para muitas pessoas, talvez a maioria, a ampliação amplamente ilusória da escolha através da liberação dos mercados não compensa o substancial aumento de insegurança que ela também propicia. Mais especificamente, as políticas neoliberais operaram no sentido de estender às classes médias as inseguranças e os riscos que sempre assolaram a vida da classe trabalhadora. Ao modelar suas políticas tendo como referência uma ideologia iluminista de melhoramento do mundo através de mercados globais não controlados, os conservadores do Ocidente podem ter dado aos rentistas uma nova vida; mas eles também causaram a eutanásia das velhas classes médias. O preço político a ser pago por essa duvidosa realização deve ser provavelmente alto, e, no caso britânico, é concebível que seja a destruição do Partido Conservador - na sua presente forma, pelo menos - como um partido de governo.

A idéia de um mercado irrestrito, ou inteiramente livre, "descolado" das demais instituições sociais, exclui a democracia política, a participação política dos cidadãos?

GRAY — "O Estado britânico no qual o livre mercado foi mais ou menos construído - ao contrário da maioria daqueles que estão sendo montados hoje - era pré-democrático. Os direitos civis eram poucos e a esmagadora maioria da população estava excluída da participação política. E de se duvidar que o livre mercado pudesse ter sido erguido se existissem instituições democráticas efetivas. É assunto para registro histórico que o livre mercado tenha começado a desaparecer com a entrada de grande parte da população na vida política. Como os ideólogos mais clarividentes da Nova Direita sempre reconheceram, o mercado irrestrito é incompatível com um governo democrático.⁹⁸

⁹⁷ ² *Ibidem*.

⁹⁸ John Gray, *Falso amanhecer - os equívocos do capitalismo global* (Rio de Janeiro: Record, 1999), p. 18.

HIRST — A concepção do livre mercado é falha como doutrina da liberdade política. Diante da incapacidade do sistema de mercado de atender satisfatoriamente às demandas sociais, o *laissezfaire* só pode sobreviver se os perdedores forem impedidos de ter um acesso efetivo ao poder político e de modificar o sistema em seu benefício.⁹⁹

Poderíamos dizer, paradoxalmente, que o mercado livre é uma criatura estatal? Ou algo que só pode vir a existir e subsistir graças à ação política do Estado?

GRAY — "O livre mercado não é - como a atual filosofia econômica supõe - uma situação natural de negócios que ocorre depois de eliminada a interferência política no mercado. Em qualquer perspectiva histórica ampla, o livre mercado é uma aberração rara e efêmera. Mercados regulamentados são a norma e surgem espontaneamente na vida de qualquer sociedade. O livre mercado é uma criação do poder do Estado. A idéia de que mercados livres e Estado mínimo caminham juntos, que fez parte do arsenal da Nova Direita, é uma inversão da verdade. Uma vez que a tendência natural da sociedade é controlar mercados, os mercados livres só podem ser criados pelo poder de um Estado centralizado. Mercados livres são criações de governos fortes e não podem existir sem eles.¹⁰⁰

Analogamente, poderíamos dizer que a moderna democracia de massas civilizou o mercado?

GRAY — "O correspondente natural dos mercados livres não é um governo democrático estável. E a política volátil da insegurança econômica. Agora, como no passado, em praticamente todas as sociedades, o mercado foi controlado de forma que não frustrasse muito duramente as necessidades humanas vitais de estabilidade e segurança. Nos contextos modernos mais recentes, os mercados livres foram acalmados por governos democráticos. O enfraquecimento do livre mercado em sua forma mais pura, de meados da era vitoriana, coincidiu com a ampliação do direito de voto. Da mesma forma que o *laissezfaire* inglês recuou com o avanço da democracia, na maioria dos países os excessos dos anos 80 foram contidos - sob a pressão da competição democrática - por sucessivos governos. No entanto, em nível global o livre mercado permanece irrestrito.¹⁰¹

HIRST — "Uma sociedade dominada pela produção privada voltada para o lucro no mercado, sem aperfeiçoamentos institucionais e controles políticos, gera enormes desigualdades, crises periódicas e desemprego em massa, má utilização de recursos e descaso pelas necessidades dos pobres, além da subordinação e insegurança do trabalhador. Um capitalismo de livre mercado puro é socialmente insustentável, e, por essa razão, a maioria dos regimes capitalistas abraçou a social-

⁹⁹ Paul Hirst, *A democracia representativa e seus limites* (Rio de Janeiro: Zahar, 1993), p. 111.

¹⁰⁰ John Gray, *Falso amanhecer - os equívocos do capitalismo global*, cit., p. 272.

¹⁰¹ *Ibid.*, p. 274

democracia ou tentou imitá-la por meio de uma engenharia social conservadora.¹⁰²

As privatizações costumam ser um ponto de honra nas doutrinas neoliberais. Foi essa a motivação das privatizações no governo Margaret Thatcher?

GRAY — "A política thatcheriana provocou muitas mudanças importantes nas instituições e na sociedade britânica, algumas irreversíveis. Destas, as muitas privatizações não representaram a mudança mais profunda ou a mais duradoura. A primeira privatização nem mesmo foi iniciada pelos conservadores; ela foi realizada pelos trabalhistas, quando Denis Healey anunciou a venda de parte das ações estatais da British Petroleum. Na verdade, a privatização figurou apenas levemente nos primórdios do thatcherismo. Ela nem mesmo foi mencionada no programa eleitoral de 1979 e apareceu pela primeira vez com destaque numa administração conservadora em 1982, quando a falta de fundos necessários para a modernização da indústria inglesa de telecomunicações levou o governo a considerar o que foi então um passo revolucionário - a privatização de um dos mais importantes serviços fornecidos pelo Estado.

Essa privatização fundamental não foi motivada pela doutrina e sim pela lógica dos acontecimentos. Esse era um setor que necessitava urgentemente de capital, que não viria do público, e os fundos controlados pelo Tesouro não tinham opção senão buscá-lo no mercado de capitais. Para isso, a empresa precisava ser privatizada."¹⁰³

Quais foram os resultados da privatização, particularmente nos serviços públicos?

GRAY — "Paralelamente à privatização dos ativos públicos, havia uma ampla centralização das instituições intermediárias e governamentais regionais. O Serviço Nacional de Saúde, as escolas, antigos cursos politécnicos e universidades, prisões, a administração da Justiça e o controle das autoridades sobre as forças policiais foram reorganizados. Essas instituições foram retiradas do controle das autoridades locais democraticamente eleitas e colocadas sob o controle de comitês não eleitos indicados pelo governo e das Next Steps Agencies, que, quando muito, respondiam unicamente ao governo central. Por volta de 1995, esses comitês empregavam mais gente e gastavam mais dinheiro que o governo local. Finalmente, os mecanismos de mercado - oferta competitiva compulsória, pagamento relacionado com o desempenho e o lucro e expedientes similares - foram injetados em todos os serviços públicos."¹⁰⁴

O senhor tem insistido no fato de que mercados desregulados levam à desagregação social. Poderia exemplificar?

¹⁰² Paul Hirst, *op. cit.*, p. 106

¹⁰³ John Gray, *Falso amanhecer - os equívocos do capitalismo global*, cit., p. 41

¹⁰⁴ *Ibid.*, p.42.

GRAY - "A mais intrínseca contradição do livre mercado é que ele funciona para debilitar as instituições sociais tradicionais das quais dependeu no passado - a família é um exemplo fundamental. A fragilidade e a decadência da família tradicional cresceram no período Thatcher. A proporção de mulheres casadas com idade entre 18 e 49 anos caiu de 74 para 61, enquanto a coabitação aumentou de 11% para 22% no mesmo período. O número de nascimentos fora do casamento mais do que dobrou durante os anos 80. O número de famílias com apenas um dos pais (mãe ou pai) cresceu de 12% em 1979 para 21% em 1992, sendo o maior crescimento isolado o de mães solteiras que nunca foram casadas.

Em 1991 havia um divórcio para cada dois casamentos na Grã-Bretanha - a maior taxa de divórcio entre os países da União Européia, comparável somente à dos Estados Unidos. Seria coincidência que nenhum país da União Européia, além da Inglaterra, tenha imposto o estilo americano de desregulamentação em seu mercado de trabalho? Nas cidades britânicas onde a política thatcheriana de desregulamentação do mercado de trabalho teve mais êxito na redução das taxas de desemprego, as taxas de divórcio e ruptura familiar foram mais altas.¹⁰⁵

Além disso, houve a geração de uma espécie de subclasse de excluídos...

GRAY - "Ainda mais chocante foi o crescimento de uma *underclass*. A porcentagem de famílias britânicas (não-pensionistas) totalmente sem trabalho - ou seja, nenhum de seus membros faz parte da economia produtiva - cresceu de 6,5% em 1975 para 16,4% em 1985 e 19,1% em 1994. O crescimento continuou, talvez até mais acelerado, sob o governo de John Major. Entre 1992 e 1997, houve um aumento de 15% no número de pais solitários desempregados.

Explicando em detalhes: na Grã-Bretanha hoje, aproximadamente uma em cada cinco famílias (não contando os pensionistas) não tem uma única pessoa trabalhando. Isto é exclusão social em uma magnitude desconhecida em qualquer outro país europeu, mas há muito tempo conhecida nos Estados Unidos. Esse dramático crescimento de uma *underclass* ocorreu como consequência direta das reformas neoliberais do bem-estar social, particularmente pela maneira como afetaram a moradia. A venda das casas de propriedade do conselho municipal para os seus locatários é freqüentemente elogiada como uma história de sucesso. Certamente, foi importante do ponto de vista eleitoral como fonte de apoio ao thatcherismo nos anos 80 - embora tenha se voltado contra os conservadores nos anos 90. Em termos sociais e econômicos, a eliminação das moradias municipais foi um dos principais fatores que contribuíram para o surgimento de uma cultura de dependência neoliberal. O dispêndio com o auxílio-moradia no período 1996-1997 foi estimado em mais de 11 bilhões de libras esterlinas. Isto representa 1,5% do Produto Interno Bruto da Grã-Bretanha e mais de dez vezes o custo total do auxílio-moradia no período 1979-1980. O gasto público com habitação social foi substituído muitas vezes pelo desconto de aluguéis e pela ajuda no pagamento das hipotecas. O preço da privatização da moradia

¹⁰⁵ ¹ *Ibid.*, p. 44.

municipal na Inglaterra foi um aumento colossal da dependência em relação à previdência social.¹⁰⁶

O mercado livre e desregulamentado dos neoliberais, em vez de levar à dissolução, desaparecimento ou pulverização do poder político, não levaria, pelo contrário, a uma espetacular ampliação da desigualdade de forças?

HIRST — A direita, ao apregoar a morte do socialismo, oferece a escolha individual num mercado livre como alternativa para a regulação, a burocracia e o comando administrativo. Entretanto, o efeito da aparente dominância do mercado é, ao contrário, o domínio privado de agências hierarquicamente dirigidas e não sujeitas a controle, com grande poder econômico e político - empresas financeiras e industriais. Mercados não sujeitos a regulações, longe de serem "livres", são politicamente vantajosos para essas empresas, que se beneficiam das vantagens desiguais na estipulação dos preços e da informação privilegiada. Embora essas empresas possam competir entre si em termos relativamente iguais, todos os outros atores econômicos têm simplesmente de aceitar os resultados de sua competição. Nessa sociedade direitista de mercado, as grandes empresas têm como parceiro um Estado que não perdeu nada de seu poder por ter aberto mão de algumas funções regulatórias e atividades econômicas. Ao contrário, o Estado detém um poder mais concentrado do que nunca e dispõe de uma força de repressão nunca antes imaginada. O papel da democracia num tal Estado é o de um plebiscito que legitima as ações da administração. A direita oferece, na prática, o poder dual de um governo privado e não passível de controle, o das grandes empresas, e de um governo do Estado, que na melhor das hipóteses será formalmente democrático. O mecanismo que assegura esse duplo poder é o "mercado"; tudo que não pode ser legitimado politicamente é imposto pelos mercados como *unfait accompli* econômico. O "mercado" está longe de ser uma entidade singular, tampouco é um mecanismo social neutro, igualmente aberto a todos os participantes. Os *mercados-chave* - de moeda nacional, bônus do governo, ações ordinárias e mercadorias básicas - estão sujeitos ao mesmo tempo à organização pública e ao controle de um pequeno número de atores privilegiados.¹⁰⁷

Outro de seus temas é o de que as políticas neoliberais provocaram uma espécie de "americanização" da Grã-Bretanha ou foram acompanhadas dela? É tão visível isso?

GRAY - "O mais significativo nesta evolução é a diferença entre a experiência britânica e a dos outros países europeus, que não passaram por um prolongado período de política pública neoliberal, e as chocantes semelhanças que mostra com as tendências em vigor nos Estados Unidos. Mesmo na política penal há uma notável correlação. O índice de prisões na Grã-Bretanha é bem mais alto do que em qualquer outro país da União Européia (embora muito menor do que o dos Estados Unidos) e cresce rapidamente. Entre 1992 e 1995, a população carcerária inglesa cresceu perto de um terço (para mais de

¹⁰⁶ *Ibid.*, pp. 44--45.

¹⁰⁷ Paul Hirst, *op. cit.*, pp. 81-82.

50 mil prisioneiros).

Números sobre criminalidade são mais difíceis de conseguir e notoriamente complicados de interpretar. Contudo, a tendência geral não pode estar equivocada. Em 1970 houve cerca de 1,6 milhão de crimes graves registrados na polícia da Inglaterra e no País de Gales; em 1981 houve 2,8 milhões. No final de 1990, o número de crimes registrados ficou em 4,3 milhões; em 1992, o número foi de 5,6 milhões. Além do mais, a Pesquisa Criminal Britânica (British Crime Survey) sugeriu que os números verdadeiros eram quase três vezes superiores aos números oficiais.

Ao mesmo tempo, os gastos do Estado com o cumprimento da lei na Grã-Bretanha aumentaram constantemente. Entre 1978/1979 e 1982/1983, o dispêndio com as forças policiais cresceu cerca de um quarto em termos reais. O número de policiais aumentou de aproximadamente 10 mil para mais de 120 mil no primeiro período de governo de Margaret Thatcher. (Tais aumentos de folha de pagamento e do número de policiais não eram uma característica da administração John Major.) De modo geral, as tendências dos gastos estatais para o cumprimento da lei se devem a crimes de todos os tipos e modalidades e cresceram durante o período Thatcher - uma tendência comparável à experiência da Nova Zelândia e à América de Ronald Reagan.¹⁰⁸

Um velho ídolo do pensamento liberal e conservador dos séculos XVIII e XIX teria sido abalado pelas políticas neoliberais, baseadas no tal `fundamentalismo de mercado". Falamos das organizações sociais e da corrosão dos valores, da cultura política que nelas se baseavam...

GRAY — "As entidades sociais intermediárias, das quais dependia o livre mercado na Inglaterra da era vitoriana, tornaram-se obstáculos para a sua recriação no final do século XX. Associações profissionais, autoridades locais, sociedades mútuas e famílias estáveis eram barreiras à mobilidade e ao individualismo exigidos pelos mercados irrestritos. Elas limitavam o poder dos mercados sobre as pessoas. Num contexto moderno recente, a reconstrução do livre mercado não se dá sem o enfraquecimento ou mesmo a destruição de tais estruturas intermediárias, que estavam condenadas a este destino na Grã-Bretanha. [...]"

"A revolução permanente do livre mercado nega qualquer autoridade ao passado. Ela anula os antecedentes, interrompe o fio da memória e dispersa o conhecimento local. Colocando o direito individual de escolha acima de qualquer bem comum, ela tende a tornar os relacionamentos revogáveis e provisórios. Numa cultura em que o direito individual de escolha é o único valor indiscutível e os desejos são tidos como insaciáveis, qual a diferença entre dar início a um divórcio e vender um carro usado?"

Essa lógica do livre mercado, segundo a qual todo relacionamento torna-se um bem de consumo, é negada com indignação pelos seus ideólogos. Entretanto, tudo isso é evidente na vida cotidiana das sociedades nas quais o livre mercado predomina.¹⁰⁹

¹⁰⁸ John Gray, *Falso amanhecer - os equívocos do capitalismo global*, cit., pp. 45-46

¹⁰⁹ *Ibid.*, pp. 52-53

E como se coloca a relação entre Estado e sociedade civil, ou entre sociedade e organizações sociais não estatais?

HIRST — Frequentemente se pensa na sociedade civil como uma esfera privada composta de indivíduos e suas associações - como uma ordem espontânea que seria independente do Estado em um país democrático. O problema, nessa visão liberal tradicional de sociedade civil, é que ao enfatizar a independência da sociedade diante do governo ela tende a ignorar o fato de que muitos dos componentes dessa sociedade mais ampla não são espontâneos. Mais propriamente, a "sociedade civil" é constituída de instituições, associações e organismos corporativos cujos poderes são definidos e regulados pelo Estado. As sociedades industriais modernas não incluem apenas o Estado e indivíduos privados; elas também são feitas de muitas organizações amplas e complexas tais como organismos profissionais, redes de comunicações, organizações filantrópicas, sindicatos e assim por diante. E central para o funcionamento da democracia o modo como o Estado define os poderes de ação e as formas de funcionamento interno de tais associações e organizações, o grau em que ele intervém para afetar suas operações.¹¹⁰

Por que a ideologia do mercado é limitada para explicar a realidade social?

HOLLINGSWORTH E BOYER — "Nos anos recentes, houve em muitos países uma crença amplamente compartilhada de que o mercado é o mais eficiente arranjo institucional para coordenar a atividade econômica e que a maioria das formas alternativas de atividade coletiva e intervenção estatal geralmente trazem mais dano do que benefício. [...]"

Sob tais circunstâncias, o mercado como uma ideologia operou uma impressionante reversão no desenho das políticas econômicas, em contraste com a anterior ortodoxia keynesiana.[...]

"[...] utilizamos uma definição de mercado mais restrita do que aquela que existe em grande parte da literatura contemporânea. Para nós, o mercado clássico ocorre quando os atores que transacionam engajam-se em processos de negociação descentralizados, impessoais e distantes, as partes são geralmente organizadas informalmente e permanecem autônomas, cada ator busca seu próprio interesse vigorosamente e a atitude de contratação é relativamente ampla. Então, os atores especificam preferências e preços através de contratos que, uma vez completados, são autoliquidantes e não requerem interação adicional entre as partes transacionantes. Além disso, as identidades das partes não influenciam os termos da troca [...]. Basicamente, nenhuma relação durável é observada entre os atores econômicos, e o único propósito dos ajustes do mercado é gerar transações instantâneas, coerentes, pontuais, sem nenhuma consideração por estratégias futuras. Dentro dessa definição restritiva para os mercados, contudo, há uma série de variantes - por exemplo o mercado de artesanato africano, o leilão da Christie's para antiguidades, a bolsa de valores de Wall Street, o

¹¹⁰ Paul Hirst, *From Statism to Pluralism - Democracy, Civil Society and Global Politics* (Londres: UCL Press, 1997), pp. 103-104.

mercado de futuros de Chicago. Estas transações podem tornar-se embutidas ou protegidas no interior de vários tipos de redes [...]. Obviamente, essa caracterização dos mercados como um mecanismo de coordenação engloba apenas uma fração das transações que ocorrem numa economia capitalista."¹¹¹

O mercado pode ser uma parte da sociedade. O contrário não é verdadeiro...

HOLLINGSWORTH E BOYER — "Para muitos cientistas sociais, o sistema capitalista é definido primordialmente como uma economia de mercado. Isto admite que a ascensão, difusão e maturação dos mecanismos de mercado são os traços decisivos para periodizar a história das economias modernas [...]. Idealmente, uma completa mercantilização da vida econômica e social preencheria o ideal de modernidade.[...]

De fato, essa visão é seriamente desafiada por muitos avanços recentes em várias áreas das ciências sociais. Primeiro, não é verdade que os momentos históricos mais orientados para o mercado foram os mais bem-sucedidos em proporcionar crescimento e estabilidade na história das sociedades capitalistas [...]. Segundo, algumas das mais competitivas firmas, regiões e nações baseiam-se em mecanismos de coordenação econômica que são totalmente diferentes do puro mecanismo de mercado [...]. Terceiro, de um ponto de vista teórico, mercados são apenas um entre vários mecanismos de coordenação alternativos e freqüentemente complementares: hierarquias, redes e Estados, quando adequadamente desenhados e combinados, muitas vezes têm sido importantes mecanismos para coordenar agentes nas sociedades capitalistas [...]. Quarto, a transição para economias de mercado nos países da Europa oriental está começando a gerar claras indicações quanto ao necessário envolvimento da lógica de mercado dentro de todo um conjunto de valores, quadros legais e instituições não mercantis.¹¹²

¹¹¹ J. Rogers Hollingsworth & Robert Boyer, *Contemporary Capitalism - The Embeddedness of Institutions* (Cambridge: Cambridge University Press, 1997), pp. 6-7.

¹¹² *Ibid.*, pp. 433-434

Reflexões críticas e algo trágicas a respeito de um futuro sempre possível

Já em setembro de 1998, a revista *Newsweek*, em artigos reproduzidos no Brasil pelo jornal *O Estado de S. Paulo* (21-9-1998), mostrava que o FMI não estava tão otimista com os programas que impusera aos países endividados. Reconhecia a proliferação da pobreza e das tensões sociais onde aparentemente se esperava encontrar o paraíso do mercado. São cada vez mais visíveis os efeitos destrutivos da desregulamentação dos mercados financeiros, com a liberdade para trocas e movimentos de capitais e para a criação dos chamados derivativos. Ela estimulou uma avalanche de investimentos especulativos, muito mais rentáveis do que os investimentos na chamada economia real. São também evidentes os impactos desastrosos dessa tendência sobre o emprego e a renda e, mais ainda, sobre a estabilidade política, social e econômica desses países. E como o mundo econômico e financeiro se tornou ainda mais "globalizado", também a estabilidade internacional é afetada.

Contudo, o sucesso *político* do neoliberalismo parece claro, graças a algumas de suas vitórias. Conseguiu desmanchar em grande medida o Estado de bem-estar social e enfraquecer brutalmente os sindicatos, por meio da liberalização legal e policial do mercado de trabalho e da extensão do desemprego e do emprego precário, desregulamentado, flexível.

O neoliberalismo também alcançou um visível sucesso *moral e ideológico*. Milton Friedman, um monetarista radical da chamada Escola de Chicago, há algum tempo dizia que era preciso criar um clima de opinião em que o capitalismo e o lucro não fossem vistos como pecados, cometidos com vergonha. Hoje, de fato, o grande capital parece que perdeu o medo e a vergonha de ser capital.

E preciso levar tudo isso em conta quando escolhemos um critério para medir os sucessos e os fracassos do neoliberalismo. Devemos pensar no objetivo que ele mesmo definiu para si: a capacidade de impor uma nova correlação de forças na sociedade e na opinião dominante. Isto é, a capacidade de conquistar a hegemonia ideológica, mesmo quando e onde se verifica um evidente fracasso na realização da prometida recuperação econômica. Trata-se da legitimação de um programa, ou de um "ideal" político, talvez até mais do que uma solução prática para a estagnação econômica ou para a pobreza.

E também nesse terreno que se move, em grande parte, a crítica do neoliberalismo: é nesse terreno que se dá a disputa pelos corações e pelas mentes. E quando se transformam em ação organizada, as idéias alteram decisivamente a marcha da história, que não tem nada de inelutável, nem parece ter chegado ao fim, como às vezes sugeriu com estardalhaço este ou aquele propagandista.

Neoliberalismo e movimentos políticos ultra-reacionários

O neoliberalismo econômico leva deliberadamente a uma política conservadora. Seus propagandistas, de Friedrich von Hayek a James Buchanan, jamais esconderam a pretensão de colocar limites drásticos às "irresponsabilidades" da democracia de massas. Entre as passagens selecionadas de suas falas, nos capítulos anteriores, o leitor terá encontrado alguns desses depoimentos. Terá isso

identidade com o renascimento de movimentos de ultradireita, do tipo fascista? E certo que não existe um fosso intransponível entre essas doutrinas antidemocráticas e os movimentos neofascistas recentes. E certo ainda que entre eles existiram namoros e parcerias, a todo momento. A esse respeito é curiosa a observação de um crítico de Hayek, sobre o sucesso de seu livro *O caminho da servidão* contra os "totalitarismos", no qual nazismo e socialismo eram apontados como irmãos gêmeos e qualquer reforma social era condenada como primeiro passo rumo à ditadura. O paradoxo apontado é o seguinte: procurem ver quem são aqueles que mais se entusiasmam com o panfleto supostamente antitotalitário de Hayek e vejam quais eram suas preferências e militâncias políticas alguns anos antes, quando o nazi-fascismo ainda prometia futuro... Experimentemos esse mesmo exercício para o caso brasileiro...

Mas, para bem compreender os fatos, é preciso distinguir esses dois fenômenos.

O que é o fascismo? Como se sabe, mas nunca é demais repetir, o ascenso desse movimento é demarcado por uma grave crise da sociedade capitalista. Ele representa uma radical e violenta alteração das condições sociais e políticas. E uma solução radical para os impasses nelas reinantes. E correto identificar a natureza de classe do nazi-fascismo, sua aproximação com o grande capital. Basta fazer a célebre pergunta dos advogados: afinal, a quem interessa o crime? E mais: quem financiou o executor? Mas é preciso mais do que isso. E preciso indagar por que e como o nazi-fascismo se transformou em movimento *de massas* e não *de elites* econômicas.

O fascismo germina em situações especiais, num momento de indefinição política, em que uma ditadura militar ou um Estado policial revelam-se insuficientes para derrotar a classe trabalhadora e os movimentos populares, atomizá-los, destruindo suas organizações, desmoralizando-os e condenando-os à resignação e à obediência. Para esse jogo bruto, torna-se necessário um movimento de massas, no qual exerce papel decisivo uma pequena burguesia atingida pela crise - mas também as parcelas do proletariado e do subproletariado marginalizadas por essa mesma crise. A crise é feita de dramas: inflação, falências, desemprego, degradação das profissões e dos estratos sociais. Isso conduz a um desespero de massas e favorece a emergência de um movimento frequentemente povoado de reminiscências ideológicas. E um movimento que cultiva um passado mítico, o rancor, o xenofobismo e o racismo - e uma certa demagogia... anticapitalista. Essa demagogia volta-se para formas específicas do capitalismo. São satanizados os usurários, os atravessadores, os tubarões, os monopólios, o capital ocioso. Mas não o capital "criador de trabalho e de riqueza", que, ao contrário, é mitificado e idealizado. E uma demagogia exacerbada e ao mesmo tempo prudente, já que não se volta contra a instituição da propriedade privada. Esse é o quadro em que se inscreve o nazi-fascismo.

E o Estado forte neoliberal? Ele pode ser visto nos exemplos de Reagan, Thatcher ou, de modo mais radical e sanguinário, em Pinochet. Ele ataca sistematicamente os direitos democráticos e sociais. Seu arsenal é variado: leis de exceção, medidas de emergência (ou medidas ditas provisórias), decretos antigreves, penalização de sindicatos, manipulação da informação, supremacia do executivo, legislação por decreto e suspensão de garantias constitucionais, subtração de decisões econômicas de grande porte ao controle público (seja pela via da privatização, seja pela desregulamentação legal). E assim que age o Estado neoliberal - um estado forte, deixemos claro. E certo que a aceitação passiva de tais ataques aos direitos democráticos torna cada vez maiores o apetite e a confiança dos grandes capitalistas. Se os

movimentos trabalhistas e populares cedem diante de tais ataques, na primeira oportunidade ou no primeiro impasse em que tais retaliações autoritárias se mostrem insuficientes, um aventureiro audaz e inteligente tomará o cetro para exterminar de vez a resistência. E nesse momento o aventureiro, encarnação do ódio canalizado e disciplinado das vítimas, terá o apoio de um movimento de massas e financiamento do grande capital. Nesse sentido, sim, as medidas neoliberais podem nos aproximar dos movimentos neofascistas.

A produção social da insegurança e da incerteza: viveiro de ditaduras

Mas há outro aspecto em que a evolução do "Estado forte" implícito nas "reformas orientadas para o mercado" de nossos neoliberais pode avizinhar-se do neofascismo - ou talvez seja melhor dizer: pode avizinhar-nos do fascismo. E esse aspecto diz respeito, diretamente, aos resultados sociais e econômicos de suas medidas.

Das reformas neoliberais surgem, como cogumelos, suas novas *elites yuppies*, os novos "empreendedores" e "reengenheiros" do mundo financeiro e gerencial, *los perfumados*, como se dizia no México por ocasião dos últimos terremotos econômicos. São os elegantes e saltitantes implantadores das "reformas" liberalizantes e dinamizadoras. Ao mesmo tempo, dissolvem-se, mais ou menos rapidamente, mas sempre com notável clareza, as bases políticas do velho conservadorismo. O novo Estado forte é cada vez mais livre das "velhas" formas do controle público. Deliberada-mente, e quase por definição, é imune a controle social (e sobretudo eleitoral). Junte-se a tudo isso o ingrediente explosivo da exclusão estrutural, conduzindo segmentos cada vez maiores da humanidade a uma situação instável e desesperadora. Esse coquetel é explosivo e cria condições para o ascenso de soluções de emergência e desespero que de outro modo seriam vistas como inviáveis, indesejáveis ou até mesmo impensáveis.

Quando Hayek expôs seu plano de reforma política e sua crítica ao Estado de bem-estar, há algumas décadas, um de seus críticos lembrou que aquele modelo político era de tal maneira imune à crítica e à mudança que só restaria um caminho aos dissidentes que produziria: o desespero e a insurreição. A reforma do Estado pregada pelos neoliberais pretende criar uma espécie de Estado gerencial, enxuto. Em vez de atribuir a entidades de governo tarefas produtivas e de prestação de serviços, monta comitês e agências encarregados de controlar e contratar serviços prestados por empresas privadas, justamente aquelas que teriam adquirido as entidades anteriormente estatais. Notemos que as instituições do "Estado Velho" eram, pelo menos em princípio, subordinadas ao controle de organismos políticos eleitos: congresso, assembleias estaduais, câmaras municipais, etc. Eram também submetidas à fiscalização judicial dos atos e contas públicas. As novas agências controladoras são instituições ultrapoderosas, mas de fato e de direito imunes a qualquer forma de controle efetivo. São instituições que, cada vez mais, tendem a não responder diante de qualquer soberania política. Não podem ser controladas - mas também não podem (e não pretendem) ser legitimadas por instituições democráticas convencionais. E esse é um fator de instabilidade política não desprezível.

Mas há outro resultado inquietante do avanço neoliberal. O fundamentalismo de mercado neoliberal depende de uma aposta perigosa. E a crença de que o mercado livre, não regulado, produz crescimento contínuo, amplia as oportunidades econômicas e sociais, assim como as escolhas e acessos ao consumo. Mas o que ocorre diante da possibilidade de uma falha nessa aposta? Afinal, a insegurança diante dos riscos e as flutuações econômicas do mercado são filhos legítimos e esperados da competição mercantil. Aliás, na mitologia neoliberal, o sucesso depende justamente da falta de garantia de sobrevivência. E nessa condição desafiadora que o empenho e a criatividade dos empreendedores são forçados a germinar.

A falência da utopia neoliberal é algo previsível, do ponto de vista lógico. E para milhões de seres humanos no planeta, já é algo dolorosamente constatado e vivenciado. Esse fracasso abre o campo para movimentos políticos não apenas não liberais, mas radicalmente antiliberais, dos mais variados tipos.

Profecias do apocalipse

Tratemos de resumir a cena. Níveis de insegurança sem precedentes são impostos a massivos segmentos populacionais, provocando terremotos na sua vida e nas suas expectativas. São estes os resultados humanos (ou desumanos) das reformas econômicas e das reestruturações produtivas em andamento em todo o mundo. De modo brutal, mostram, para parcelas enormes da humanidade, que elas são cada vez mais "dispensáveis" - no limite, o mundo econômico pode girar sem grandes problemas apesar da eliminação completa de muita, muita gente. Em certa medida, parece até que este mundo poderia girar melhor sem esses "trastes" incômodos, conforme alerta o pungente livro de Viviane Forrester, *O horror econômico*.¹¹³

Durante mais de um século, movimentos operários, socialistas e democráticos haviam imposto ao capital restrições reguladoras que impediram a ação bárbara do "moinho satânico" do mercado, para usar a expressão celebrizada por um conhecido livro de Karl Polanyi. São esses "entraves" à suposta ordem natural das coisas que a contra-revolução neoliberal quer eliminar. Esse movimento reacionário prepara a emergência de um mundo sinistro: apatia política, desilusões e desmoralizações ideológicas, insegurança econômica e atomização social. Além disso, trata-se de uma sociedade que pode "dispensar" da inclusão social - e da própria sobrevivência física - uma parte crescente dos seres humanos. Está pronto o caldo de cultura propício às soluções de desespero. E, como se sabe, desespero e insegurança são péssimos conselheiros. Como dissemos, a política neoliberal não é a da mobilização neofascista, mas pode ser o pavimentador dessa outra via da contra-revolução. Apatia política e desilusões com as saídas convencionais, desmanche de tradições políticas, sociais e culturais que outrora costuravam e resguardavam a sociedade, ausência de saídas progressistas confiáveis (elas

¹¹³ Viviane Forrester, *O horror econômico* (Unesp: São Paulo, 1997).

mesmas mergulhadas na desilusão e na desmoralização) - tudo isso prepara o caminho para a emergência de um louco que tenha soluções radicais, aquelas que parecem ser o único ponto firme num mundo em que tudo naufraga, grito que parece ter espírito num mundo sem espírito, para repetir uma célebre frase. O fascismo é assim, de certo modo, um *sintoma* de males profundos, embora tenha o cuidado de não se apresentar como sintoma mas, antes, como *remédio* - amargo, necessário e... o único que nos sobra.

Esse quadro pode soar apocalíptico e exagerado. Mas ainda uma vez valeria a pena lembrar as profecias macabras de Lord Keynes, antevendo os efeitos nocivos do *laissezfaire* e da paz imposta aos países derrotados na Primeira Guerra Mundial:

Nem sempre os homens morrerão em silêncio. Isto porque, se a fome leva alguns à letargia e ao desânimo irremediável, ela conduz outros temperamentos à nervosa instabilidade da histeria e a um louco desespero. Em seu sofrimento, estes podem derrubar o que resta de organização e afogar a civilização em suas desesperadas tentativas de satisfazer as prementes necessidades individuais.¹¹⁴

Keynes acentuava as cores das cenas mais perigosas, esperando que disso resultasse a prudência política que as pudesse evitar. Por isso, alerta para que não se espere até que "os conselhos do desespero e da loucura movam as vítimas da letargia que precede as crises", uma vez que, nessas circunstâncias, "o homem se abala e afrouxam-se as relações estabelecidas. O poder das idéias torna-se soberano e os homens passam a dar ouvidos a quaisquer promessas transmitidas pelo ar."¹¹⁵

Hoje podemos ver que muitas dessas promessas ainda estão apenas no ar, aguardando a encarnação do demônio. Mas, se não forem construídas barreiras confiáveis à barbárie enquanto ainda é tempo, não faltarão transmissores e antenas. Esses instrumentos aparecerão quando as promessas e expectativas radiantes de escolha, riqueza e consumo do neoliberalismo forem amplamente superadas pelos seus outros filhos legítimos e bem mais previsíveis: a insegurança, o risco, a precariedade da vida e a ameaça de morte para amplos segmentos da raça humana.

Essas multidões são cada vez maiores mesmo no admirável Primeiro Mundo. Para elas, perfila-se no horizonte próximo uma vida sem perspectivas e sem sonhos. Nos noticiários das prateadas antenas de TV a cabo, desfila a morte lenta e letárgica das multidões descartáveis, na África, na Europa do leste, na Ásia ou na América Latina, mas também em bolsões cada vez mais significativos dos países avançados. Tudo isso deveria nos alertar. Aqueles que são reduzidos à condição de manada podem discordar dessa caminhada silenciosa para o abate. Podem passar da letargia às opções históricas. Afinal, em um mundo de tantos absurdos, uma reação "maluca" pode parecer "racional"... ou pelo menos justificável.

Se não forem barrados os empreendimentos macabros da barbárie atual, se eles não forem

¹¹⁴ John Maynard Keynes, *Las consecuencias económicas de la paz* (Barcelona: Critica/Grijalbo, 1987), p. 148. A primeira edição foi publicada em 1919

¹¹⁵ *Ibid.*, p. 162.

enfrentados nas lutas políticas que se desdobram em cada pequeno canto do planeta, não deixarão de surgir essas alternativas desesperadas, prometendo "soluções finais" para a insegurança, o risco, a precariedade da vida e a ameaça de morte. Em cada um desses pequenos combates é o destino da humanidade que se disputa. Lembremo-nos de Hitler - aquele que dizia cortar seus inimigos como salame, isolando-os para derrotá-los um a um. Hitler: um pintor louco e um pequeno bigode são apenas um homem e um bigode. Até que, numa nação de humilhados e ofendidos, seu movimento recebe aplausos da multidão desorientada e recursos de banqueiros ultraconservadores. Nesse momento, o louco transforma-se em estadista e condutor de destinos. E desta vez a humanidade talvez não tenha oportunidade de refazer a aposta. Pela primeira vez na história humana, um império pode ruir levando consigo o planeta. A espécie humana tem sobre os dinossauros esta superioridade: seu desaparecimento pode resultar não de um meteoro vindo do espaço exterior, mas de um bólido que venha de dentro de seu próprio engenho.

Prezado leitor, estes últimos parágrafos talvez pareçam lúgubres. Mas lembremos a lógica das situações extremas, as inacreditáveis realidades de Auschwitz e Treblinka, os delírios da "solução final" - ou de Hiroshima. Como é frágil este mundo!

Ainda temos uma chance?

Neste ponto o leitor pode também se perguntar: mas isto tem saída? Não é um mundo grande e complicado demais para mudar? As respostas são: sim e não, nesta ordem. Você pode ter notado quantas vezes os grandes "estadistas" do mundo contemporâneo admitem a necessidade de controlar os mercados financeiros e "humanizar" as reformas econômicas neoliberais para evitar seus efeitos destruidores. Reformar a arquitetura financeira mundial - você encontrará essa expressão grandilo-

qüente nos relatórios anuais do presidente americano sobre o estado do mundo. A mesma arenga pode ser ouvida nos discursos do presidente brasileiro ou de seu ministro da Fazenda. Mas essa misteriosa e imponente "arquitetura financeira mundial" só será alterada de fato se movimentos sociais cada vez mais amplos incomodarem esses governantes e banqueiros, tornando insuportável sua vida para que eles não infernizem as nossas. E nesse quadro que devemos pensar os movimentos de resistência local. Por mais disparatados que às vezes possam parecer, são eles que podem empurrar o mundo para uma modernidade menos brutal. Motins urbanos contra pacotes recessivos nas cidades latino-americanas ou asiáticas, insurreições camponesas em Chiapas, México, manifestações de trabalhadores sem terra no Brasil. São esperneios como esses que fazem os governos perceberem que no mundo existe algo mais do que banqueiros, cotações na bolsa, leilões de privatizações, "enxugamento" dos serviços públicos e estabilidade monetária a custo do desemprego e da fome. Feliz ou infelizmente, a história se faz não pelo progresso da suave razão, mas por aquilo que antigamente se chamava de lento trabalho do negativo. E um caminho muitas vezes dolorido e tortuoso. Mas o que podemos fazer se não há um único exemplo, na história, de casta dominante que tenha abandonado pacificamente seus privilégios, comodidades e conformismos?

Este é um filme de final feliz? Nada nos garante. Todos os impérios opressivos do passado um

dia desabaram. Foi assim com Xerxes, Alexandre, com os romanos ou com Napoleão. Mas, como dissemos, pela primeira vez na história da humanidade o império dominante tem a opção de não desabar sozinho, mas levar consigo o planeta. Os combates locais contra a barbárie são decisivos - e a conexão solidária desses movimentos, no plano internacional, é crucial. O resto é silêncio. Eterno.

Cronologia

- 1560-1670 Política mercantilista de protecionismo na Inglaterra.
- 1666-1730 Ministério de Colbert, França. Mercantilismo: protecionismo e regulamentação econômica.
- 1776Adam Smith: *A rique'a das nações*.
- 1790Edmund Burke: *Reflexões sobre a Revolução na França*.
- 1817David Ricardo: *Princípios de economia política e tributação*.
- 1884Herbert Spencer: *Indivíduo contra o Estado*.
- 1933Franklin D. Roosevelt lança o New Deal, para reformar as relações econômicas e sociais nos EUA.
- 1936John M. Keynes: *Teoria geral do emprego, dojuro e da moeda*.
- 1937F. A. von Hayek: *Economics and Knowledge*.
- 1942J. A. Schumpeter: *Capitalismo, socialismo e democracia*.
- 1944Conferência de Bretton Woods: nascem o FMI e o Banco Mundial — F. A. von Hayek: *O caminho da servidão*.
- 1945Criação da ONU. O Partido Trabalhista inglês ganha as eleições: Estado de bem-estar.
- 1947Criação do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (Gatt): liberalizar o comércio internacional e organizar a concorrência. Plano Marshall (reconstrução européia). Sociedade do Mont Pêlerin.
- 1948Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), ONU.
- 1951Kenneth Arrow: *Social Choice and Individual Values*.
- 1955Conferência de Bandung, movimento dos países afro-asiáticos não-alinhados.
- 1957Anthony Downs: *An Economic Theory of Democracy*. James M. Buchanan lidera a fundação do Thomas Jefferson Center for Studies in Political Economy (Universidade de Virgínia), depois Center for Study of Public Choice. Tratado de Roma: Comunidade Econômica Européia.
- 1960F. A. von Hayek: *The Constitution of Liberty* (no Brasil, *Fundamentos da liberdade*).
- 1962James Buchanan e Gordon Tullock: *The Calculus of Consent*.
- 1964Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad): a voz do Terceiro Mundo.
- 1965Mancur Olson: *The Logic of Collective Action*.
- 1970Paul Samuelson ganha o prêmio Nobel de economia.
- 1971Nixon suspende a convertibilidade dólar-ouro.
- 1973Golpe militar no Chile. Pinochet: programa econômico neoliberal (Chicago). Choque do petróleo: embargo pelos países árabes e alta de preços.
- 1974 Estagflação nos países capitalistas desenvolvidos. F. A. von Hayek e Gunnar Myrdal dividem o Nobel de economia.
- 1975França: encontro dos principais líderes mundiais, embrião do G-7. Relatório da Comissão Trilateral: a crise da democracia.

1976 Milton Friedman (Chicago) ganha o Nobel de economia. Ditadura Videla na Argentina; Martinez de Hoz: programa econômico neoliberal (Chicago).

1978 Herbert Simon (Chicago) ganha o Nobel de economia. Segundo choque do petróleo.

1979 T. W. Schultz (Chicago) ganha o Nobel de economia. Margaret Thatcher chega ao poder na Inglaterra. Paul Volcker assume a direção do Federal Reserve Board (FED): início de medidas monetaristas radicais.

1980 FED eleva brutalmente as taxas de juro. Crise da dívida externa e planos de ajuste neoliberais: 1985, Bolívia, com Paz Estenssoro (e Paz Zamora em 1989); 1988, México, com Salinas de Gortari; 1989, Argentina, com Carlos Menem; 1989, Venezuela, com Carlos Andrés Pérez; 1990, Peru, com Alberto Fujimori; 1989, o Brasil, de Fernando Collor a Fernando Henrique Cardoso (1994). Ronald Reagan é eleito presidente dos EUA. Japão liberaliza sua política de câmbio e comércio exterior.

1982 Recessão (a maior desde os anos 30). Crise da dívida externa no México. Ajuda americana e imposição de plano de ajuste econômico pelo FMI. Moratória de 90 dias na dívida externa com bancos privados. Encontros do BM e FMI discutem a crise da dívida na América Latina. Helmut Kohl (neoconservador) chega ao poder na Alemanha.

1983 Governo socialista francês adota medidas de austeridade. FMI e bancos privados suspendem novos fundos para o Brasil até que o país adote medidas de austeridade.

1984 Crise bancária nos EUA (o Continental Illinois quebra).

1986 James M. Buchanan (escola de Virgínia, *public choice*) ganha o Nobel de economia. Segunda crise da dívida no México.

1987 Segunda-feira Negra: crise no mercado financeiro internacional. George Bush é eleito presidente dos EUA.

1989 Queda do muro de Berlim. Washington, Institute for International Economics; John Williamson organiza seminário que dá origem ao chamado Consenso de Washington, agenda neoliberal para reformas econômicas na América Latina.

1990 Reunificação da Alemanha. Iraque invade o Kuwait.

1991 Guerra do Golfo. Representantes dos governos europeus aprovam Tratado de Maastricht. Entra em vigor em 1993, constituindo a União Européia. Banco Mundial: informe sobre o desenvolvimento mundial.

1992 Bill Clinton é eleito presidente dos EUA. Recessão no país aproxima-se do fim. Gari Becker (escola de Chicago) ganha o Nobel de economia.

1995 Criação da Organização Mundial do Comércio.

1997 Crise da Ásia, com impacto no mercado financeiro internacional.

Glossário

- *Bem público* — Um serviço coletivo puro é um serviço consumido ao mesmo tempo por numerosos membros de uma comunidade — é o chamado consumo não rival e indivisível. É difícil ou mesmo impossível, para um produtor privado, individualizar o consumidor desse bem e excluir os usuários que não quisessem contribuir para o financiamento do serviço. Exemplos: a defesa

nacional, a ordem pública, a segurança dos bens e das pessoas, a justiça, a rede viária, a iluminação pública, etc. Apenas uma instituição investida do poder de coagir os usuários pela força (o Estado) pode produzir esse tipo de serviços e evitar o comportamento oportunista do *free-rider* (canonista), que pretende ter o serviço sem pagar por ele. O bem público não é cobrado do indivíduo-consumidor: é pago pelo cidadão-contribuinte.

- *Concorrência* — A concorrência regula as iniciativas dos agentes (indivíduos, empresas) que procuram seu próprio interesse. Para obter lucros, o vendedor deve satisfazer as necessidades dos consumidores, evitando que eles transfiram seus negócios para os rivais. Os produtores mais eficientes reduzem custos e vendem a preços mais baixos a fim de vencer os concorrentes. Desse modo, idealmente, a sociedade é estimulada a produzir um volume máximo de bens e serviços ao menor custo, o que torna possível a máxima satisfação das necessidades.
- *Concorrência perfeita* - Ela ocorreria se: (a) houvesse muitos vendedores de produtos homogêneos e substituíveis, de modo que nenhum pudesse manipular quantidades e preços do mercado; (b) compradores e vendedores, consumidores e proprietários de recursos e empresas conhecessem plenamente os preços e as oportunidades disponíveis, em qualquer lugar, nesse e em outros mercados, agora ou no futuro; (c) inexistissem significativas economias de escala, de modo que nenhum vendedor pudesse crescer até dominar o mercado; e (d) não houvesse barreiras, de nenhuma espécie, ao movimento dos fatores de produção ou dos empresários. Desse modo, a longo prazo, a competição iria garantir as combinações produtivas mais eficientes.
- *Economias externas* - Ainda em 1924, o economista britânico A. C. Pigou afirmara que a economia neoclássica não podia ignorar o conceito dos custos sociais, que poderiam distanciar o ponto de vista do bem-estar público do ponto de vista privado, justificando a intervenção estatal. Exemplos: a redução do conforto em bairros residenciais pela construção de fábricas; ou o custo dos serviços repressivos provocados pela venda de bebidas alcoólicas. Nenhum desses resultados seria levado em conta pelos proprietários de fábricas ou pelos destiladores nos balanços de suas empresas se eles estivessem orientados apenas pela busca de seu interesse. Pigou afirmou que esses tipos de custos sociais tinham de ser quantificados para determinar seu impacto. A partir da década de 1950, principalmente, essas idéias foram incorporadas à "economia do bem-estar".

Quando há externalidades, as escolhas de um indivíduo têm efeitos sobre o bem-estar dos outros que não são levados em conta nas trocas de mercado. Outros exemplos são úteis à compreensão. As despesas de saúde e de educação dos indivíduos induzem a efeitos externos positivos (economias externas - externalidades positivas) para a coletividade: o bem-estar de cada um é melhorado pela produtividade mais forte e pela vizinhança mais agradável associadas aos investimentos dos outros na sua saúde e no seu nível de educação. A poluição e todos os outros danos ao ambiente são exemplos de efeitos externos negativos.

- *Economia mista* - Sistema em que há forte presença do setor público na determinação das atividades, através de empresas públicas ou de medidas de política econômica: compra de bens e serviços pelo Estado, medidas monetárias, tributação, agências reguladoras, políticas de controle de preços, crédito, preços mínimos, subsídios, etc.

- *Homem econômico* - Calculador, egoísta, maximizados de suas preferências, o homem econômico é o principal personagem das teorias econômicas clássicas.
- *Keynesianismo* - Filosofia social exposta por John Maynard Keynes no final de sua *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. Esse livro foi publicado em 1936 mas, em várias de suas passagens, retomava problemas que o autor vinha analisando desde os anos 20. Segundo a doutrina keynesiana, o Estado deveria manejar grandezas macroeconômicas sobre as quais era possível acumular conhecimento e controle prático. O poder público, desse modo, regularia as oscilações de emprego e investimento, moderando as crises econômicas e sociais.
- *Livre comércio* - Comércio não embaraçado por tarifas, restrições quantitativas e outros impedimentos que obstruem o movimento de mercadorias entre países. Os defensores do comércio livre afirmam que, quanto menores os impedimentos ao comércio entre países, mais se desenvolveria a divisão do trabalho e a especialização, mais plenamente seriam utilizados os recursos econômicos e mais alto seria o padrão de vida médio.
- *Livre empresa* - Os meios de produção são de propriedade privada e geram lucros para seus possuidores, que enfrentam o risco do investimento. O sistema é livre da regulamentação e da direção específica por parte do Estado, mas está sujeito a um quadro legal que define a propriedade, contratos, direitos dos consumidores, obrigações das companhias, restrições ao comércio, patentes, direitos autorais, marcas de comércio, etc.
- *Rent-seeking (captura de rendas)* - Teoria "realista" ou "cínica" da política segundo a qual o intervencionismo estatal propicia "situações de renda", ou seja, posições na sociedade que permitem a um agente (indivíduo, empresa, grupo) capturar vantagens superiores àquelas que obteria no mercado, onde é orientado pelos preços e "custos de oportunidade".
- *Seguro social e Estado de bem-estar* - Compartilhamento dos riscos através de fundos públicos: doença, desemprego, velhice, aposentadoria. Na Grã-Bretanha do pós-guerra: contribuição para o seguro social, com base no pressuposto de que isso é bom para o indivíduo e para a comunidade no seu conjunto e que, se os indivíduos não fossem compelidos a se segurarem através do Estado, eles não o fariam ou, se o fizessem, o fariam insuficientemente. Nesse sentido, as políticas sociais deixam de ser apenas políticas compensatórias e passam a constituir uma política de desenvolvimento.
- *Soberania do consumidor* - Os consumidores dirigem os produtores através de um mercado livre e competitivo. Deixando de comprar este ou aquele produto, os consumidores forçam as empresas a investir seus recursos em outra atividade.
- *Soberania econômica* - Autoridade exercida por uma unidade política, como o Estado nacional, sobre as atividades que ocorrem no seu território. A soberania nacional pode ser limitada, por exemplo, pela participação em convenções internacionais ou entidades multilaterais como o FMI, o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio. Pode ser ainda mais influenciada pela dívida externa, pela dependência tecnológica ou pela posição do país no comércio exterior, por um mercado mais competitivo para as suas exportações do que para as suas importações, etc.

Sugestões de leitura

Grande parte da literatura dos autores neoliberais e sobre as idéias e políticas neoliberais está disponível apenas em língua inglesa. Seguem aqui algumas sugestões de leitura adicional do que pode ser encontrado atualmente em português e espanhol, idiomas mais próximos do leitor brasileiro.

Sobre os principais autores e escolas neoliberais

FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e liberdade*. Coleção Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

— . *Liberdade de escolher*. Rio de Janeiro: Record, s/d.

— . *A tirania do status quo*. Rio de Janeiro: Record, s/d.

HAYEK, F. A. von. *O caminho da servidão*. Porto Alegre: Globo, 1977.

Direito, legislação e liberdade. 3 vols. São Paulo: Visão, 1985.

. *Fundamentos da liberdade*. Brasília: Universidade de Brasília, 1983.

— . *Arrogância fatal*. Porto Alegre: Ortiz, 1995.

Public Choice

BUCHANAN, James M. & TULLOCK, Gordon. *El cálculo del consenso - fundamentos lógicos de una democracia constitucional*. Madri: Espasa-Calpe, 1980.

MUELLER, Denis. *Elección pública*. Madri: Alianza Editorial, 1984.

Sobre as políticas da nova direita

MILIBAND, Ralph *et al.* *El conservadurismo en Gran Bretaña y Estados Unidos - retórica y realidad*. Valência: Alfons el Magnànim, 1992.